

MOVIMENTO

Com a edição semanal brasileira do **Le Monde**

EULER EM RECIFE
Governo de transição, fim do arbítrio,
anistia e constituinte

Finalmente revelada!

HISTÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Falam:

- As autoridades
- Um guerrilheiro
- Bispos
- Índios

São Paulo
**AS JORNADAS
CONTRA A CARESTIA**



Manaus, Santarém, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) Cr\$ 20,00

Edição semanal - nº 159 - 17 de julho de 1978 - Cr\$ 15,00

MOVIMENTO

uma publicação de
EDIÇÃO S/A

Conselho de Direção

Agnaldo Silva, Alvaro Antônio Caropreso, Antônio Carlos Ferreira, Antônio Carlos Moura, Antônio Neto, Armando Sartori, Benedito Cintra, Chico Pinto, Cláudio Moura, Eduardo M. Suplitz, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Flávia Carvalho, Jaime Leão, Jaime Sautchuck, Jair Borin, José Crisostomo de Souza, Kurt Mrow, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Márcia Bueno, Marcos Gomes, Maria Amélia Telles, Maria Elena Pereira, Maria Leonor Viana, Maurício Azevedo, Murilo Carvalho, Paulo Barbosa, Raimundo R. Pereira, Raimundo Teodoro de Oliveira, Renato Godinho, Samuel Rodrigues, Sérgio Buarque, Sônia Rodrigues, Teodora Braga

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Biquine de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Barboza Filho (18.7.1917-2.6.1976)

Diretor Responsável

Antônio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

REDAÇÃO

Nacional

São Paulo: Sérgio Buarque de Gusmão e Marcos Gomes (editores); Roldão de O. Arruda (editor assistente); Murilo Carvalho, Ascânio Jatoba e José Tadeu Arantes (reporteres); Ricardo Katsch, Adília Borges, Jair Borin (editores contribuintes); Eduardo M. Suplitz, Reynaldo P. Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, Paul Singer, Ricardo Bueno, Percival de Souza, José Melles Passos, Bernardo Leres (colaboradores)

Brasília: Chico Pinto (chefe da sucursal); Teodora Braga (chefe da redação); Jaime Sautchuck (editor assistente); José de Souza (reporter); Vladimir Carvalho, Barbara Hartz, Amarty Muller, Juarez da Silva, J. Frederico, Maria Rita Medeiros, Eduardo Neto, Alves de Souza, Alves Guimarães, Agamenon Cunha e R. Tavares (colaboradores)

Rio: Márcia Bueno (chefe da redação); Agnaldo Silva, Maurício Azevedo (editores contribuintes); Carlos Gentile de Melo, Nelson Werneck Sadre, Maria Vitor de Assis Pacheco, Maria Bandeira, Celina Whately, Jefferson Barros, José Roberto Alencar, Marcelo Auler, Tânia Coelho, Tercio Santos e Cecília Magalhães (colaboradores)

Curitiba: Fatima Murad (chefe); Ronaldo Garcia, Fabio Campana, Waldemar Marcelino, Eduardo Sganzerla, Maria Cristina Pflau (colaboradores)

Belo Horizonte: Cláudia Sampaio, Itamar Sardinha, Lucília Machado, Murilo Albernaz, Renato Godinho, Murilo Malaguth Mendonça e Luiz Bernardes

Salvador: José Crisostomo de Souza (chefe da sucursal); Antônio Dias, Edmilson Carvalho, Jadson de Oliveira, Maria da Corina Guimarães, Paulo Jackson Vilas Boas, Benedito Simões, Maria Izabel e Graça Fladello (colaboradores)

Recife: Geraldo Sabreira (correspondente); Terezinha Nunes, Marcos Cirino (colaboradores)

Fortaleza: Luiz Carlos Antero (correspondente)

Cultura

Fernando Peixoto (editor); Lucio Azevedo, Gilberto Galvão e Mirna Pinsky (editores-assistentes); Antônio Carlos Brito, Antônio Dimas, Caco Barcellos, Carlos Nelson Coutinho, Cláudio Moura, Emanuel Medeiros Vieira, Emilia Chagas, Florestan Fernandes Junior, Gianfrancesco Guarnieri, Gilberto Rocha, Heitor da Luz, Jean Claude Bernardes, José Antônio Sinch da Silva, José Louzeiro, Leonardo Kander, Luiz Egipto, Marcus Penche, Maria Angélica Carvalho, Maria Cecília Garcia, Maria Elizabeth Viviani, Maria da Paz Rodrigues, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo Vital, Plínio Marcos, Robson C. de Camargo, R. y Guerra, Salange R. Steves, Sônia Luyton, Tânia Follace, Tarik de Souza, Zulmira Tavares, Ana Cláudia Rech, Wagner Moraes e Rachel Soares

Internacional

Flávia de Carvalho (editor); Flávia Diegues (redator); Izalca Sardenberg, Maria Luiza Porto, Laura Bandeira, Sergio Suter (colaboradores); Aureliano Biancavelli e Alberto Villas (correspondentes Paris); Maria Chimanavitch (correspondente Tel Aviv); Frederic Fulgraff (correspondente Berlim); Renato Rossi (correspondente Roma); Judy Butler (correspondente Nova York); Helena Salem (correspondente Lisboa); Leda Beck, Lúcia Helena Barbosa, Magda Simões

Arte

Armando Sartori (coordenador); Juca Martins, Jayme Leão, Chico Caruso, Aicy (editores-assistentes); Sérgio de Oliveira, Cid Oliveira (diagramação); Elifas Andreato (edição especial); Cássio Loredano, Ruben Grilo, João Brito, Luiz Gê, Masso, Jota, Angeli, Iolanda Moraes, Luiz Carneiro, Bruno Liberati, João Zero, Agostinho Gaze, Arivaldo, Arthur, Lucia Regiani, Paulo K. Laerte, Marlene Pasquini

Samuel Rodrigues (chefe); Salange Simon (internacional)

Revisão

Aurea Regina Sartori, Valdir Mengardo, Carlos Alberto Calado

ADMINISTRAÇÃO

Antônio Carlos Ferreira (diretor de operações); Francisca M. Magalhães (assessor financeiro); Amnaris Maroni (departamento de contas); Paulo Roberto Barbosa, Cássio M.C. Mello Filho (administração); Arthur Scavone (promoções); Maria Leonor Viana (secretária); Dayse S. Marinho (secretária); Rita Sueste Barbosa (secretária)

Belo Horizonte

Departamento Jurídico

Luiz Eduardo R. Greenhalgh e Marcia Ramos de Souza

Departamento de Vendas

Antônio Neto (chefe); São Paulo: Maria Amélia Telles (chefe); Oliveira A.R. de Melo, Altair Soares, Terezinha Gonzaga, Carmen Lucia Coru, Sandra M. Rezende, Campagnolo, Alvaro Antônio Caropreso, Nuno D.C. Bittencourt, Curitiba: Márcio Antônio Melo, Landrina; Rubens Pinheiro de Souza, Recife: Luiz Augusto G. Falcão, Jarbas Araújo, Salvador: Maria Elena Pereira e Maria Renilda Dall'Rio Moura, Fortaleza: Luiz Carlos de Castro Belém; Jacy Brito Ribeiro, Porto Alegre: Guilherme Louz Florianópolis; Celso Martins, Campina Grande: Antônio Felinto Neto, Rio: Sônia Rodrigues, Luiza Marcia M. Santos, Brasília: Antônio Carlos, Belo Horizonte: Murilo Albernaz, Terezinha, Manoel Domingues, Natal: Giovanni Rodrigues, João Pessoa: Walter Oliveira, Macaé: Aldo Figueiredo, Manaus, Geraldo Soares

Serviços Gerais

Walquiria Monteiro (auxiliar adm.), Antônio Fernando Neto (aux. adm.), Itamar J. de Oliveira, Sérgio F. da Silva, Tereza Souza de Oliveira, Maria Stella Mantov (auxiliares de serviços)

Movimento é uma publicação da Edição S/A Editora de Livros, Jornais e Revistas, Administração e Redação

Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625 - Pinheiros, São Paulo, telefones 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua do Lapa, 180, sala 606 - telefone 222-6493. Sucursal Brasília: Edifício Márcia, sala 1007 - telefone 223-7416. Sucursal de Belo Horizonte: Gaita Coztes, 71, sala 1410, telefone 224-7605. Sucursal de Salvador: Rua Tingui, 133, Campo do Pálavro, telefone 243-0442. Sucursal de Curitiba: Rua XV de Novembro 297, sala 609, telefone 33-2857. Belém: Travessa Sete de Setembro, 159, sala 7, telefone 22-3362. Recife: Rua da Concórdia, 372, Ed. Concórdia, conj. 12, sala 3. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575 - São Paulo - Telefone: 65-5111. Composição e impressão nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 411 - Pinheiros - São Paulo - Telefone: 282-2523. Matéria internacional via Vnig

Novos dias antes da festa, os romeiros começam a chegar. Vêm dos sertões de Goiás, de Mato Grosso, do Maranhão, Minas Gerais. Vêm nos ônibus, amontoados na carroceria dos caminhões, mas principalmente a pé. Enormes multidões cortando as estradas do planalto central buscando Trindade, uma pequena cidade a 20 Km de Goiânia, onde durante nove dias se vive a Festa do Divino Padre Eterno, seus milagres, seu comércio, sua miséria.

Agora é domingo de manhã, 2 de julho o dia da festa, e já há cerca de 100 mil pessoas atulhando as ruas e praças de Trindade, que se transformou numa grande feira, onde as barracas vendem de tudo; roupas, panelas, louças, ferramentas, remédios - tudo o que o povo das roças, do sertão vai precisar. Uma estranha mistura de comércio de devoção, religião e divertimento: negociam-se terrenos, compram-se animais, vendem-se ferramentas, pagam-se as promessas ao Pai Eterno, dá-se esmolas aos mendigos - vai-se ao circo, onde hoje se apresenta Milionário e Zé Rico, ou se vai dançar nos forrós que se espalham pela cidade.

"Dá vontade de morrer logo e ir pro céu"

Além dos carros da polícia, da comissão organizadora, da prefeitura apenas os carros da Pepsi-Cola parecem ter trânsito livre nas ruas atropetadas de gente, abrindo caminho até mesmo nas filas de romeiros que se estendem por muitos quilômetros, à espera de poder entrar no Santuário, beijar a fita que desce da imagem do Padre Eterno, deixar suas esmolas e seus ex-votos. Os caminhões da Pepsi-Cola podem tudo: afinal é a Pepsi quem patrocina a festa. Os padres Redentoristas, os mesmos que construíram Aparecida do Norte, em São Paulo, com sua interminável basílica, construíram também Trindade. E parece que são mesmo bons no negócio pois conseguiram um excelente patrocínio: até mesmo atrás da grande Cruz, no altar externo, onde daqui a pouco o arcebispo D. Fernando, vai celebrar a Missa, há um belo luminoso da Pepsi-Cola, pregado na parede principal do Santuário. E por toda a cidade, amarradas nos postes, largas faixas exortam o povo à oração, à contrição: "o importante é ser não ter... Tome Pepsi-Cola". "Pão e Justiça para Todos" (logotipo Pepsi-Cola). Em alguns lugares, como diante da igreja velha, no centro, quem patrocina a fé é o Crush o outro refrigerante da Pepsi.

Mas a missa vai começar e é hora de contrição maior.

- Eu vim pedir duas graças ao Padre Eterno, na certeza de ser atendido: a primeira é pra ele curar a minha mulher da cabeça, ela panhou um nervosismo danado, fica longe de si muitos dias. A segunda é pra o meu filho mais velho voltar pra casa, vir viver de novo com nós, ele saiu e disse que ia pro Mato Grosso, sozinho, procurar ocupação e nunca mais deu notícia. Só isso, essas graças. Eu

A festa dos aflitos

Mendigos de todas as partes, religiosos que erguem templos majestosos, pessoas caridosas - fazem a Festa do Divino Padre Eterno, em Goiás. A Pepsi-Cola e o Crush patrocinam tudo

Murilo Carvalho



patrocínio da fé

vim de perto de Turvânia, vim a pé essas oito léguas pra segurar minha promessa. Jovino é velho, a roupa surrada e suja, sem nenhum ar de festa, a barba meio crescida, as mãos grossas imundas, cheirando casca de mexirica que ele deve ter chupado há pouco.

A missa já começou, os cânticos, as respostas da multidão que continua aumentando agora deve haver umas 40 mil pessoas na praça. Vários padres e diaconos celebram, mas a pregação vai ser feita por D. Fernando que parece um pouco deslocado ali, com aquele luminoso da Pepsi por cima da cabeça. E, na verdade, sua mensagem ao povo é bem diferente do que pode pretender uma multinacional como a Pepsi: ele fala de justiça, de trabalho, da vida sofrida do povo pobre. E fala dum jeito que parece ser entendido por todo mundo.

"Botaram fogo nas roças e a polícia em cima"

Quando eu era um padre mocinho, sacerdote novo, escutei uma vez, na rua, dois trabalhadores conversando. Um deles disse para o outro: Tem hora que dá mesmo vontade de morrer logo e ir para o céu; já ando cansado de quebrar pedra. E o outro trabalhador completou: adianta nada, porque você não sabe que até no céu pobre quebra pedra? E depois explica sobre a justiça, que deve ser aqui, agora e não num futuro céu.

José Marcondes, 46 anos, sério, um paletó marrom muito velho pendurado no braço, escuta atento. Ele está ali, com três companheiros, vindos de longe, do norte de Goiás, a mais de mil quilômetros, pedir uma graça.

- Nós temos um problema lá, da nossa terra, estão tocando a gente, os homens estão acutando a gente, pra mudar, levantar tudo. Ameaçaram, botaram fogo em muitas roças, botaram polícia em cima. Nem o juiz, nem o Ingra olhou por nós, a

gente já está meio sem esperança e veio aqui, quem sabe um milagre ajuda; o homem deve ter fé, se apegar a tudo. Lávem Araguatins eu sempre ouvia falar dessa festa aqui e foi as mulheres que falaram nessa promessa. Vir aqui rezar pro Padre Eterno ver se ajuda a gente não perder a terra. O lavrador sem terra é igualzinho padre sem hostia, não vive".

Os mendigos, os pedintes de Trindade também fazem parte essencial da festa. Uma das promessas mais comuns é a de dar esmola aos pobres mais pobres. E isso virou de tal maneira uma tradição que atrai mendigos, ulcerados, doentes de todo o sertão do Norte. E numa tentativa de acabar com o problema, os Redentoristas criaram a Vila São Cotolengo que passou a abrigar e cuidar dos mendigos e velhos doentes que procuravam Trindade. Mas a miséria é grande demais e a Vila só pode abrigar uns poucos.

Uma ruazinha do centro de Trindade, o Beco dos Aflitos os mendigos vão sentando um ao lado do outro, ao longo das sarjetas, seus chapéus e canecas nas mãos, suas feridas expostas. Num dos lados da rua há 162 pessoas sentadas, pedindo pelo amor de Deus. O povo passa e distribui suas moedas, dinheiro miúdo.

A maioria dos pedintes tem chagas profundas nas pernas, sangrentas, mal cheirosas: 93 mendigos estão com essas feridas na perna. Os outros são aleijados, velhos, doentes.

O sol está muito quente, apesar de ser inverno no Planalto Central. Elias, 24 anos, a ferida enorme tomando conta de toda a canela, brilhando besuntada de uma pasta amarela, vai recolhendo os donativos que recebe num saquinho de papel, que sua irmã, uma garotinha de 12 anos segura.

- Eu não sou mendigo não, eu tou é pagando promessa, pedindo esse dinheirinho pra voltar pra minha terra. Eu vim pedir a cura ao Padre Eterno.

A história do mendigo Elias é quase incrível, mas ele conta mostrando documentos, uma

amarfanhada carteira profissional, certidões de nascimento, passagens de ônibus.

- Eu sou barqueiro, trabalho numa canoa em Pernambuco, no Rio São Francisco. Dei uma pancada numa prancha e arruinou a canela, não deu cura, andei nos curandeiros, fui ver se conseguia o hospital do INPS, fui no Furrural e nada de cura. Tem três anos que eu tou com essa ferida e ela vai crescendo, vai comer minha perna inteira, então eu vim pedir ao Pai Eterno minha cura. Teve um moço que trabalhou por aqui, passou lá em Cabrobó uma vez e eu escutei ele falar de Trindade. Então eu resolvi vir. Eu tinha dois jegues e viemos montados neles, pela beira do São Francisco até Bom Jesus. Lá eu vendi os jegues e compramos passagem pra Brasília e chegamos aqui. Agora não tem mais dinheiro e eu resolvi pedir, eu tenho fé que eu volto e curo. Eu sou trabalhador, tenho família, Deus vai me ajudar.

"No começo eu tinha vergonha, depois perdi"

Do lado de Elias está o mendigo Manoel, carteira profissional com registro em duas fazendas: Boituba e Santarém. Deixou de trabalhar a 25 de março de 1975.

Foi logo depois que eu perdi o braço. Não era mais homem pro serviço, mandaram embora. Ai eu tive que evoluir pra mendigo, no começo eu tinha vergonha, depois perdi, quem pede não rouba, a gente asvez vai ver que tá pedindo o que é nosso mesmo. Eu não reza muito não, só acredito em Deus. Eu sou mendigo mesmo, agora não sei outra vida, vivo procurando festa pra pedir, vou agora pra Nerópolis, onde tem São Benedito. Mas não põe meu retrato no jornal não, senão a polícia acaba comigo.

Dos sertões de Goiás, no Mato Grosso, do Maranhão, de Minas Gerais veio o povo todo festejar em Trindade, rezar ao Divino Pai Eterno. Hoje à tarde eles começarão a retornar. Talvez mais animados, talvez mais contentes, e vão embora deixando abarrotados os altares dos Redentoristas, o bolso dos vigaristas, os cofres da prefeitura. E certamente retornarão outros anos, com as mesmas esperanças e as mesmas misérias.

- O ano que vem eu volto sim. Essa é a melhor festa do Brasil, a mais alegre. E fica perto, né? Maria Luiza, 19 anos, moradora da Ceilândia, a a imensa favela de Brasília.

EULER ACEITA A CONSTITUINTE

Sob o fogo dos que o consideram um exarcebado nacionalista, o general Euler Bentes Monteiro defende um governo de transição, o fim dos atos e leis de arbítrio, a anistia e a Constituinte

"Por isso, o que propomos a todos os brasileiros é instaurar-se de fato, no Brasil, o verdadeiro Estado de Direito Democrático. Um regime e um governo criados do povo, pelo povo e para o povo - como é do lema republicano. O que propomos, concretamente, é um curto governo de transição entre o Estado de arbítrio e o Estado de Direito; governo que, de pronto, remova todas as leis e emendas constitucionais de exceção e promova, pela anistia política, a pacificação dos brasileiros. É assim, com o Brasil pacificado, convoque a Assembleia Nacional Constituinte, pela qual todos os brasileiros construam o regime e a forma de governo de si mesmos". (do discurso do gen. Euler Bentes Monteiro, em Recife, na última quinta-feira)

O general Euler Bentes Monteiro continua sendo aplaudido nas concentrações públicas da Frente Nacional de Redemocratização. Na semana que passou, quatro mil pessoas no pátio da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em Recife, ouviram-no defender o fim de todos os atos e leis de exceção, e a instauração de um governo provisório que concederia anistia política e convocaria uma Assembleia Nacional Constituinte para estabelecer um Estado de Direito democrático no país. Seu discurso teve até mesmo certa beleza literária: citando João Cabral de Melo Neto, saudou os nordestinos para quem "cada dia de vida é uma dura vitória" e lembrou o sofrimento do povo, no meio de "tantos recursos naturais e humanos desperdiçados e mal-empregados" em nome de uma economia nacional "cada dia mais desajustada". Insistiu novamente, como uma semana antes em Manaus, em manter o tom nacionalista de sua apresentação: lembrou a Guerra dos Mascates, de 1710, os ideais revolucionários de Felício dos Santos e Tiradentes, sinais da "rebelião anti-colonial" há muito características do povo pernambucano.

Esse tom anto-colonialista já disparara contra ele, ao longo da semana, críticas contundentes da parte dos jornais das grandes empresas. Reagindo a suas afirmações de que a Amazônia estava sendo submetida a um tipo de exploração colonial e suas terras divididas em verdadeiras "sesmarias" entregues a estrangeiros, o *Jornal do Brasil* (dia 9) chamou-o de "o mais moderno porta-voz da mais antiga retórica nacionalista". O *Estado de S. Paulo*, em editorial atacou-o não só isso, como também por pretender que a democratização do país fosse "uma reconquista" e com isso negar "in limine o projeto de reformas do governo". "A menos que o gen. Euler revele agora sua face desconhecida, e nos diga que o aparato jurídico-repressivo e as doutrinas que se implantaram no País depois de 1968 são inteiramente inúteis para a Nação, seu ataque à colonização da Amazônia é inteiramente falso, por demagógico", disse *O Estadão*.

Magalhães Pinto, o outro dissidente que se destaca na Frente não teve o mesmo desempenho em Recife. Na semana que passou, ao contrário de Euler, estivera submetido a um namoro por parte da equipe Geisel-Figueiredo. Para muitos, estava eminente que ele deixaria a Frente, que, por sua vez, estava com seus dias contados. Enquanto Euler Bentes saía de Recife para visitar Campina Grande, João Pessoa, Souza e Cajazeiras, na Paraíba, Magalhães deixava a Frente e voltava para o Rio desculpando-se com a seguinte afirmação: "Eu sou candidato a Presidente da República e o general Euler, não".

A polêmica

Os deputados mais combativos do MDB que participam da Frente, aproveitaram a concentração para levar ao grande público presente especialmente a reivindicação de uma anistia ampla. Estavam em Recife vários parlamentares cassados, entre os quais Lysâneas Maciel, que foi entusiasticamente aplaudido. Jarbas Vasconcelos, o presidente do Diretório regional do MDB, que apresentou os integrantes da "Frente" ao público, repetiu, um por um, o nome de vários cassados. E a cada nome a plateia aplaudia e complementava com brados de "Anistia! Anistia!". Jarbas Vasconcelos lembrou ainda as torturas sofridas pelo estudante Cajá nas prisões de Recife. Os nomes de Miguel Arraes e D. Helder Câmara, quando citados por outros oradores receberam também estrondosas salvas de palmas. Nas grades do muro da Assembleia, uma grande faixa pintada em tinta azul lembrava que "A conquista da democracia depende da Organização Popular". E, de outra parte, inúmeros agentes da polícia federal, disfarçados de democratas atentos, ouviam com enorme interesse...

Na própria concentração, contudo, prosseguiu a polêmica que existe dentro de oposição saber-se o caráter é de oposição ou ele é um "destacamento avançado" de regime. A ala majoritária dos estudantes, representada por vários DCEs, compareceu para saudar como positivos "todos os avanços contra a Ditadura", embora ressaltasse que "não basta que se articulem novos partidos, Frente, sem uma ampla e predominante participação popular". Com um sentido oposto, representantes de outra tendência estudantil compareceram apenas para contestar o movimento. "O que nos cabe aqui questionar não é apenas o apoio à Frente Nacional Burguesa pela Redemocratização, mas sim a própria proposta de formação da Frente. De nada adianta criticar o caráter elitista da Frente, propondo que a mesma seja popular, pois a mudança estará apenas no nome".

Através de folhetos distribuídos na ocasião esses estudantes denunciavam "as tentativas de arrastar os setores mais consequentes da oposição para alternativas que buscam impedir o amadurecimento político das grandes massas assalariadas".

No geral, entre os deputados mais autênticos do MDB a Frente, ia conquistando cada vez mais forças. Lysâneas Maciel, por exemplo, disse na semana passada que o único erro que atribuía ao movimento, o de não contar com a participação popular, estava agora sendo sanado "pois começa a existir uma ampla mobilização em torno da Frente, em todo o Brasil". Na Bahia, Francisco Pinto, talvez o principal defensor da "Frente com Euler" continuou propondo o estabelecimento de um vínculo entre o MDB e uma base militar, "que permita uma ampla mobilização popular e que não tenha como ponto final o episódio eleitoral de outubro, mas, sim que continue, no caso de um sucesso eleitoral, a fim de impedir que outros atos de arbítrio, a exemplo do pacote de abril, sejam impostos à nação sem qualquer resistência". Chico criticou também as manobras de Figueiredo no sentido de esvaziar a Frente (na semana Figueiredo fez manobras para atrair Magalhães Pinto e se aproximar de outros dissidentes; ao mesmo tempo tentou "diálogos" com estudantes e trabalhadores e Portella anunciou que o projeto de reformas estava aberto a composições e mudanças). "Como a sociedade brasileira está se organizando e a candidatura Figueiredo foi a mais desacreditada entre todas as que sucederam 1964, a ele só cabia, como último recurso, tentar iludir o povo com falsos diálogos. Um candidato oriundo do SNI, com todos os seus condicionamentos e vícios, pretenderá governar este país como um computador, vendo subversivos por todos os lados e tentando puni-los com o rigor que sempre caracterizou sua atuação como de membro proeminente do atual sistema", disse Chico Pinto.

"Com o propósito aparente de tranquilizar Magalhães, Chico Pinto sugeriu que ele deveria esperar por um governo de transição de Euler Bentes, que seria rápido e daria a Magalhães oportunidade de candidatar-se à presidência, como é o seu desejo. "O Partido do Senador, que deverá ser uma grande agremiação da burguesia, poderá ter algumas condições de vitória ser uma grande agremiação da burguesia, levando em conta a sua capacidade de congregar o capital financeiro do país", sugeriu Chico talvez com ironia.

A grande questão levantada pela concentração de Recife, no entanto, é a do governo provisório e do papel das Forças Armadas num processo de substituição do regime atual por um regime democrático. Muitos autênticos tem insistido que o apoio a Euler visa essencialmente garantir que o Exército atual - através de alguns de seus grandes comandantes, como Euler, Hugo Abreu, talvez Ariel Pacca, Ayrton Tourinho garanta a transição pacífica da ditadura para a democracia. Em Recife, Euler foi saudado como "o soldado heróico que, resguardando as mais legítimas aspirações das Forças Armadas, antepõe-se aos que procuram conter a nossa vocação democrática". Essa parece ser, no entanto, a grande questão que é preciso debater e sobre a qual os opositoristas mais combativos que apóiam a Frente parecem não ter ainda se detido com mais profundidade: é o Exército brasileiro atual, que sustenta o regime atual de perseguição e violência, que garantirá uma ordem democrática no país? Ou será necessária uma ampla reorganização das Forças Armadas? Não é a força do movimento popular e democrático que garantirá a democracia, porque está efetivamente interessado nela? **Raimundo Rodrigues Pereira**

As opiniões do general E. Bentes



Em veemente declaração à imprensa no último dia 11, o general Euler Bentes

Monteiro acusou os meios de comunicação social de estarem "a serviço do governo e do candidato oficial da Arena e de utilizarem a "desinformação" com relação à Frente Nacional de Redemocratização. De fato, depois que o general Euler Bentes começou a explicitar melhor suas opiniões, através de entrevistas e pronunciamentos nas reuniões da Frente, alguns órgãos da chamada "grande imprensa" passaram a atacar a sua candidatura - no dia 12 passado, por exemplo, o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo*, publicaram violentos editoriais contra seu pronunciamento na reunião da Frente em Manaus, criticando, especialmente, as suas denúncias contra a exploração estrangeira da Amazônia. Movimento, que logo após o surgimento da candidatura de Euler Bentes pelo MDB publicou uma coletânea de suas declarações políticas, traz agora um resumo dessas suas últimas manifestações.

Sobre o programa de seu eventual governo: "O objetivo fundamental é conduzir o Brasil a um estado de direito democrático (...) feito através de um governo de transição. O início desse período de transição para a democracia será sem dúvida a revogação de todos os atos de exceções. Paralelamente devemos fazer a conciliação, através da anistia. Se a sociedade estiver organizada, ela elegerá uma Constituinte que fará a Carta Magna que expressa o desejo dessa sociedade. Essa etapa inicial pode ser conduzida sob a Constituição de 1967, expurgada de seus excessos. Nesse período inicial marcaríamos eleições diretas para todos os níveis. Convocaríamos imediatamente eleições diretas para os governos estaduais, anulando as anteriores (as indiretas); e no final dos três anos de governo transitório, portanto em 1981, seriam convocadas eleições diretas também para a Presidência da República".

Sobre a Constituinte: "Vou colocar duas alternativas, porque acredito que a conjuntura do momento será decisiva para a prevalência de uma ou de outra. A primeira alternativa é aproveitar a eleição de 15 de novembro, resolvendo-se o absurdo do senador indireto através de nova eleição (...). Esse Congresso eleito a 15 de novembro poderia avocar o Poder Constituinte votando a nova Carta Magna. Na segunda alternativa, o Congresso eleito a 15 de novembro funcionaria normalmente e seria convocada uma eleição especial para a Assembleia Constituinte que funcionaria com constituintes eleitos especificamente para este fim. Haveria uma legitimidade maior nesta alternativa, sem dúvida".

Sobre o projeto político de Geisel: "A abertura gradual e segura acaba subordinando o projeto de reformas ao projeto do poder. Uma abertura gradual sempre leva à tentativa do fechamento ao menor sinal de dificuldades, até porque os instrumentos excepcionais estão à mão, à espera do uso. E o continuismo no poder, a disposição do continuismo, é muito mais forte que a disposição de reformar".

Sobre a sua participação no atual processo político e a radicalização política: "Um confronto de radicalizações pode ocorrer pelos motivos mais secundários, e o que pode conduzir dentro dessa conjuntura? A maiores exceções, a um fechamento maior do regime, talvez a uma colocação explicitamente ditatorial (...) mas que não resiste a curto prazo. Aí teríamos perigos muito maiores de revoluções sociais quando isso não está na nossa índole, nem nossos problemas pedem esse tipo de soluções violentas, cujo custo social é incalculável".

(...) Eu estou nesse processo justamente por achar que as radicalizações que estão presentes poderiam desencadear confrontos imprevisíveis. Então o que eu procuro é encontrar um conduto político que tire os radicais de uma posição de possível confronto e traga como participantes de uma solução viável dentro dos condutos legais. (...) Nós estamos desradicalizando.

Sobre a existência da União Nacional dos Estudantes (UNE): "Sou favorável a que os estudantes tenham a sua organização nacional (...) desde que se processe dentro das limitações a que se submetem outras instituições, como a ABI, a OBA e outras, que não se imiscuem nos problemas políticos-partidários".

Sobre as concessões à empresa estrangeira: "Estamos entregando uma série de coisas que são nossas! E os incentivos, e as isenções fiscais, e o diabo?! Compreendo a colocação da procura em desenvolver o país ao máximo, aproveitando consequentemente essas oportunidades, mas há um limite: que a gente não perca o comando das coisas. Que tudo que seja feito seja revertido em proveito dos brasileiros".

Sobre o modelo econômico adotado na Amazônia: "Aqui temos a face negativa da concentração de renda interna regional, que faz do Amazonas, da Amazônia em geral, um exemplo típico de economia colonial, em que os investimentos funcionam como bombas de sucção de suas riquezas, em proveito de outras regiões do país. Fenômeno que se repete no concernente à dependência externa da economia amazônica, da economia amazônica em geral, tanto no que se refere à exploração agropastoril e de seu imenso território, lotado em gigantescas porções de terra, verdadeiras sesmarias, entregues ao proveito de capitais alienígenas, quanto nos projetos industriais, que se baseiam em associações extraordinárias desvantajosas, senão francamente ruins aos verdadeiros interesses nacionais".

A ditadura acabou?



“Estamos apenas no início de uma novela prolongada”

Nelson Werneck Sodré



A insatisfação geral com o regime dominante no Brasil coloca o problema de saber se a ditadura chegou ao fim, se não dispõe mais de recursos para prolongar a sua vigência, se o seu debilitamento é suficiente para possibilitar a emergência de soluções realmente democráticas. O regime brasileiro, em primeiro lugar, nada tem de original. Se regimes do mesmo tipo - ou modelo, para utilizar uma categoria do agrado dos cientistas políticos - proliferaram na América Latina, na mesma época, tal generalidade já deveria ter despertado a atenção daqueles cientistas. Todos eles, agora, chegam ao fim ou dele se aproximam. Mais uma coincidência? Não parece, a generalidade desmente essa explicação simplista. O que parece mais próximo da verdade é o caráter obsoleto da forma de que revestiu o poder ditatorial, agora, para servir aos interesses do imperialismo e da reação. No amplo painel da luta ideológica, em que o imperialismo aparece, por mais grotesco que isso seja, como paladino de direitos humanos e de formas democráticas, aqueles regimes tornaram-se obsoletos. Responderam a um momento de crise, quando cresciam e assumiam formas organizadas as forças democráticas, na América Latina. A instauração da ditadura, no Brasil e nos outros países latino-americanos, foi o expediente de urgência para deter o avanço de um processo que aparecia, por vezes, como torrente impetuosa, que seria impossível deter. Foi detida. Sabemos bem a que preço. Agora, trata-se de mudar a forma, deixando inalterado o conteúdo.

Dai a heterogeneidade das forças que, descontentes com a ditadura, estão divididas quanto aos caminhos para a fase de transição para um regime que possa, sem grande escândalo, receber o título de democrático. Tal heterogeneidade proporciona ao regime vigente condições de manobra - e ele está manobrando em retirada, mas de forma segura e organizada - além do que, ao contrário do que muitos ingênuos pensam, a ditadura dispõe de muito mais força do que as aparências indicam. O que mais desperta a atenção dos que procuram ver além dos horizontes próximos e curtos da sucessão presidencial, é a diferença que separa, visto o conjunto em grande escala, as forças descontentes com o regime. Elas dividem-se em duas correntes principais: a dos que desejam a liquidação desse regime, e a dos que desejam tal liquidação e a temem, sofrendo de ambiguidade que cerceia a sua participação na luta política. O temor desse componente faz com que, em grande parte de episódios que seguem e marcam o desenvolvimento do processo, ela some com a ditadura e retarde ou mesmo impeça o avanço político. Claro está que aquele processo está seguindo ritmo por vezes acelerado, ao impulso de camadas populares que emergem para a luta política e dele começam a participar cada vez com efetividade maior.

Assim, não estamos em vésperas de fase paradisíaca, em que comemoraremos festivamente a morte da ditadura. Estamos, muito ao contrário, nos preliminares de processo que, segundo tudo indica, será longo,

penoso e não está isento de retrocessos, ainda que estes possam ser breves e levem a avanço subsequente de maior profundidade. O fato de padecerem da ambiguidade referida antes forças que se separaram da ditadura, no entanto, não deve levar a que as outras, mais consequentes, as desprezem e suponham que não lhes cabe um papel. A advertência deve servir apenas como alerta para os perigos de um otimismo demasiado e para a necessidade de paciência na luta política, encarando deficiências dos aliados, na liquidação do regime, como naturais. E conhecendo, fundamentalmente, que, para tal liquidação, é indispensável a mobilização de todas as forças, inclusive daquelas que sofrem de ambiguidade. Dai tornara-se problema de extraordinária importância a recusa a uma esquerdização que a correlação de forças não comporta de maneira alguma e que leva à divisão e ao debilitamento da ampla e heterogênea frente que se está formando, de algum tempo a esta parte, independente da formalização.

O processo atravessará, inevitavelmente, etapas e fases, contido às vezes, impetuoso adiante. Parecerá, de quando em quando, que a luta está finda, com a vitória absoluta das forças democráticas, quando, na verdade, isto estará longe de acontecer. Importa assinalar, pois, em favor da própria luta, que estamos apenas nos primeiros episódios de novela prolongada. Muito teremos ainda de caminhar. E o que caracteriza melhor a etapa atual e inaugural é a estreiteza da área política, em que estão figurando apenas elementos da reação, do imperialismo, do latifúndio, da burguesia, da pequena burguesia, estes os mais audaciosos, sem dúvida. Falta nessa área a classe que fornece o trabalho. No momento em que esta entrar na área política, isto é, participar, de forma organizada, o quadro mudará de qualidade. Mas, sem dúvida, aquela primeira etapa, a que estamos atravessando, é necessária. Sem ela não se chegará à segunda. Estamos apenas procurando criar as condições para que a luta política, em nosso País, possa desenvolver-se livremente. E só quando isso se tornar realidade estaremos iniciando outra etapa: a da discussão e solução dos gravíssimos problemas que, em nosso País, a ditadura somou, sufocou e agravou. Mas isto, como dizem Hipling, é já uma outra história.

A ditadura está morta. Estamos assistindo os seus estertores. O atestado de óbito já foi assinado”, diz o senador Paulo Brossard. “O regime já se exauriu”, afirma o senador paranaense Leite Chaves. “Está começando a cair”, acredita o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. “Acabou-se a ditadura”, sustenta o jornalista Marcos Sá Corrêa, em artigo publicado no Jornal do Brasil.

Manifestações como estas sobre a conjuntura política que o país atravessa atualmente já estão se tornando frequentes. Mas de fato houve uma mudança assim tão radical na conjuntura que já permite dizer que o regime mudou sua natureza? A ditadura realmente acabou? É o debate que Movimento inicia nesta semana.

“É o período de sua queda eminente”

Diretório Central dos Estudantes da USP
(gestão Liberdade e Luta)

A principal modificação na conjuntura foi a intervenção da classe operária na cena política. Essa intervenção, através do movimento grevista, teve o dom de remexer em todas as relações políticas e sociais da sociedade. Não só o arrocho salarial, como também a luta por liberdades democráticas, na medida em que ela questiona a legislação anti-grevista do regime militar e a estrutura sindical. Quando também o movimento passa por cima dos pelegos e quando ao criar as comissões de fábricas, quando vai de encontro a essas leis que regulamentam a estrutura sindical.

Por que remexeu? A ditadura se mostrou incapaz de politicamente intervir nesse movimento, ao contrário das greves de 68 e 72 (greve na Villares, onde houve intervenção policial).

A partir das greves operárias surgem mobilizações de diversas categorias profissionais com o espaço aberto a partir dessas greves. Outro reflexo na conjuntura é o aceleramento das articulações da burguesia, no sentido de operar modificações na sua forma de atuação. A partir do momento em que os trabalhadores marcaram sua presença como uma força viva na cena política do país, a burguesia aprofunda essa sua articulação tentando buscar formas de exercer o controle sobre esse movimento. Na medida em que fica mais claro que a ditadura é incapaz de controlar esse movimento com seus métodos tradicionais, a expressão disso tudo aí é a Frente Nacional de Redemocratização, cuja composição evidencia duas coisas. De um lado o desmembramento do regime, na medida em que até um general de quatro estrelas faz parte da Frente. E por outro, a total incapacidade de ser um canal a ser levado a sério pelo movimento de massas porque não é nenhum agrupamento de ministros arrependidos, generais comprometidos até então com a sustentação do regime e um partido criado pela ditadura que vai poder levar adiante as reivindicações mais candentes dos oprimidos e explorados do país. Nossa posição é frontalmente contrária a essa frente, que não passa de engodo lançado pela burguesia buscando a passagem amena de um regime para outro.

Diante de tudo isso fica claro o profundo desgaste e erosão das bases de sustentação do regime. No entanto, o regime não caiu ainda, embora vivamos o período de sua iminente queda. Essa situação coloca o desfecho próximo que é o deslocamento dos generais do poder dando lugar a uma outra forma de dominação e o grau de democracia que vier a suceder a ditadura militar vai depender diretamente da intensidade da mobilização dos trabalhadores, ou seja, sua capacidade de impor à classe dominante as suas reivindicações. Fundamentalmente essas reivindicações se concentram na convocação de uma Assembléia Constituinte democrática e soberana, precedida de uma anistia ampla e irrestrita; liberdade de organização partidária; voto aos analfabetos, soldados e marinheiros. Ou seja, tudo o que preceder ao fim da ditadura.

As massas não interessam outro governo que não seja o governo da Constituinte soberana. Qualquer Constituinte que tenha seus poderes limitados por qualquer governo - por exemplo, a Constituinte proposta pelo Euler -, será incapaz de avançar de fato na resolução dos problemas urgentes do país: fim do arrocho salarial, reforma agrária, liberdades democráticas e expulsão do imperialismo.

A guerrilha do Araguaia

Uma história secreta começa ser revelada: a da guerrilha que durante dois anos sacudiu a região do rio Araguaia, na Amazônia

O Coojornal, mensário da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, quebrou na semana passada um dos maiores tabus da imprensa brasileira: a guerrilha do Araguaia. Um movimento que, a partir de 1972, na confluência do Pará, Maranhão e Goiás, mobilizou milhares de homens das Forças Armadas contra 69 guerrilheiros ligados ao Partido Comunista do Brasil (o PC do B). Numa reportagem de três páginas, com mapa da região e foto de um guerrilheiro, o Coojornal contou a história da guerrilha (veja um resumo da reportagem, ao lado).

Nos últimos 6 anos, foi a única reportagem publicada sobre o assunto.

O segredo era tanto que nem mesmo os processos de guerrilheiros presos mencionavam a guerrilha. José Genuino Neto o guerrilheiro apresentado pelo Coojornal, por exemplo, preso em abril de 72, foi processado sob outras acusações.

O presidente Médici nunca publicamente sobre o assunto. O presidente Geisel fez uma única menção, na mensagem que enviou ao Congresso em março de 73, ao falar da contenção da subversão no País. Alguns políticos governistas, como o senador Jarbas Passarinho, ex-governador do Pará e o deputado Célso Borja fizeram rápidas menções à guerrilha - em debates no Senado ou entrevistas à imprensa. Mas eram informações tão pouco esclarecedoras quanto as referências esparsas que eventualmente saíram em algumas reportagens.

Os repórteres Palmério Dória Vasconcelos, Sérgio Buarque e Vicent Carelli perseguiram o assunto desde 1972. Andando pela Amazônia a serviço de várias publicações, fizeram entrevistas, ouviram histórias, procuraram, catalogaram o máximo de informações.

Tudo era segredo. O coronel Cid Zenóbio de Aguiar, cearense de 45 anos que em 1976 comandava o batalhão do Exército em Marabá (PA), a maior cidade da região ocupada pelo Exército, não falava muito. Em duas horas de conversa com os repórteres, deu uma única informação importante: "As operações antiguerrilha foram oficialmente encerradas em janeiro de 75". O comandante da PM de Marabá, Capitão Cleto Fonseca, paranaense de 29 anos, apesar de ser velho amigo de Palmério, só fez um comentário: "Os terroristas chegaram em 70 e queriam fazer daqui uma Cuba".

Restavam os fazendeiros que auxiliaram as Forças Armadas. Carlos Holanda, cuja fazenda em São Geraldo do Araguaia (PA) foi ocupada pelo Exército, lembra bem da guerrilha: "Um inferno esse tempo". E mais não falou, embora levasse os repórteres até São Domingos do Araguaia para entrevista com um personagem muito importante: Piauí, o homem que matou o mais lendário dos guerrilheiros, Osvaldão - quase 2 metros, forte, preto, um dos últimos mortos pelo Exército. Piauí estava viajando.

A Igreja do Araguaia (os bispos Estevam Avelar e Alano Pena e mais alguns padres) contou o que sabia. A população também tinha histórias, algumas fantásticas, mas que bem dimensionavam os acontecimentos verdadeiros. Na região, foram os Suruí os índios que falaram abertamente. Dentro da maloca, um silencioso grupo de 20 índios ouviu Massu, um dos que serviram de batidores para o Exército, contar os últimos lances da guerra na selva. (O relato dos índios está na página 12)

Os documentos judiciais anexados aos processos abertos contra guerrilheiros - a dirigente do PC do B Elza Monnerat, por exemplo (pag. 11) serviram para reconstituição dos fatos. José Genuino Neto, o guerrilheiro que já cumpriu pena de 5 anos e hoje em São Paulo, foi localizado através de um jornalista estrangeiro e aceitou dar um depoimento (pags. 10 e 11). Os arquivos dos grandes jornais foram revistados em busca de todo tipo de informação e se viu que tinham material precioso: exemplares do jornal dos guerrilheiros - O Araguaia, por exemplo.

Movimento resolveu insistir em obter a versão oficial. Entrevistou generais e outras fontes militares, parlamentares, bispos e padres, ex-governadores sobre o que foi a guerrilha do Araguaia (pags. 8, 9 e 12). E uma das formas jornalisticamente mais eficazes de quebrar o caráter de tabu de acontecimentos

O fim do mistério

Um resumo da reportagem "Operação Araguaia" publicada no Coojornal de julho de 78



foto: arquivo Hélio Silva

João Amazonas e Maurício Grabois — na foto da bancada do PC na Constituinte de 46. Entre eles está Luís Carlos Prestes. O primeiro da esquerda para a direita é Jorge Amado. O bigodudo sorridente, na fila de trás, é Carlos Marighela. O negro da esquerda é Gregório Bezerra.

Quem chegava da cidade precisava se adaptar à selva. De dia, o novato trabalhava na roça, cortava madeira, melhorava a casa. De noite, ouvia dos mais antigos explicações sobre os costumes do lugar. Aprendia o que era jujuira (o trabalho de roça), terecô (a macumba local), bate-pau (delatores). Recomendação importante: ouvir muito e falar pouco. Todos pegaram malária. A noite ouviam rádios estrangeiras e nacionais para se informar. Osvaldão, já enraizado no local, apresentava os mais novos à população. Eles iam nas novenas, batizavam crianças, participavam dos adjuntos (mutirões).

Ao lado do trabalho da roça, faziam o treinamento para a guerrilha. Ginástica, caminhadas pela selva, estudo de táticas militares.

Em 1970, a região começou a mudar. O governo lançou o Programa de Integração Nacional, cujas pilastras eram a rodovia Transamazônica e o plano de colonização da região com um milhão de famílias. A região foi invadida por migrantes. O problema da terra agravou-se.

Em 1972 chegou o Exército. Em abril foram feitas as primeiras prisões, inclusive a

de José Genuino Neto, o ex-presidente do DCE cearense que estava no Destacamento da Gameleira. Em setembro, saiu a única grande reportagem publicada sobre a guerrilha, no jornal O Estado de S. Paulo. Dizia que Xambioá era uma praça de guerra. Cinco mil soldados, de várias companhias, estavam caçando os guerrilheiros.

O jornal relatava um diálogo do comandante das tropas, o general Antonio Bandeira (hoje diretor do Departamento Geral de Serviços do Exército) com o engenheiro-chefe do DER de Goiás:

— Engenheiro, eu preciso de uma rodovia de 30 quilômetros, pronta dentro de dois meses, ligando Araguaiana a Araguaianã.

O engenheiro disse que era impossível construir a estrada em tão pouco tempo. O general esclareceu:

— O senhor não me entendeu direito. A obra tem que ficar pronta em dois meses porque eu vou passar por ela com minhas tropas. Os problemas a resolver são seus.

Na data marcada, o general Bandeira inaugurou a estrada conduzindo suas tropas.

Os primeiros futuros guerrilheiros começaram a chegar à região no fim de 1967, subindo pelos rios Tocantins e Araguaia após viajar pela rodovia Belém-Brasília, ainda uma estrada de terra batida. Foram se estabelecendo na margem esquerda do rio Araguaia: uns como vendedores ambulantes - marreteiros, na região - outros compraram posse de terra na mata, outros montaram farmácia em lugares. Eram mais ou menos 10, preparando caminho para os que chegariam em 1970 e 71.

A região era estratégica: a faixa de terra na confluência dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás. Uma região bonita, atravessada pelo rio Araguaia. Rica: lá tem a serra do Carajás, a maior reserva de minério de ferro do mundo. A partir de 1966, começaram a se instalar as grandes fazendas de gado, financiadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam. Não havia estradas, a Belém-Brasília passava longe. A terra era devoluta (pública) e havia poucos conflitos entre posseiros e proprietários. A região era pouco policiada (só destacamentos da PM) e um Tiro de Guerra em Marabá, no Pará.

Os primeiros a chegar eram conhecidos na cidade.

Angelo Arroyo - Operário metalúrgico no bairro italiano do Brás, em São Paulo. Participou da grande greve de São Paulo em 1953 e do movimento de Formoso, uma revolta de camponeses dessa cidade de Goiás contra grileiros e a PM, em 1956.

Maurício Grabois - Deputado pelo Partido Comunista do Brasil na Constituinte de 1946. Na Câmara, foi líder da bancada do PC.

Elza Monnerat - Funcionária pública no Rio, velha militante do PC do B.

Paulo Rodrigues - Dele, sabe-se pouca coisa. Era gaúcho.

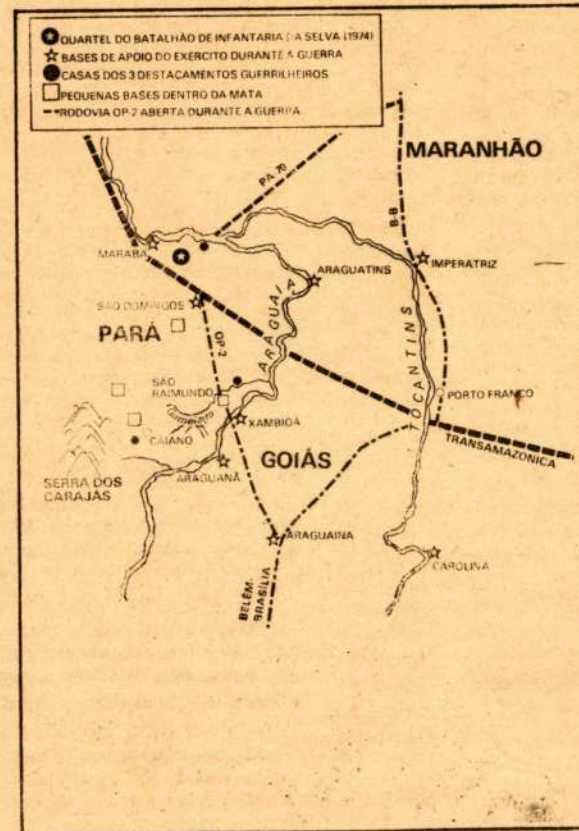
João Carlos Hass Sobrinho - Gaúcho, médico, ex-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal e da União Estadual dos Estudantes do RS. Antes de chegar à região, morou em Porto Franco, Goiás. Construiu um hospital com apoio da população e das autoridades municipais.

Osvaldo Orlando Costa - Quase dois metros de altura, sapatos nº 48. Oficial da reserva - fez o antigo CPOR no Rio - e engenheiro. Jogador de basquete do Botafogo do Rio.

Segundo os processos que mais tarde seriam abertos na Justiça Militar, eles iam "organizar os camponeses visando incorporá-los no processo de transformação social brasileira". Iam formar um "embrião de um exército popular para tomar o poder pela luta armada".

Osvaldo ficou o mais conhecido de todos. Chamado de Osvaldão, diz-se que carregava um saco de 60 quilos num ombro, outro de 60 quilos no outro ombro. Osvaldo fixou-se na localidade de Gameleira, município de São João do Araguaia, onde mais tarde seria formado um Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia. No destacamento havia 21 pessoas, divididas em grupos de 7. Havia três destacamentos no Araguaia: o de Osvaldão, na Gameleira; outro em Apinajés, perto de Marabá; e o último em Caiano, perto de São Geraldo, em frente a Xambioá.

O destacamento da Gameleira começou com Osvaldão e um velhinho de cabelos brancos: João Amazonas de Souza Pedrosa, ex-deputado pelo PC em 46 e considerado até hoje um dos dirigentes do partido. Mais tarde, chegou José Genuino Neto, ex-presidente do DCE da Universidade Federal de Ceará. Depois chegaram mais Antônio Ribas, o Ferreira, paulista, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas. Ferreira foi ser castanheiro, a 18 quilômetros da posse de Osvaldão. De 70 a 71 chegaram Flávio, Amauri, Sueli, Maria Diana, João, Lourival e outros.



A região ficou superpoliciada. A Igreja teve problemas: o padre Humberto, francês da Bretanha, foi confundido com um guerrilheiro e preso por um soldado. Mais tarde, foi solto. Na Transamazônica, o Exército montou cinco barreiras num trecho de 120 quilômetros: os posseiros que desciam, eram revistados e seus documentos comparados com uma lista de presumíveis guerrilheiros. Na selva, havia a guerra. Elza Monnerat, que anos depois seria presa em São Paulo numa reunião da direção do PC do B, disse na Justiça que as operações eram dirigidas pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia. Havia uma comissão militar, aparentemente dirigida por Maurício Grabois, Angelo Arroyo e João Hass Sobrinho. Os guerrilheiros tinham um hino, um jornal - o Araguaia - e um programa de 27 pontos com as reivindicações da população local. Muitos morreram, segundo Elza. Angelo Arroyo conseguiu escapar da região e foi morto em dezembro de 76, quando o Exército invadiu uma casa no bairro do Alto da Lapa, em São Paulo, onde se realizava uma reunião do PC do B.

Segundo o coronel Cid Zenóbio Aguiar, ex-comandante do batalhão do Exército em Marabá, "as operações antiguerrilha foram oficialmente encerradas em janeiro de 1975".

HISTÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA



Um general do Exército defende a divulgação de uma versão oficial sobre a guerrilha do Araguaia, afirmando que "o fato já é história". Mas a verdade é que seis anos depois do início da deflagração do conflito e três anos após o anúncio oficial do seu fim, o regime ainda insiste em manter o silên-

cio sobre a guerrilha. Do general Viana Moog, um dos comandantes das tropas do Exército que participaram do conflito, ao ex-presidente Médici, Movimento tentou sem sucesso entrevista as principais autoridades governamentais que se envolveram diretamente com o conflito.

Contudo, o tabu já começa a ser rompido: militares que participaram das operações de guerra, prefeitos das cidades da região, autoridades, políticos e pessoas que viveram aqueles acontecimentos, também ouvidos por Movimento na semana passada, falam abertamente sobre o assunto.

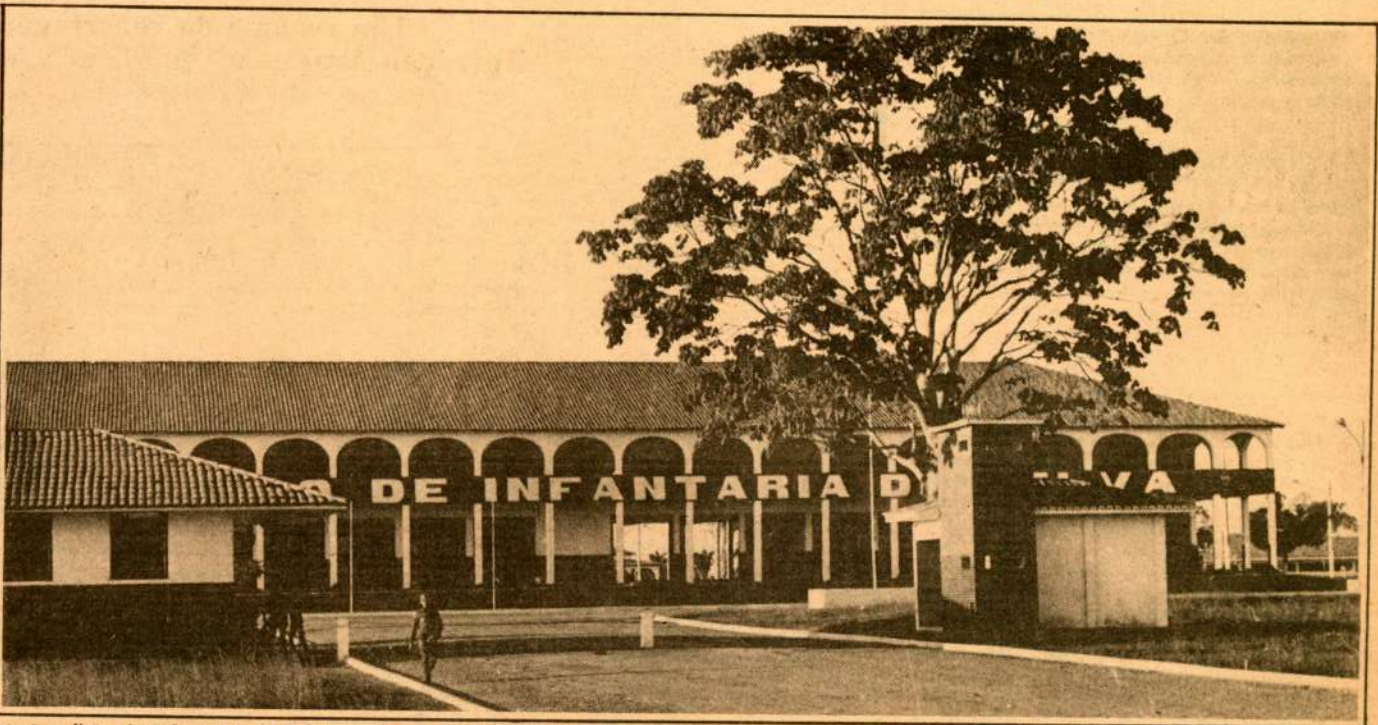
"O fato já é história" diz um general

O chefe da equipe de segurança que vigia permanentemente a entrada do apartamento do ex-presidente Médici nem quis saber de que jornal era o repórter Márcio Bueno, da sucursal do Rio de Janeiro do Movimento, que tentava conseguir uma entrevista com o ex-presidente sobre a guerrilha do Araguaia, cuja principal fase transcorreu durante o seu governo. "Pode ser o New York Times ou qualquer outro jornal e sobre qualquer assunto que ele não dá entrevista", encerrou a conversa o chefe de segurança. O major Guilherme, assessor do general Antônio Bandeira, atual diretor do Depto. Geral de Serviços do Exército e que foi um dos principais comandantes das tropas do Exército que lutaram no Araguaia, consultou o general sobre a pretensão do repórter Teodomiro Braga de entrevistá-lo voltou instantes depois com uma categórica negativa: "O assunto que vocês querem falar com ele é a respeito daquilo que saiu no Em Tempo (1), não é? Não há novidade nenhuma naquilo, ele não se preocupa com aquilo. Por causa desta publicidade que tem recebido, se ele fosse candidato à presidência da República, teria boa votação". O general Viana Moog, atualmente na reserva, que era comandante militar do Planalto e também comandou operações do Exército no Araguaia, reagiu com rispidez ao ser abordado sobre os acontecimentos no Araguaia entre 1972 e 1975: "Não confirmo nem desminto. Esse assunto só pode ser tratado pelo Estado Maior do Exército. Não adianta insistir que eu não falo nada". O general Hugo Abreu, que foi o chefe da brigada de paraquedistas que teve participação decisiva no desmantelamento da guerrilha e hoje é vice-chefe do Departamento Geral do Pessoal do Exército, aceitou receber em seu gabinete a chefe da redação de Movimento em Brasília, Vera Lúcia Manzollilo. Mas não quis falar oficialmente sobre o assunto, alegando que ele ainda é confidencial dentro do Exército. O coronel Antônio, assessor do general Silvio da Silva atual comandante da 23ª Brigada de Infantaria da Selva, sediada em Marabá, principal cidade da região do Araguaia, tentou demover o correspondente de Movimento em Belém, Luis Maklouf, de entrevistar o comandante a respeito da guerrilha. "O senhor não vai conseguir isto. Não é missão nossa dar informações a este respeito. A nós não está interessando outra versão que não a nossa. Nós sabemos qual é a verdade. O que se publica por aí não nos afeta nem interessa e o general não vai entrar num assunto desses", disse o coronel, visivelmente irritado. Mais atencioso, o general recebeu o repórter de Movimento em seu gabinete mas foi logo falando: "De jeito nenhum eu vou abrir a boca sobre este assunto. Só o ministro do Exército poderia fazê-lo". Mesmo depois de ouvir atentamente todas as indagações do repórter e de saber que o mensário Coojornal, de Porto Alegre havia publicado uma reportagem sobre o assunto, o general continuou insistindo: "Não, jamais vou falar alguma coisa sobre isto".

Como se vê, seis anos após sua deflagração e três anos depois de oficialmente encerrada e mesmo após a reportagem do Coojornal quebrando o tabu sobre o assunto na imprensa, a guerrilha do Araguaia ainda é uma questão sobre a qual o regime ainda não quer falar. Contudo, apesar das negativas destas autoridades oficiais procuradas por Movimento, outras altas figuras do regime ou pessoas que viveram de perto aqueles acontecimentos já aceitam falar sobre a guerrilha do Araguaia, quebrando o longo silêncio.

"houve violências de parte a parte"

O próprio comandante da 21ª Brigada de Infantaria da Selva, sediada em Marabá general de brigada Silvio da Silva, embora se negando a entrar em detalhes sobre o assunto, diz que o conflito do Araguaia realmente acabou e que "agora a região é completamente calma". O general que fala dos "imensos benefícios" que o 23º Batalhão teria trazido à região, é o militar que perdeu cinco dedos de



52º Batalhão de Infantaria da Selva, no km 8 da Transamazônica

uma mão no atentado contra o então ministro da Guerra Costa e Silva, em 1967.

Por outro lado, um general que participou da luta armada do Araguaia, concordou fazer alguns comentários sobre o assunto a Movimento, embora sem permitir que fosse identificado. Ele acha que é necessário que haja uma divulgação do Exército sobre aqueles acontecimentos "pois o fato já é história". Afirma não saber da suposta existência de um dossiê do Exército sobre a guerrilha. Reconhece que a população civil sofreu muito, mas diz que "isto acontece sempre na guerra, e não só na guerra de guerrilha". Admite que "houve violência, de parte a parte", mas frisa que "isso é inevitável na guerra". Acusa os guerrilheiros de também terem cometido violências contra a população, "pois eles tentavam ganhar o pessoal, e, se não conseguiam, também utilizavam a coação". Negou terminantemente que tivesse sido utilizado o desfolhante químico, ou que tivesse ocorrido qualquer tipo de bombardeio aéreo no período de combate ao movimento guerrilheiro. Essa versão se aproxima da versão apresentada pelo senador Jarbas Passarinho, na entrevista sobre o assunto publicada na página seguinte. Embora ainda falte a palavra governamental, já existe uma certa versão oficial sobre a questão como se vê.

João Saraiva dos Santos, que foi prefeito de Xambioá de 1971 a 1974, também não se nega a falar sobre a guerrilha. Ele conta que, no início de 1972 o Exército tomou posição em Xambioá para combater a guerrilha. Ocupou o aeroporto local, a dois quilômetros da cidade, instalando ali suas bases de operação. Ele diz que em Xambioá estavam apenas as bases do Exército e que as operações eram todas efetuadas em território paraense, isto é, do outro lado do Araguaia. O primeiro contingente que chegou a Xambioá foi comandado pelo coronel Torres, de Brasília. Depois vieram o coronel Eli de Oliveira Castro, que esteve lá duas vezes, e também o coronel Barbosa de Ipameri, Goiás. E mais o general Viana Moog e o general Antônio Bandeira. Quando o coronel Torres chegou lá, ele foi com as tropas direto para Caiano, localidade paraense na beira do Araguaia, onde havia uma base guerrilheira. Segundo ele, quatro ou cinco dias depois de sua chegada a Xambioá, o pessoal do Exército procurou-o para pedir-lhe apoio nas operações contra as "guerrilhas" de terroristas que agiam do outro lado. "O Exército dizia que os terroristas eram gente que tinha roubado banco, em São Paulo. Eles diziam que aquilo era o início de uma guerrilha", diz o ex-prefeito de Xambioá.

Saraiva diz ainda que era incalculável o contingente de tropas baseadas em Xambioá. "Teve um tempo em que devia ter uns cin-

co mil soldados. Eles vinham naquele avião grande, o Búfalo. Cada um devia carregar uns 60 soldados. Todo dia descia e subia Búfalo. Teve dias de descer três Búfalos. Tinha soldado paulista, goiano, piauiense, cearense, maranhense, de todo canto. Um dia chegou de uma vez 22 caminhões Chevrolet, de Teresina, que vinha carregando soldados e mantimentos. No começo o Exército trazia todo o mantimento de fora. Depois é que começaram a comprar uma parte das coisas no comércio de Xambioá".

"O Exército sempre respeitou minha autoridade de prefeito e eu sempre colaborei com o Exército", diz Saraiva dos Santos, continuando: "Sempre eles me chamavam para reconhecer os presos. Quando era alguém que eu conheci, eu dizia que era conhecido. Mas quando era alguém de fora da região, que eu não conhecia, eu dizia que não sabia quem era. Esses aí o Exército mandava para Belém ou para Brasília. Sempre tinha algum comerciante, desses viajantes, que ninguém conhecia na região, e ele era preso". Ele conta ainda que, no primeiro encontro entre tropas militares e os guerrilheiros, estes mataram um soldado e feriram um tenente. "O tenente eu cheguei a ver. Ele gritava muito, e foi levado para o hospital em Belém. Não sei se escapou. Eu soube também que os guerrilheiros mataram um rapaz de 18 anos, de lá mesmo de Xambioá, filho de um velho que ainda mora lá. Esse rapaz costumava levar carga para os guerrilheiros. E foi ele quem mostrou para o Exército onde era o esconderijo deles. Aí foi que eles mataram o rapaz".

Saraiva dos Santos atualmente é fiscal de rendas do Estado e candidato a deputado estadual pelo MDB de Goiás. No partido, ele alinha-se com o setor mais moderado, o que apóia a candidatura ao Senado do "ultramoderado" Juarez Bernardes.

O senador emedebista por Goiás, Lázaro Barbosa, um dos vice-líderes do partido no Senado, trabalhava numa firma de consultoria que prestava assistência à prefeitura de Xambioá na época em que começaram os conflitos armados na região. Em depoimento a Vera Manzollilo, na semana passada, ele revelou que ficou intrigado com os gastos excessivos que estavam aparecendo nas contas da prefeitura, destinados a "caixões para indigentes", e então foi indagar ao prefeito Saraiva dos Santos sobre a estranha epidemia que estaria atacando os indigentes de Xambioá. Então foi informado que os caixões se destinavam aos mortos nos choques com o Exército.

Ao passar por Xambioá em 1974, durante sua campanha eleitoral ao Senado, Barbosa diz que achou tudo aparentemente tranquilo.

"exceto três helicópteros do Exército estacionados no campo de pouso".

O deputado estadual emedebista Adhemar Santillo, que foi prefeito de Anápolis até o início de 1973, conta um episódio interessante: o então sargento Sebastião Maués dos Santos, logo que soube que havia sido destacado para engrossar as fileiras do Exército em Xambioá requereu sua inscrição numa chapa de candidatos do MDB a vereador, como forma de se livrar da missão. O próprio coronel Eni de Oliveira Castro, comandante do 10º Batalhão de Caçadores de Anápolis, que também enviou tropas para região do conflito, procurou o prefeito Santillo para solicitar que a situação do sargento no MDB fosse resolvida o mais rapidamente possível. De fato, a inscrição do sargento ficou pronta antes que a dos outros candidatos, provocando, então, o desengajamento do sargento do Exército. Porém antes de ser reformado no Exército, Maués dos Santos chegou a integrar durante dois meses, de maio a junho de 1972, as forças do Exército acantonadas em Xambioá, mais precisamente no morro das Andorinhas, do outro lado do rio, defronte à cidade. Ouvido em Anápolis por Antônio Carlos Queiroz, de Movimento, o ex-sargento confirmou sua participação no conflito, revelando que ele era um dos operadores de uma estação de rádio de campanha e também fazia interceptação das transmissões da emissora de rádio dos guerrilheiros. Ele diz que as mensagens cifradas dos guerrilheiros por várias vezes foram interceptadas e decifradas: O ex-sargento não entra em mais detalhes sobre as operações do Exército, alegando que o seu trabalho teria sido "meramente técnico". Hoje ele é dono de uma imobiliária em Anápolis.

Ruimar Vieira, soldado que servia na 3ª Brigada de Brasília no ano de 1973 e que foi motorista do general Antônio Bandeira durante certo tempo em Xambioá, atualmente com 25 anos, estudante em Anápolis, conta que as pessoas presas na região chegavam em Brasília de noite, encapuçados, e depois de uma triagem ficavam detidas em uma das prisões: no PIO da Polícia do Exército, que é a prisão para presos políticos, ou na prisão da 3ª Brigada. Contou também que aos soldados que serviam em Brasília, geralmente os que não tinham família, eram oferecidos pelo Exército terras, caminhões e implementos agrícolas para se instalarem naquela região como lavradores e colaborar com as Forças Armadas.

(1) O major esta se referindo a uma matéria publicada no semanário Em Tempo que trazia uma relação de torturadores, na qual constava o nome do general Antônio Bandeira.

Entrevista com o senador Jarbas Passarinho

O senador Jarbas Passarinho, que era ministro da Educação do governo Médici quando iniciou a guerrilha do Araguaia, foi uma das autoridades do antigo governo que acompanhou com mais interesse aquele aconte-

cimento: além de ex-militar, ele é do Estado do Pará. Em um debate com o senador emedebista Marcos Freire, há alguns anos atrás, Passarinho fez uma ligeira referência à guerrilha - certamente foi a primeira e única vez que se falou sobre o assunto no Congresso. Na semana passada, em seu escritório político,

em Belém, ele falou longamente sobre a guerrilha, ao correspondente de Movimento, Luis Maklouf, nesta primeira entrevista sobre o assunto concedida por uma ex-autoridade do governo que enfrentou a principal fase da luta armada do Araguaia.

“Uma luta, uma guerra civil”

Movimento - O Cojornal, de Porto Alegre, é o primeiro jornal brasileiro nos últimos 6 anos a falar sobre os acontecimentos de 1972 - as guerrilhas no sul do Pará e norte de Goiás. Nós, do Movimento, queremos aprofundar o assunto, dando também a versão oficial - do governo ou de seus representantes - sobre os fatos. No Senado Federal o senhor já falou sobre isso, num debate com o senador Marcos Freire...

Jarbas Passarinho - É, eu citei as baixas da área legalista, autorizado naquela ocasião por um documento que me foi dado por um companheiro do Exército. Eu não sabia do número de mortos... Eu tenho isso em Brasília. Se eu for no arquivo eu encontro. Inclusive tem a relação dos feridos e dos mortos, militares e civis. Não tenho do outro lado. Acompanhei, por ouvir dizer. Geraldo parece que era o líder da guerrilha. Era um amentativo, parece que era Geraldo. Um rapaz de Recife, que foi para lá. A rádio de Tirana, da Albânia, todos os dias ela dava informações.

M - Com certeza, o senhor está razoavelmente informado sobre a questão.

JP - Naquela altura estava no Ministério da Educação, então tinha muito pouco relacionamento inclusive com a área militar, que passei a ter mais como senador. Naquela altura, como Ministro da Educação, eu ouvia referências. Primeiro ouvi referência de que se tratava de um movimento que foi subestimado pelo governo. Então pensavam resolver aquilo com uma demonstração de força. Reuniram tropas aqui na 8ª Região Militar, na região militar do Planalto e o resultado foi negativo, totalmente negativo.

Então, o que eu ouvi dizer foi a maior escola que o Exército teve na contra-insurreição, foi justamente combater a guerrilha de Xambioá, como eles chamavam. Porque o pessoal tinha treinamento, tinha treinamento teórico, etc., mas não tinha enfrentado o problema na prática, numa área muito bem escolhida...

“Foram treinados em Cuba”

M - Por que o senhor acha?

JP - Muito bem escolhida, em primeiro lugar porque era uma área detrinção de comandos. Entre os militares isto é muito interessante, porque três comandantes se superpõem. Então daqui a pouco ninguém sabia quem era o responsável. Então entrava o Comando Militar da Amazônia, entrava a Região Militar sediada em Fortaleza, que é a 10ª e a Região Militar do Planalto. Quer dizer: daqui a pouco tava a complicação, pra saber quem era quem. Então eu acho que quem escolheu essa área deve ter tido naturalmente orientação militar também; provavelmente uma militar cassado ou participante do movimento daquelas várias facções que houve na altura à esquerda do PC.

M - O senhor acha aí que a guerrilha poderia estar ligada a militares dissidentes daquela altura?

JP - Sem dúvida...

M - Militares brasileiros?

JP - Militares brasileiros, além naturalmente de guerrilheiros treinados, como foram treinados, especialmente em Cuba, onde havia três campos de treinamento. E não só em Cuba, também em outros países, mas fundamentalmente em Cuba. Então essa guerrilha escolheu uma área do sul do Pará, de Marabá, etc., a área de exploração de castanha. Uma área onde o governo só se fazia presente para cobrar impostos. Não tinha assistência, não davam assistência, porque era precária em tudo. E os castanheiros, que eram explorados por financiadores da produção de castanha, seriam então muito sensíveis a qualquer movimento que fosse capaz de dar a eles a assistência que eles nunca tiveram.



Passarinho: “Foi a maior escola que o Exército teve na contra-insurreição”.

Então, o que eu soube, é que nessa ocasião o grupo de guerrilheiros muito bem treinados em tiro, estabeleceu também um apoio logístico, a querer que uma área fosse liberada. E esse apoio dava atendimento médico - sobretudo obstetria, parto - e medicamentos. Com isso consegui o que nenhum movimento guerrilheiro tinha conseguido no Brasil até então - e que é fundamental para a guerrilha, que é o apoio da população civil local. O que eu soube então é que o Exército se deu conta disso, compreendeu, fez a crítica da sua ação inicial e passou a agir da mesma maneira. Passou a agir com grupos reduzidos - em vez de grandes efetivos, reduziu os grupos passou a dar assistência, ele mesmo se sobrepondo ou se antecipando ao papel do Estado, e com isso conquistou as simpatias também na própria área. Quer dizer, é o velho processo da homeopatia. A partir daí é que as forças legais começaram a ter êxito na redução do bolsão.

M - O senhor faz alguma ligação dos guerrilheiros com qualquer organização, das várias organizações clandestinas de esquerda?

JP - Inicialmente o que chegou ao meu conhecimento é que se tratava do grupo dissidente do PC do B. Até se falava muito, porque essa área, Xambioá, Pará, se falava muito que o João Amazonas Pedrosa podia ser um dos inspiradores disso. Mas o que estou dizendo a você pode amanhã ser até ridicularizado pelos fatos. Eu estou contando coisa de ouvido. Não tive acesso a documentos. Nem sei se o João Amazonas Pedrosa teve alguma participação nisso. Mais tarde eu fui ver por exemplo: você sabe que os dissidentes do PC, o primeiro cisma do PC que se deu pela altura de 51, mas se manteve sem uma ruptura definitiva, foi aparecer em 61, quando o Prestes queria legalizar o Partido Comunista - e havia condições naquela altura para a legalização do PC, de novo. Então o Prestes querendo evitar reações maiores propôs a retirada do estatuto do partido de duas condições que estavam lá explícitas - uma, de que o Partido era marxista-leninista; e a outra, de que o partido em vez de se chamar Partido Comunista do Brasil, passasse a se chamar Partido Comunista Brasileiro, para não parecer que era uma sessão brasileira de uma organização internacional. E eu chamo até dissidência paraense, como eu interpreto. Porque a dissidência que se deu na ocasião foi sustentada fundamentalmente por três homens: João Amazonas Pedrosa, paraense; Pedro Pomar, paraense - foi meu contemporâneo de ginásio, garoto novo, quando eu entrei no 1º ano o Pedro Pomar era do quarto ou quinto ano, estava fazendo aqui a briga contra os bombeiros e depois a revolução de 32; e o Grabois - o único que não era paraense. E também, eu creio que

o Agildo Barata. Então este grupo só veio a romper com o Prestes depois de 64. Esse grupo então ficou com o nome do PC do B, insistiu com o mesmo nome, insistiu que o partido era marxista-leninista, não podia fazer concessões às condições burguesas que hoje está sendo caracterizada pelo eurocomunismo. Então eu até analiso isso como uma semente anterior ao eurocomunismo. Uma atitude tática ou não, mas de qualquer maneira foi um precursor do Eurocomunismo, essa atitude do Prestes. E ao mesmo tempo porque ainda ontem (dia 12) num programa de televisão (TV Liberal) eu chamei atenção de que o Partido Comunista, chamado o Partidão, reage ainda, hoje a esse tipo de atuação, a esse tipo de guerrilha - como mais tarde a do Marighela que ficou com o Prestes nessa ruptura, só depois é que ele veio romper - e que o PC condena sob o nome de golpismo. Quer dizer: o aventureirismo armado que, segundo o PC, provoca reações exatamente opostas às desejadas. E dentro do processo de guerrilha a teoria do foco, ou seja, o foquismo. Provavelmente, esse pessoal era foquista, esse pessoal achava que fazia um foco, e a partir desse foco podia irradiar o movimento. Isso tudo deu chance para que as forças de sustentação do governo se treinassem na luta contra eles. Eu soube que houve atividades até de paraquedistas, que teriam sido má sucedidas.

“Guerra Civil declarada”

M - Muitas pessoas consideram esses episódios do sul do Pará como aqueles em que houve a maior repressão, uma matança mesmo sobre o outro lado.

JP - O que alguns podem chamar de chacina, eu honestamente não conheço o fato que se deu numa luta, numa guerra civil, numa guerra civil declarada, um processo de guerrilha que eliminou muita gente do lado de cá. Por exemplo, eu sei que na operação de paraquedistas, houve um ferimento num filho de um general. Ele saltou e levou um balaço na clavícula. O outro recebeu no queixo, entrou uma bala por um lado e saiu pelo outro.

M - Era filho de que general?

JP - Eu não vou te dizer o nome. Mas era filho de um general da ativa do Exército Brasileiro, que era paraquedista, tenente ou capitão. E outros casos. Contam uma história, que eu não sei se faz parte do folclore ou não. Nessa ocasião eu ouvi também que havia uma moça loura que era parece que quem dava mais assistência, inclusive de obstetria. E num combate que houve, de curta distância, corpo a corpo, estava um capitão com um sargento e um cabo. Eles viram um pequeno grupo do outro lado e trocaram tiros e a moça foi atingida. Os outros fugiram. Então, como o Exército brasileiro sempre foi treinado de acordo com as regras da convenção de Genebra, de que o prisioneiro é intocável, uma vez feito prisioneiro ele fica com a responsabilidade de quem o aprisiona...

“Uma guerra suja, porca”

M - Mas o senhor acha isso?

JP - Estou falando numa guerra clássica. A guerrilha, a guerra subversiva, ela é uma guerra suja. E eu acho que ela termina sendo suja de ambos os lados. Porque é uma guerra do terrorismo. É uma guerra suja, uma guerra porca. Então a convenção de Genebra vai pro diabo, desaparece a convenção de Genebra.

Então - foi quando eu interrompi para lhe dar esta informação - o que eu soube é que esse capitão ou tenente teria procurado socorrer a moça ferida. A partir daquele momento ele ainda estava imbuído desses princípios. E quando ele se aproximou dela com arma baixa - ela estava muito ferida - ela meteu a

mão no cano da bota, e ele não tinha visto que ali tinha um revólver, e ela que estava muito ferida ainda acertou o tiro: foi esse que pegou o maxilar e saiu pelo outro lado do rosto. Então as pessoas que o acompanhavam metralharam a moça que já estava muito ferida.

Então veja o episódio, como prova a radicalização e a total inexistência de escrúpulos de ambos os lados.

M - O que o senhor acha de um acontecimento desta ordem, que envolveu milhares de pessoas, só agora estar vindo a público?

JP - Acho que esse silêncio foi tático. O auge da guerrilha urbana pegou o general Médici quando assumiu. Inclusive houve uma tentativa de guerrilha, de muito má preparação, provavelmente dirigida por grupos aventureiros, que tinha sido facilmente destruída, que foi a guerrilha de Caparaó, que se diz que era inspirada por grupos do Brizola. Essas guerrilhas não tiveram o menor apoio da população e foram tipicamente aventureiras. As guerrilhas que cresceram mais já vão aparecer na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) com o Lamarca, que expandiu a guerrilha urbana para a guerrilha rural enquanto a guerrilha urbana crescia violentamente, sob o comando do Marighela. O Lamarca fez uma guerrilha no lugar mais difícil de São Paulo, de condições de vida mais precária que é o Vale da Ribeira. Então no tempo do general Médici, ele era pra ter maior flexibilidade na luta contra a guerrilha, urbana, como rural, ele dividiu a área brasileira em áreas de comandos, e deu a maior autoridade aos comandos. Os comandos locais atuavam com a maior rapidez e portanto sem nenhum obstáculo burocrático, sem ter que ouvir Ministério da Guerra, ministério disso ou daquilo. Eles atuavam por conta própria, e apenas coordenavam suas ações em nível nacional. Portanto, essas ações só podem ser hoje historicamente reproduzidas a partir dos testemunhos dos comandos de área. Você vê por exemplo que essa guerrilha de Xambioá, que foi a única no meu entender bem preparada, a única mais consequente. A organização era típica de quem aprendeu guerrilha no exterior

“O silêncio foi tático”

M - O senhor ainda não respondeu à pergunta. O senhor disse que o motivo desse silêncio todo seria tático...

JP - Tático. Porque uma divulgação disso, na medida por exemplo em que uma guerrilha de Xambioá durasse um ano, para ser combatida ela poderia, pelo noticiário feito a respeito dela, induzir ações semelhantes. A grande massa desconheceu pura e simplesmente o assunto e sobre ele não se fez efeito multiplicador de propaganda.

E vocês, estão levantando agora o problema?

M - Estamos.

JP - Nessa matéria, tudo que eu posso dar é uma pista. Porque como ministro civil eu não tinha informação sobre isso. Comandava a região naquela ocasião um grande amigo meu. Talvez vocês pudessem ouvir - não sei se ele fala. É o general Ivan de Souza Mendes. Não, mas o Ivan já veio depois. Quem estava nesse momento, nessa ocasião era o Jardim de Matos.

M - O general Euclides Figueiredo também.

JP - Não, o Euclides já foi no final. Pegou o rescaldo do incêndio. O Jardim de Matos, irmão do brigadeiro Délio, se vocês pudessem localizar, talvez pudessem dizer alguma coisa. Embora, de modo geral, eles tenham restrições, não falam sobre isso.

José Genuíno Neto, 32 anos, "um guerrilheiro fanático" segundo o juiz que o julgou, é cearense de Quixeramobim - o mais velho dos 13 filhos de um lavrador. Mudou-se para Fortaleza aos 14 anos, para estudar. De 67 a 68, participou

da política estudantil como presidente do DCE do Ceará; de 69 a 70 na UNE - foi preso no Congresso de Ibiúna. Aos 24 anos passou a morar no Araguaia, onde foi preso em abril de 72, permanecendo incomunicável 13 meses. Só foi julgado em março de 75. Cumpriu

pena em Brasília, São Paulo e Fortaleza. Em seu processo não aparecia a guerrilha. Por isso, em 1975, fez uma carta-defesa em que falou pela primeira vez dos acontecimentos do Sul do Pará. Hoje, depois de cumprir a pena, trabalha em São Paulo.

A versão de um guerrilheiro

O nosso objetivo era incorporar o camponês na vida política brasileira. A decisão de ir pra lá era dura do ponto-de-vista ideológico: não era apenas uma mudança de local, mas uma mudança de vida. Se a gente fazia política na cidade, ia fazer política no interior. Ir para lá viver como camponês, aprendendo a trabalhar na roça, andar na mata, aprender a sobreviver.

O companheiro que ia comigo era bem conhecido do povo da Gameleira, do Osvaldo. Eu ficava curioso para saber quem era esse "negão", "mineirão" que todo mundo perguntava para o companheiro que ia comigo. Eu queria saber se o Osvaldo era gente da cidade ou da própria região. Quando a gente chega na casa que eu ia habitar, um pequeno rancho numa região de capoeira, era um negão mesmo. E tinha um velhinho de 60 anos. Então, foi uma recepção muito marcante. Esse velhinho era o Amazonas (João Amazonas de Souza Pedrosa, alto dirigente do PC do B. - NR).

Veio o negão bater papo com a gente. Tinha barraco lá do lado e ele estava fritando bifês de veado.

Os novos posseiros

À noite teve uma reunião em que foi colocado pelos companheiros mais antigos que a gente ia ter uma grande tarefa e nos colocavam a par da situação da região, da população pobre, vivendo essencialmente da lavoura, constituída de posseiros. Como era o controle da polícia e como a região se caracterizava por uma repressão violenta e cruel.

Então, tínhamos que manter ali uma história de que éramos posseiros, que a nossa terra tinha sido comprada por 50 cruzeiros. Iamos derrubar o rancho velho, construir um novo. Esse direito de posse era do Osvaldo, eu era o "sócio" dele e "sobrinho" do velhinho.

Era colocado também que aquela decisão de ir para lá era irreversível. Não se voltava mais. Qualquer coisa, a gente resistiria e lutaria.

Lá na Gameleira, o dia-a-dia começou em 26 de julho de 70. Chegamos em julho, época de secas, mas mesmo assim começamos a brocar para o inverno de 71: uma roça de 50 metros perto da casa. Eram cinco pessoas. A nossa vida era difícil, porque muitos não conheciam o trabalho de roça, trabalhar com animal, brocar. Em menos de um mês estávamos com a casa construída. Em volta, limpamos um bananal e uma capoeira. Era o nosso sinal de vida na região, como lavrador, posseiro.

O nosso professor era exatamente o povo da região. Nós falávamos numa linguagem comum ao povo. Era mais maranhense, alguns baianos e muitos goianos. Os primeiros contatos mais fortes foram com o povoado de Santa Isabel, perto de 100 casas. Depois, Santa Virgem, de 200 a 300 casas - os dois mais próximos de onde a gente morava. Na região tinha umas 60 casas no raio de uma légua. Eles vinham visitar a gente, a gente ia na casa dos moradores. A gente era um deles.

Nessa primeira fase, a gente tinha até um regulamento. Nada estruturado ou esquematizado, mas algumas normas escritas em caderno, que a gente levava a sério: como era o trabalho na roça, como se preparar politicamente na região, a hora de acordar e trabalhar. Pegamos malária - geralmente, a primeira malária é a mais violenta. Consultava o caderninho e ia tomando os comprimidos recomendados. A gente resolvia os problemas baseados em como a população resolvia os seus. Quase que eu ia pro bealeu por causa da malária, por falta de conhecimento.

Elaboramos um programa com as reivindicações da população, desde o problema da terra, grilagem, saúde, miséria, falta de comércio até o problema mais geral dos camponeses, que desemboca na reforma agrária. Era um programa de 27 pontos que a gente execu-

tava sem dizer. Só foi divulgado depois que a guerrilha começou. Nesse programa se tratava do problema da castanha, da grande fazenda, do pequeno lavrador.

Acordávamos às 6 em ponto. Fazíamos ginástica com características militares, exercícios para enrijecer os músculos. Era feita no terreno da casa, porque nessa região, entre 6 e 7 horas, não circulava gente. Uma corrida, um pique, camuflagem, rastejamento, carregar peso, ficar com o braço estirado para adquirir resistência no pulso, carregar um companheiro imobilizado. Uma hora e meia de ginástica pesada, geralmente dirigida pelo Osvaldo, o comandante geral do Destacamento.

Nessa época já existiam três casas. Cada grupo com um chefe. Tínhamos uma norma geral: ficar correndo durante uma hora sem parar dentro da mata. Como a gente morava à margem do Gameleira, tinha quase meia hora de natação. A gente atravessava o rio com pesos. Quando se ficava na casa, uns trabalhando na roça, outros apanhando arroz, de acordo com a programação. Outros iam para o mato caçar. Então, a gente ficava o dia inteiro na roça e comia um prato que chamávamos de quebra-jejum, ia pra roça, ficava até umas seis horas, jantava e ficava à disposição do noticiário. Era um radiozinho Philips que pegava tudo.

No mato era bem diferente. Ficávamos andando, caçando, reconhecendo grotas, tipos de vegetação, de morro. Ia até umas 4 da tarde, dormia umas 5 e meia e levantava no outro dia às 5 e 30, 6 horas. A vida na mata vai se tornando cada dia mais importante. Isso porque a guerra ia ser travada essencialmente na selva, o nosso refúgio. Numa região tensa, perseguidos na cidade, tínhamos ser atacados a qualquer momento.

A nossa preparação militar era organizada em três itens. Primeiro: preparação teórica da guerra, leis gerais da guerra na região, as características gerais da guerra de guerrilhas; essa discussão teórica era feita baseada em nossa vida lá. Pegávamos vários livros: os clássicos e Visconde de Taunay (*A Retirada da Laguna*) e Euclides da Cunha (*Os Sertões*). A discussão era importante para nos habituarmos com a linguagem de guerra, porque a base teórica iria fundamentar nossas necessidades práticas no dia-a-dia. Que eu saiba, quem tinha algum preparo militar básico era o Osvaldo (fez CPOR) e Arroyo - que participou daquele movimento de Formosa.

Outro ponto importante dessa preparação teórica eram as qualidades de um combatente. Nossa concepção de guerrilheiro era discutida no plano geral, o cara que faz tudo: trabalha na roça, faz política, combate. Discutíamos muito sobre as qualidades morais de um combatente: solidariedade, respeito ao povo, espírito coletivo. E isso se colocava na prática: ou vence todo mundo ou não vence ninguém. Se você faz uma marcha e um grupo marcha bem e outro não, ocorre que não há um nível único de preparação.

O mapa da mata

Outro ponto era a orientação. Uma guerrilha sem domínio do terreno é uma guerrilha cega. Tínhamos conhecimentos como se orientar na mata: a bússola, a Lua, o Sol. No destacamento tinha um companheiro que era geólogo também.

Tínhamos também os mapas do IBGE, mas eles não davam elementos específicos, uma grota por exemplo. O nosso conhecimento precisava ser detalhado. A partir de 70, começamos a mapear a região, destacando os pontos de referência importantes pra nós. Por exemplo, uma grotá.

A gente pegava a bússola, saía do ponto inicial do Araguaia, andava cinco minutos na mata e marcava na bússola, que dava 30°. Depois, andava mais cinco minutos, e dá 40°. Assim, ia marcando num caderninho esses



foto: Vicent Carelli

José Genuíno Neto: "guerrilheiro fanático"

graus. Chegando em casa, pegávamos o papel apropriado para a mata e tinha a direção da estrada. Vai colocando os morros, as características da selva (mata avarandada, mata de bambu). Se você planejar uma marcha naquele terreno, sabe o ritmo da marcha: uma coisa é marchar numa mata tipo avarandada, outra coisa é marchar numa mata de cipóal.

O meu destacamento mapeou a região que vai de Palestina a São Geraldo.

A técnica do disfarce

A gente também tinha uma aula teórica de acampamento. O que era um acampamento, as leis gerais de um acampamento na selva: tem que ser camuflado, não pode fazer em região que pode cair pedra, pau, água, na beira da mata. Tínhamos também a parte de encoberta: assalto, fustigamento.

A terceira fase era de preparação individual para a guerrilha. Com a experiência já adquirida no ano anterior, fizemos um tipo de treinamento mais completo. Por exemplo: sobrevivência. Saía de casa 2, 3, 4 só com sal, farinha e munição para passar meses na mata. Ia ter que caçar, comer frutas. Nas marchas, por exemplo, não se quebrava galhos porque daí era mais fácil camuflar. Atrás vinham os camufladores e mais atrás um observador que via como tudo era camuflado.

A nossa tática geral lá era a seguinte: nós fomos para lá contribuir com a organização da população e para fazer esse trabalho tinha que se organizar em pequenos grupos de guerrilheiros que pudessem fazer um trabalho político com a população. Então, essa organização era descentralizada por baixo e centralizada por cima. Descentralizada pela base, porque tinha três grupos com sete companheiros cada um e tínhamos as nossas casas. O meu grupo era o pessoal da minha casa e da serra das Andorinhas. Cada um tinha um chefe e todos eram coordenados pelo Osvaldo, o comandante militar, e o Bronca, vice-comandante. Cada um tinha sua área para facilitar um combate de guerrilha. Nós não poderíamos ser cercados todos juntos.

Tudo que a gente fazia era avaliado coletivamente. Nada que a gente fazia ficava com uma só pessoa.

O fim de 71 para 72 foi uma fase de grandes êxitos para nós. Estávamos com grandes roças plantadas e abertas, o castanhal cultivado e o treino militar avançado. E trabalho muito bom com a população. Era muito mutirão, adjunto, muita festa. Dia 31 de dezembro, à noite, juntamos todo o destacamento. Era uma passagem de ano diferente da de 70 e 71, que foi com um número reduzido de companheiros - mais ou menos cinco -

com malária, a gente sem conhecer a região, sem grande relacionamento com a população. Estávamos eu, Glênio, Flávio Amauri, Ribas, Bronca.

Essa era uma passagem vitoriosa. Tinha três grupos, cada um preparou um teatrinho - o nosso fez uma espécie de jogral mostrando o roteiro de nossa vida desde a cidade. Um outro grupo fez um jogral com um tipo de literatura de cordel com o programa de 27 pontos e o outro apresentou a vida inteira do grupo na mata. Uma alegria geral. Tinha muitas cantorias, emboladas. O Idalício tocava violão. A gente caçou carne, catou fruta e o arroz da nossa roça. Cantamos "Apesar de Você", "Viola Enluarada" - músicas que tinham relação com nossa vida de estudante. Tínhamos um hino.

A região que a gente habitava era muito cobrada porque eram terras férteis, boas para criação de gado. Nosso destacamento começa a sofrer ameaça de expulsão. Então, a gente vai conversar com todo mundo, acertar coletivamente que ninguém devia sair de lá, não dar a posse a nenhum grileiro. Nessa época, vai ter um incidente com o capitão Olinto, que era um grileiro que vai se apossar de um pedaço da terra que a gente tinha na cachoeira de Santa Isabel. O rapaz que tomava conta lá era compadre de Osvaldo. Para evitar maiores problemas, chegamos de surpresa e nem deu tempo do cara se armar e reagir. O pessoal da região também acompanhou a gente, eram mais de 10 pessoas. Colocamos rapidamente para ele, de maneira incisiva, que a terra era nossa e ele não deveria ficar ali. O povo vibrou com a saída dele.

Nesse período aumenta a perseguição política, inclusive pelos órgãos de segurança do Sul do Pará. Faziam investigação, a gente estava atento para aquilo. Estávamos numa corrida contra o tempo. Nesse início de 72 é que a gente iria homogeneizar nossa preparação, porque até aí cada grupo tinha feito um treinamento inteiro e agora ia ter uma programação mais coletiva. Fizemos uma manobra simulada de todo o destacamento, dirigida pelo Osvaldo.

Nesse período - de março para abril - colhemos o arroz plantado em dezembro. Uma grande quantidade, o que era uma admiração, porque tinha que eram roças botadas pela gente mesmo e aquilo também era uma vitória. Estávamos sentindo na prática que não éramos lavradores só no estado de espírito ou na vontade de ser.

Os dias de tensão

Em março de 72 fui pra Xambioá. Sempre ia fazer compras - sal... A mulher do hotel me conhecia bem e falou:

- Olha, passaram os federais aqui procurando terrorista.

Eu tinha elementos para saber que não era a gente que eles estavam procurando, mas o pessoal do Molipo, que se instalou em Guará, na Belém-Brasília. Fiquei lá o mínimo necessário. Mas era indício de que a coisa estava esquentando, havia uma situação tensa na região e a gente estava mais ou menos no geral preparado para a qualquer momento ser forçado a resistir militarmente. Se bem que não era o nosso propósito começar a coisa a qualquer hora - tínhamos que escolher o momento certo e ainda não havia decidido quando começar.

Quando estávamos ainda nesse clima de intensificação da preparação é que fomos atacados. O Exército tinha entrado lá no dia 12 de abril. Recebemos a notícia no dia 15 à noite. Uma boa parte dos companheiros estava no mato - o Flávio, o Bronca, o Zezinho. Eu tinha ido fazer um trabalho com o Osvaldo. Todo mundo estava reunido na casa da Gameleira, lendo o livro *A Estrada de Volokolanski*, um romance sobre um destacamento formado na época de guerrilha quando o Exército alemão atacou a Rússia. E vimos uma luzinha se aproximar da casa. Era o



Idalício, marido da Valquíria, que morava no castanhal. Ele disse que tinha um companheiro do destacamento de Marabá que queria falar com o Osvaldo, mas lá no castanhal, não veio na casa. Não ficamos sabendo direito o que era. O Osvaldo foi naquela noite. Tivemos que tomar algumas providências, preparar, organizar, tirar o máximo que pudessemos da casa - mantimentos, galinhas.

“Chegou a hora”

A última vez que vi o Osvaldo foi exatamente na meia-noite do dia 15. Ele deixou as tarefas determinadas: eu tinha que contatar o pessoal que tava na mata e o Amauri, que tinha uma farmácia em Santa Cruz e podia ser preso.

A gente que mais a gente ouvia era:
- Chegou a hora.

Naquele dia 16 alguns lavradores estiveram em casa, viram que estávamos em tensão e falamos:

Os grileiros estão querendo perseguir a gente, tão querendo atacar. Nós não vamos ser presos, vamos nos defender.

Todo mundo dizia:

Podem contar com a gente. Como é que é? Vocês vão pro mato?

No dia 17 pela manhã me despedi do grupo. Eu ia pro Caiano, avisar que o Exército tinha atacado a região. Uma parte da minha bagagem o pessoal levou - uma muda de roupa, botina, arma (rifle 44), revólver. Dei um relogio pro Cumprido, me despedi dele:

Amanhã à noite a gente se encontra.

Sai às 5 da manhã, com mochila de uns 15 quilos - rede, plástico, botina, saco de remédio, revólver, facão. Cheguei às 5 da tarde, exatamente na casa que tinha ido em fevereiro. Não encontrei ninguém, fiquei procurando pelas redondezas. Dormi no mato, estava chovendo.

No dia 18 eu ia voltando pro meu destacamento quando encontrei um bando de bate-pau - conhecia alguns deles, não era do

Exército. Até a gente se cumprimentou. Quando ia passando no meio deles, eles me pegaram, uns 10. Com eles estava o delegado de Xambioá:

- É, a gente estava te procurando porque você estava procurando os guerrilheiros, os subversivos que fugiram.

Eles me algemaram, as mãos pra frente, o saco (mochila) amarrado nas costas. Ai eu fujo, corro pro mato e grito pra eles atirarem. Era uma tentativa de escapar das mãos deles, e, em segundo lugar, resistência à prisão, porque a gente tinha como princípio não se entregar vivo. Se eu tivesse uma bala metia em mim. Gritei:

- Podem atirar.

Eles não atiraram pra matar. O único tiro que pegou em mim perto, raspou o braço. Ai foi um verdadeiro pesadelo: eu correndo com as mãos algemadas, um saco nas costas, eles atrás. Eu caí, eles me pegaram, e amarraram pela cintura no cavalo e começaram a bater com o relho e cipó até a casa onde eu tinha ido procurar o pessoal. Depois, me levaram de volta pro barraco no Caiano.

Ficaram das 7 da manhã às 2 da tarde me interrogando, dando pontapés. Ai chega o helicóptero com os militares, elementos do Codi de Brasília. Me lembro do major Otto, um tipo alemão, cabelos grisalhos. Já começaram com a faca, me ameaçaram furar a barriga. Eu dizia que tava procurando o pessoal porque tinha um negócio de arroz com eles, não tinha encontrado.

Ai ficou a tarde do dia 18 e a noite eu amarrado num tronco de árvore, eles me interrogando. O cachorro da casa me conhecia, veio e me lambeu.

- Tá vendo, você conhece o cachorro.

Na madrugada do dia 19 eles pararam de bater, caí no chão, o cachorro veio, cheirou meu corpo, encostou o focinho. À tarde, incendiaram o barraco, veio um helicóptero da Meridional e me levaram para Xambioá.

Perguntaram qual era meu codinome e eu

dizia: **Que é isso?** Disse que não tinha nada a ver com isso, era lavrador, sócio do Osvaldo, nada tinha a ver com a atividade política dele. Dia 28 fui levado para Brasília, num avião com uns 30 militares, eu de calção, pernas todas cortadas, algemado, corrente nas pernas e algemas pra trás. Só fui interrogado no dia 28. A idéia que eles tinham era que a gente estava fazendo um trabalho político no campo, mas nada de guerrilha. O organizaram uma manobra grande para vasculhar a região, mas não tinham idéia do que tinha lá.

“Vai ser fuzilado”

Me levam de volta a Xambioá. Viajei mais de uma semana pela Belém-Brasília num carro do Exército, o tempo todo amarrado na camioneta. Xambioá praticamente estava ocupada. No meio da praça tinha uma fonte, eu lavei o rosto. Chegaram os paraquedistas, gritam lá meu nome dizendo que eu ia ser fuzilado. Como eu era muito conhecido na região, o pessoal vinha, colocava a cara na porta e saía. Vinha menino, velho, me olhar. Daí me levaram para a base, de novo os interrogatórios. Já fazia mais de um mês que eu estava preso.

Nesse momento, há o primeiro choque dos militantes com o grupo de Osvaldo. Chego então naquele clima de guerra, eles me batendo. Um dia me colocaram na frente de 50 militares:

- É um estudante que ficou 10 dias como camponês. Então, eles vivem como camponeses.

E ficaram olhando para mim. O camponês virava suspeito.

Então, sai o comunicado nº 1 das Forças Guerrilheiras da Araguaia, informando que os combatentes tinham resolvido ficar na região e resistir. Tinham um programa que já era conhecido da população e conclamava a população a resistir e solidarizar-se. Surge uma panfletagem desse comunicado em toda a região - e eu vou sofrer as consequências. Foi nesse momento que houve o primeiro choque armado.

O segundo foi quando morreu o Bergson.

Era um grupo de 10 paraquedistas que perseguiu um grupo que estava com um panfleto da guerrilha. Um encontro casual. O Bergson era o guia de 5. Ao verem os paraquedistas, a única forma de se defender foi atirar. E morre metralhado. Também morre um paraquedista.

Em 67, eu era presidente do DCE do Ceará e o Bergson era o vice. Em 1972, nos encontramos no mato. De noite, eu estava tomando banho no Igarapé e ouvi a fala dele... Passamos a noite conversando sobre tudo. A gente ficou muito alegre de estar na mesma tarefa, no mesmo encontro.

Quando chega o helicóptero, eu levanto a cabeça do buraco, eles atiram pedra em mim. Mais tarde, chega o Bergson e mostram o corpo dele de longe, todo deformado que nem reconheci. Foi pendurado de cabeça pra baixo numa árvore, todo mundo chutando a cabeça dele. Daí eles vieram me bater dizendo que eu tinha achado graça porque um dos tenentes paraquedistas tinha sido alvejado no combate.

Eles tinham um prazo para terminar a operação e encontraram resistência da própria população, e os novos combatentes demonstravam um nível que eles não estavam esperando.

Nesse período também morre a Maria Lúcia Peti.

Lá pelo dia 3 sou levado de volta para Brasília e fico até janeiro de 73. Num papo, um camponês baiano veio me perguntar que era aquilo que amarravam nas orelhas dele e ele pulava como um sapo.

Era choque elétrico.

“Por que tanto segredo?”

Após ser presa no final de 1976, numa reunião do PC do B em São Paulo, Elza de Lima Monnerat, 63 anos, admitiu que morou cinco anos no Araguaia. Sobre este período, anexou ao processo em abril do ano passado uma carta manuscrita da qual se depreende um resumo geral da atividade militar no Araguaia, do ponto de vista de uma pessoa que defende os guerrilheiros. Condenada a cinco anos (depois a pena foi reduzida pelo Superior Tribunal Militar), Elza Monnerat está presa num presídio político de São Paulo.



Elza Monnerat: “por que tanto segredo?”

Vivi no Estado do Pará no período de 25-12-1967 a abril de 1972 visando a andar livremente, sem preocupação com a repressão. Pelo mesmo motivo, alguns dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil ali também residiam, entre os quais Maurício Grabois e Angelo Arroyo.

Em 14-04-1972, quando me dirigia para o local que eu morava deparei com uma barreira do Exército na Transamazônica, justamente no ponto em que ia descer do ônibus. Prossegui a viagem até Marabá porque tinha militância conhecida e levava comigo uma moça que aqui estava sendo procurada pela polícia. A guerrilha começou porque as Forças Armadas utilizaram a violência, em abril de 1972, contra moradores da região.

A teoria da violência

Os militantes que ali residiam também foram atingidos e, juntamente com outros moradores, passaram à resistência armada. Não se tinha a intenção de deflagrar revolução para conquistar o governo. Não é o Partido que deflagra a luta armada. É a própria massa, cansada de sofrer injustiças, que acaba dando um “basta” ao sofrimento. A luta armada é uma forma de luta legítima dos povos, muitos são os exemplos de feitos grandiosos dos que optaram por esse caminho para resolver seus problemas, tais como as revoluções Francesa, Norte-Americana, Russa, Chinesa, a libertação do Vietnã, dos povos da África, as lutas pela nossa independência. A luta armada popular é um direito inalienável

dos povos, estes não pedem licença para deflagrá-la. Usam-na quando esgotam todos os recursos legais. É um direito reconhecido pela ONU. O partido apoia todas as lutas verdadeiramente populares, sob quaisquer formas que se apresentem, critica toda ação voluntarista, indivíduos ou pequenos grupos, que radicalize artificialmente a luta, sem apoio popular, critica igualmente o terrorismo como recurso de desespero, ineficaz e prejudicial à luta dos povos. Não participei de nenhum ato que visasse à deflagração da luta armada, nem tive contatos com armas. A não ser com uma espingarda “20” para espantar ouriços em nosso arrozal e um revólver que usei contra um camaleão, dando um ou dois tiros, mas apoiou a assistência dos moradores da região do Araguaia: era a luta do fraco contra o forte, do castanheiro, do quebrador de coco babaçu, do plantador de arroz, do fabricante de farinha, para obterem melhor preço pelo seu trabalho. Era, principalmente, a luta do posseiro para conservar sua posse que estava sendo cobiçada pelo grileiro.

A guerrilha teve o apoio de 90% da população local, houve mais de mil prisões, desde camponês e pequenos comerciantes até pa-

dres e freiras. O próprio Bispo de Marabá ficou retido na Transamazônica durante várias horas. A luta durou mais de dois anos: desde o dia 12 de abril de 1972 até meados de 1974, mais ou menos.

O Exército realizou, até o final de 1973, três campanhas de cerco e aniquilamento contra os guerrilheiros, nelas empregando cerca de vinte e cinco mil homens. Se não fosse o apoio da população e sua participação na luta, a guerrilha não teria resistido tanto tempo, não haveria necessidade de tantos soldados, tantos armamentos ultramodernos e apoio da aviação para liquidar sessenta e nove comunistas.

A guerrilha criou a “União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo - ULDP” que lançou um programa a que denominou “Em Defesa do Povo Pobre”, síntese das principais reivindicações da região que são, salvo algumas particularidades, mais ou menos as mesmas reivindicações da maior parte das zonas camponesas do país.

Os guerrilheiros atacaram um posto do Exército na Transamazônica de onde levaram os seus fuzis existentes, também justificaram dois bate-paus. Como acontece todas as vezes que o povo, cansado de sofrer, resolve resistir, até mesmo pelas armas, o Exército pôs a prêmio as cabeças dos guerrilheiros.

Durante a fase guerrilheira emergiram poetas e músicos. Foi feito o Hino dos guerrilheiros e também dois poemas em estilo de literatura de cordel, de autoria de (ilegível) e Beti, bem como várias poesias dedicadas a Helenira e João Carlos, até um reco-reco funcionou em plena selva amazônica.

Até 73, vinte mortos

Na região Araguaia, enquanto se desenvolveu a luta, muitos camponeses e militantes do Partido Comunista deram a vida. Até o dia de Natal de 1973, quase dois anos após o início do ataque das Forças Armadas, haviam sido mortos vinte guerrilheiros. Sei apenas os nomes de Helenira Resende de Souza Nazaré, ex-dirigente da UNE que, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam-na nas pernas e a torturaram barbaramente até a morte. João Carlos Haas Sobrinho, médico, natural do Rio Grande do

Sul, foi morto quando procurava contato com os companheiros de Bergson Gurjão, morto ao dar cobertura a dois companheiros atacados por um grupo bem maior, Maria Peti da Silva, abatida ao se aproximar de uma casa de camponeses.

Além desses, há outros de que sei apenas os nomes pelos quais eram conhecidos lá: Quelé, depois de preso foi amarrado a um burro e arrastado pela estrada; José Carlos, Nunes, Zé Bão e Alfredo, que dias antes haviam participado de um ataque ao Posto Militar da Transamazônica; Gil, que ao ver o médico João Carlos cair, precipitou-se para socorrê-lo. Sônia, estudante de medicina queridíssima pela massa que ao ser presa e ao lhe perguntar o nome, respondeu: “Sou uma guerrilheira que luta pela liberdade”. José Francisco, velho marinheiro, que vinha da ANL de 1935.

No dia de Natal de 1973 foi cercado e bombardeado o local da mata em que se encontravam Maurício Grabois e outros guerrilheiros. Depois que fui presa, disseram-me que naquele local e naquele dia haviam sido mortos mais de 20 pessoas. Por que o exército não informa os que foram mortos? Os que foram presos? Onde se encontram estes? Por que tamanho segredo após mais de três anos?

A Comissão Militar

Na última reunião do CC não foi constituída nenhuma comissão militar. Só houve uma comissão militar no partido até hoje: a que foi constituída por Maurício Grabois, Angelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho, após o início da guerrilha. Depois dessa não houve mais nenhuma outra, estava em curso ainda a análise da experiência sobre o Araguaia. Portanto, Ronald Gonçalves Freitas e José Renato Rabelo não poderiam fazer parte de nenhuma comissão militar.

Não são verdadeiras igualmente as informações, de que Ronald, José Renato Rabelo, Ramiro de Deus Bonifácio, Armando Teixeira Frutuoso e Vladimir Ventura Torres Pomar tenham participado das guerrilhas. A luta começou em abril de 1972 e desde sua eclosão, mais nenhum militante pode ser mandado para lá.

Além disso os três primeiros eram da AP e se vieram para o PC do B em 1974.

HISTÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA



Durante sua luta contra os guerrilheiros do Araguaia, entre os anos de 1972 e 1975, o Exército também teve constantes atritos com os membros da Igreja local. Em Marabá, por exemplo, além de sofrer coações como a presença acintosa de pessoas estranhas nas missas gravando os sermões, a prelaia local teve três de seus religio-

sos presos pelas forças do Exército, que os deteve imaginando que fossem guerrilheiros: os padres Humberto Rialland, seu colega Roberto de Valicourt e a irmã Maria das Graças, que ficaram detidos durante algumas horas no povoado de São Domingos do Araguaia, o que provocou a interferência do então bispo de Marabá, dom Estevão Cardoso de Ave-

lar, junto às forças do Exército na região. Dom Avelar também interferiu junto ao Exército em outra ocasião, para protestar contra as prisões em massa de camponeses que estavam havendo.

Na semana passada Movimento ouviu diversas autoridades da Igreja que viveram aqueles acontecimentos.

A Igreja fala sobre a guerrilha



"O Exército queria de todo o jeito que a Igreja ajudasse na caça aos guerrilheiros e, por outro lado, suspeitava de todo o seu trabalho pastoral, imaginando ligações que na verdade não existiam", conta um membro da prelaia de Marabá. Em 1972, além dos trabalhos normais de evangelização, a prelaia de Marabá promovia em Conceição do Araguaia um Movimento de Educação de Base, o que aumentou ainda mais a vigilância do Exército sobre as atividades da Igreja local. Até hoje não são boas as relações entre as autoridades locais do Exército e o pessoal da Igreja. As relações entre o comandante do batalhão do Exército sediado em Marabá e o atual bispo de Marabá, dom Alano Maria Pena, "estão estremitadas", segundo diz o próprio bispo, que quinta-feira passada, em sua residência, falou francamente sobre aqueles acontecimentos ao repórter de Movimento, Luís Maklouf. "Sei que morreu muitos, tenho a impressão que eles mataram quase todo mundo que estava lá", começa dom Alano o seu depoimento. E continua: "Morreram muitos soldados também. Pobres soldados que não tinham nada a ver com a história, inocentes. E de certa maneira eles tentaram envolver a Igreja nisso, acusando o padre Humberto, o padre Roberto e a irmã Maria da Graça de serem cabeças dessa guerrilha. Eles foram presos e torturados. Padre Humberto apanhou muito. A irmã até hoje não se recuperou psicologicamente".

"Mas o que eu achei mais grave, prossegue o bispo de Marabá, é que eles se serviram dos índios Suruí para guias na mata para pegar estes guerrilheiros. E se serviram desses próprios lavradores aí dentro da mata, que foram torturados, alguns morreram. E os outros que não morreram sofreram uma lavagem cerebral e transformaram-se em guias e colaboradores do Exército. Essa turma toda se localiza hoje na estrada operacional Op-3, que é uma vicinal da Transamazônica, perto do porto da balsa do rio Araguaia. Ali, quem comandou esta operação foi o major do Exército que atende pelo apelido de Curió. Então esse Curió desde aquela época ele é o pontífice, o pai, o médico, o advogado e o presidente da República. E tudo para aquele povo. Eles abriram uma estrada, deram a terra para o povo e tal, mas também deram o condicionamento mental. É um pessoal que ficou despersonalizado.

Conta ainda dom Alano que "em 1972, depois que perceberam que tinham tomado conta da área, as autoridades do Exército fizeram uma espécie de tomada simbólica de Marabá pelas forças leais. Então houve bombardeio nas ilhas e nas praias. Dentro da cidade um simulacro de combates. Depois houve uma festa da vitória. O programa veio preparado lá de Brasília. Então haveria um baile da vitória à noite. E de manhã, a missa da vitória na praça. Não tinha sentido nenhum e dom Estevão se recusou a celebrar a missa e então eles trouxeram o capelão militar do Nordeste".

Sobre o movimento guerrilheiro diz o bispo de Marabá: "Foi um movimento que de fato existiu por aí e eu admito que foi totalmente aniquilado. Pelo menos ninguém mais ouviu falar nisso. Pode ter representado com toda a certeza um sinal de esperança para um grupo de brasileiros. Devem ter tido seus erros também, mas ninguém pode negar que foi um ideal muito profundo que eles trouxeram no coração. E eu não sei se o pessoal que está por aí hoje defendendo esta tal de democracia teria a coragem de dar a vida por ela como eles deram no ideal deles. Não sei".

O padre Humberto Rialland, francês da ordem religiosa Oblatos que há oito anos está trabalhando na região, também falou ao repórter Luís Maklouf sobre o episódio de sua prisão e dos outros religiosos pelas forças do Exército em 1972: "A guerra começou em 1972 e a primeira operação do Exército foi mal preparada, corriam muitos boatos e havia todo um serviço policial que fiscalizava os ônibus que passavam. Então um policial militar achou que tinha muita semelhança da ir-

mã Maria das Graças, com 45 anos de idade, com uma menina da mata de 25 anos e eu com outro rapaz da mata, Paulo Rodrigues. Quando pedimos a foto ao major ele recusou-se a dar porque ele mesmo reconheceu como todo mundo que não tinha nenhuma semelhança entre Paulo Rodrigues e eu. Faziam isto com vontade de acabar com a influência da Igreja. Tinha gente que intencionalmente criava um clima para nos fazer afastar da região. Fui detido mas com a presença de dom Estevão, dom Alano e frei Gil. Foi um interrogatório um pouco estúpido porque não foi preparado. Me acusaram de ler o jornal *Le Monde* como órgão do PC francês, quer dizer, desconhecimento total".

Sobre a luta, diz o padre Humberto Rialland: "A guerra começou em 1972, mas foi um fracasso porque a operação foi muito mal preparada. Todos de farda em colunas entrando na mata, pensando que os homens que estavam lá iam se entregar tranquilamente. Então fracassaram totalmente, cem por cento. Daí eles prepararam homens de todos os estados na escola de guerrilha de Manaus e então foi diferente: já entravam barbudos, como compradores de arroz, de terras, de qualquer jeito.

"A fase sinistra da guerra começou em 7 de outubro de 1973, quando pegaram vários moradores de São Domingos e pouco a pouco de toda a região. Daí começaram as sevícias e as torturas, para criar um vazão em redor dos guerrilheiros. Houve despersonalização de uns duzentos lavradores. Três faleceram de sevícias, dois dos quais Osmar e José de Oliveira.



D. Pedro - a guerrilha do Araguaia sempre se concentrou mais no sul do Pará, e estendeu seu raio de ação ao norte de Goiás. No entanto, durante os anos de 1972 e 1973, o Exército e a Aeronáutica também realizaram operações anti-guerrilha na margem matogrossense e do rio Araguaia, nos municípios de Luciara e Barra do Garças, concentrando-se sobretudo no então distrito de São Félix, dom Pedro Casaldáliga também, falou aos repórteres de Movimento Antonio Carlos Moura e Antônio Carlos de Queiroz, como ele e sua equipe pastoral foram envolvidos na repressão à guerrilha:

"A própria censura à imprensa que vigorava naquele tempo tergiversou a realidade e a imagem da guerrilha para o país - e inclusive para o mundo inteiro, que soube mais ou menos dos acontecimentos - guerrilha no Brasil chegou a ser sinônimo de Araguaia, e Araguaia, sinônimo de guerrilha. No: estamos do lado do Mato Grosso, na beira do rio Araguaia. Então, no pensamento deles, logicamente deveria ter guerrilha em São Félix, não é? Dava a impressão que o Araguaia tinha três metros de comprimento e que havia guerrilha da nascente até a foz dele. Nós estávamos a mil quilômetros da guerrilha, mais ou menos. Em nossa região, nunca houve, ao que se saiba, nem a sombra de guerrilheiro. O povo mesmo a região não sabia bem o que era isso".

"A prelaia de São Félix, o povo da região, e mais concretamente a equipe pastoral de São Félix sofreu realmente a repressão, que imaginava que nós só podíamos ser issomesmo: guerrilheiros - como sinônimo ainda de 'terroristas'... E a ACISO - Ação Cívica/Social - realizada pelo Exército em São Félix em 1972, e também em 1973, se deu com técnicas e solenidades de operação anti-guerrilha. Os soldados que vinham e faziam os treinamentos no morro de São Félix, os códigos que eles usavam. Visitavam casa por casa no sertão, e caíam sobre a população, criando um clima de autêntico terror, arrebentando até as facas de cozinha. A repressão perseguiu, naquela hora, o bispo de São Félix, os padres e os agentes de pastoral leigos - sobretudo porque esses leigos que eles imaginavam fantasmagoricamente não sei o que... Imaginavam ligações e coisas que tais. Teve o caso das famosas emissoras de rádio clandestinas, que eles nos acusavam de possuir. A polícia procurou-as por duas vezes, até dentro da caixa d'água. Todas essas operações procuraram

ligar a prelaia de São Félix às guerrilhas do Araguaia. E apanhamos muito por causa disso. Todo o povo da região, logicamente, pegou mais antipatia à repressão. Posteriormente o povo fez outro tipo de comentário: 'Então, se os terroristas são isso, que eles dizem, se comunista é isso que eles dizem, só pode ser gente boa'. O povo viu que nós fomos identificados com guerrilheiros e comunistas - nós, o bispo e os padres, os professores e todo o pessoal que eles conhecem, e eles bem sabem o que temos de terroristas, dentro e fora, né?..."



foto: Vicent Carelli

Pum-pum, tá-tá-tá-rá-rá-rá

Índios Suruí, batedores do Exército, narram a guerrilha

Os índios Suruí são dos poucos habitantes da região que falam abertamente sobre a guerrilha. Eles a acompanharam de perto: serviram de batedores para o Exército, guiando os soldados na mata e indicando pistas dos guerrilheiros. Hoje, vivendo numa aldeia de 64 pessoas, perto da estrada que o general Antônio Bandeira mandou construir em 60 dias, os Suruí fazem um relato dramático dos últimos lances da guerrilha.

"Os Soldados sempre procurava nós:
- Rapaz, você conhece a mata, né?
- Sabe sim.
- Vocês sabe onde está terrorista?
- Sabe sim.

Então os soldados pediu licença da Funai. Maravi e Arecachu, os dois entrou primeiro na mata - veio um Toyota buscar. Nós procurava a picada, via barraquinha dele embaixo do cipozal, mas terosista se escondeu mesmo. Nós esperava na mata... esperava... esperava... Tinha muito avião... helicóptero voava baixinho. Demorou, até que quebrou o pau. Terrorista mandou uma brasa: tá-tá. Soldado mandou uma brasa: Tárrrrrr!

Esse cara (o índio Arecachu) ajudou muito carregando morto dentro do helicóptero. Cortava a cabeça e levava pro São Raimundo para tirar retrato. Era homem, mulher, tudo misturado. Mas de primeiro morreu um bocado de soldado. Soldado foi tomar água, a Dina estava esperando lá: páaaaaa. Agora chegou um cara de Brasília, rapaz! Foi ele que acabou tudo. Como era o nome dele?... Doutor Antônio (NR - general Antônio Bandeira).

Ele trouxe muita espingarda pra nós, cartucho pra gente caçar. Soldado primeiro pegou o pessoal que dava coisas pro terrorista. Foi tudo preso, tudinho, tudinho. Bateram, bateram - soldados perguntava pra ele assim:

- O que tu deu pra ele?...
- Cartucho.
- E mais?...
- Farinha.
- E mais?...
- Sal.
- Aonde tem quem ajuda terrorista?
- Tem muito aí.
- Me diz qual ele é?
- Pernambuco.

E fomo atrás do Pernambuco. Levemo ele pro São Raimundo. Amarremo numa árvore - aí o cara ficava à altura: Soldado falou e levou logo peixeira na testa dele - tec!, só estrelava.

- Conta aí, nego velho, o que tu deu?
- Ele convidou pra mim fazer paiol na mata pra ele, paiol de farinha.
- Tu tava mentindo pra mim, rapaz!
- Eu tava com medo dele me matar!
- É, matava nada! Porque vocês que dá, rapaz!

Uma vez terrorista saia da mata. Pegaram soldado lá no entrocamento de São Domingos. Terrorista pegou a arma dele. E voltava pros acampamento dele. Os soldados entrava de seis com a gente no mato. Eles avisava pra nós:
- É escutar barulho, vocês passa pra trás de mim.

Agora o soldado, na hora que vê o barulho dele, vai andando mesmo: taaaaaa!... Quebrou tudinho cabeça, saiu tudinho o miolo: páaaaaa! A gente escutava aqui na aldeia o barulho: Tá-tátátátátátátátátátá-rrrrrrrr!

Antes era difícil de achar. Agora, não: é fácil. Soldado falou:

- Tem que acabar com esse terrorista: ele quer tomar o Brasil, esse terrorista não presta.

Roupa do terrorista já parecia saco velho. Primeiro camisa nova, depois camisa velha. Gente branca, morena, preta... Amarelo tinha também.. Tem ferida, tudinho aqui também na cara, tudinho cheia de caroço. Não tem fogo, não tem fósforo, acabou tudo. Nós chegava no acampamento dele no cipozal e soldado ia mexer nas coisas, não deixa nós.

- Rapaz, você não pega nesse bicho aí!
Ele abriu, rapaz! Coisou, queimou tudo na cara do soldado - o pólvora. Ele fez o negócio todo feito pra morrer qualquer soldado. Mas soldado já tava com muita força.

A Dina... - diz que ela era baiana -, foi pegada lá em Marabá: ia atravessar pro São Félix, mataram ela. O Osvaldão morreu sozinho - foi ali: nós vimos lá no São Raimundo (NR - uma das pequenas bases de apoio do Exército dentro do mato), morto, pendurado pela perna no helicóptero, por corda. Rapaz, ele era fogo mesmo - muito morto. Roupa dele não presta não, tudo rasgado.

SINOPSES DA
AGÊNCIA NACIONAL

Pequenos escândalos do Planalto

Evidentemente, ninguém acredita que o Palácio do Planalto nomeie os governadores dos 22 Estados do País influenciado pelas sinopses da Agência Nacional. Mas não deixou de ser um escândalo a denúncia da revista *Isto É* de que a sucursal da Agência Nacional em Minas fajutava a sinopse do noticiário dos jornais mineiros de modo a mostrar que o candidato preferido em Minas Gerais era o presidente da Arena, Francelino Pereira. A denúncia ganhou as páginas dos jornais, acendeu a ira de mineiros bairristas que não aceitam o piauiense Francelino como governador mas serviu também para que pessoas preocupadas com a democratização do país insistissem em que o valor do episódio está subordinado a falsificações mais graves.

O ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas, Didimo Paiva, ao prever que provavelmente um funcionário subalterno vai ser responsabilizado pelo ridículo do episódio (nesta segunda-feira o resultado da sindicância chega ao Palácio do Planalto), declarou: "O governo tem falsificado as



coisas mais sagradas, que têm neste país, como, por exemplo, as penas de banimento, as suspensões de direitos políticos, a tortura comprovada de cidadãos, a morte na prisão de companheiros nossos, como Vladimir Herzog". E lembrou que "tivemos uma adulteração maior: a dos dados da inflação de 73-74 pelo ministro Delfim Neto".

De qualquer forma, é provável que o episódio só tenha crescido por causa da indiferente pobreza de espírito de

Francelino. Suas frases mais celebres ("A Arena é o maior partido do Ocidente" e "Que país é este?") entraram para o anedotário popular, ridicularizadas de ponta-a-ponta, menos, é claro, nas sinopses da Agência Nacional. Francelino, porém, nunca se abalou. Afinal, quando foi designado para a presidência da Arena, um cargo que o manteria distante das bases eleitorais, foi confortado pelo presidente Geisel: "Não se preocupe. Seu futuro está garantido".

"LIBERDADE PARA CAJÁ"

Um grito que corre o Brasil

Com encenações do martírio de Jesus Cristo, a Arquidiocese do Recife celebrou, na semana passada, uma Via Sacra pela Libertação de Cajá - o estudante e membro da Pastoral da Juventude Edval Nunes da Silva, preso pela Polícia Federal de Pernambuco desde 12 de maio. Cerca de 1.500 pessoas estavam na igreja de São José, rezando e cantando hinos religiosos, entre elas a cantora Elis Regina - atualmente fazendo shows no Recife. O ofício religioso foi mais uma das várias manifestações que, em todo o país, clamam pela libertação de Cajá e de mais sete pessoas acusadas de tentar reorganizar no Nordeste o Partido Comunista Revolucionário.

No dia da Via Sacra, a Polícia Federal comunicava que Cajá foi transferido para a penitenciária Mourão Filho, um infecto cárcere de presos comuns. Idibal Piveta, advogado do estudante, protestou contra a colocação de seu cliente numa cela que, apesar de ter apenas 3 por 4 metros, já abrigava 15 presos. "A cela só tem 6 beliches, um banheiro entupido e apenas uma torneira. Os presos não podem encostar na parede porque elas dão choque e, além disso, existem vários cabos de vassoura para que eles estendam suas roupas que podem, eventualmente, ser transformados em armas". Pior que isso era a previsão do advogado: nesse tipo de presídio é comum um preso ser morto misteriosamente.

No dia seguinte, no entanto, Cajá foi transferido para o presídio político Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá - já com sua prisão preventiva decretada pelo juiz, que também aceitou a denúncia de que ele e os demais 7 presos estavam reorganizando o alegado PCR. A Polícia enquadrava Cajá no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, que pune com prisão de 2 a 5 anos os que tentam reorganizar organizações políticas ilegais.

E quais são as provas concretas contra Cajá? Até o momento, a Polícia Federal não apresentou nenhuma que justifique a prisão dos 8 acusados de pertencerem ao PCR. Além, é claro, de nada justificar as torturas que os presos denunciaram (Movimento nº 158). A Polícia, porém, se esforça. Na semana passada, divulgou um manuscrito que Cajá teria enviado a outro preso - Nilson Lustosa - falando de discussões aparentemente ligadas ao PCR.

A Comissão de Justiça e Paz do Recife, mobilizada em defesa de Cajá, distribuiu uma nota observando o óbvio: "Fere o bom senso que alguém que, mesmo suportando continuadas torturas, tenha negado, ao longo de 60 dias de uma prisão desumana e arbitrária, qualquer envolvimento com partidos clandestinos, de repente, espontaneamente, tenha assinado a própria confissão de culpa. Fere o bom senso que alguém, dado pela própria polícia como inteligente, tenha decidido escrever textos sobre partidos clandestinos numa cela da própria Polícia Federal". E, lembrava ainda a Comissão de Justiça e Paz, nos últimos dias a PF obrigou Cajá a escrever "laudas e mais laudas do próprio punho" - insinuando que a polícia queria forjar o bilhete.

A polícia também não foi bem sucedida noutra nota que, sem assinar, distribuiu aos jornais, na qual tenta mostrar a subversão existente no movimento estudantil, embora cometa erros flagrantes, como acusar de dirigente desse movimento uma pessoa que nem estudante é atualmente. As acusações gerais da Polícia foram respondidas pelos Diretórios das universidades Federal e Rural de Pernambuco: "Essa articulação só existe nas cabeças das autoridades. Elas chegaram a imaginar 'campos de treinamento de guerrilha' em pleno interior do Piauí, destinados a doutrinar camponeses para a luta armada, quando sabemos que as únicas armas que os camponeses têm são as dos grileiros que lhes roubam as terras e a sua única doutrina é de trabalhar até a morte para enriquecer os latifundiários".

Em Aracaju, na sexta-feira, estudantes da Universidade Federal tentaram entregar ao general Geisel, que visitava a cidade, um documento pedindo a libertação de Cajá, anistia ampla e irrestrita e liberdades democráticas. Mas só conseguiram chegar ao coronel Ludwig, assessor de imprensa, que prometeu encaminhar a carta - que tinha o carimbo e o telefone do DCE. Mais tarde, no entanto, veio a reação: presos, três estudantes foram interrogados durante 6 horas e fotografados num quartel da PM. O reitor da Universidade intercedeu em favor dos estudantes, alegando que o documento entregue a Geisel nada tinha de ofensivo.

A campanha contra a investida da Polícia Federal sobre os estudantes e a Igreja do Recife também teve, em São Paulo, a adesão de 100 entidades estudantis de vários Estados. Na sexta-feira, no campus da Universidade de São Paulo, onde se realizou a 30.ª Reunião da SBPC, cerca de mil pessoas fizeram um ato público protestando contra as prisões em Recife e se dizendo temerosas de que novas prisões ocorram. Um dos ameaçados é o seminarista Salesiano Antonio Torres Medina - acusado pela PF de contatos com o PCP porque, segundo a polícia, os peritos comprovaram que documentos escritos pelo religioso foram encontrados nos "aparelhos" da organização. O delegado da PF, Paulo Sette Câmara, mandou os documentos para o inspetor dos padres salesianos, Antonio Possamai, mas não produziu efeitos: "Na verdade, são acusações que não merecem crédito," disse o inspetor.

A "CHACINA" DE MATO GROSSO

A violência no dia-a-dia do camponês

Guerra psicológica adversa, guerra revolucionária ou simples incompetência? Envergonhado, o coronel Aloisio Madeira Evora, secre-

tário de Segurança Pública de Mato Grosso, teve que admitir que era pura falta de informação e muito açodamento a notícia - divulgada por ele - de que grileiros de terras teriam cometido uma das maiores chacinas dos últimos tempos no país: o fuzilamento de 42 camponeses numa fazenda do município de Alto Araguaia, em seu Estado. Antes dele explicar, a imprensa esclareceu o caso: um estudante de Medicina de Rio Preto (SP), Flávio Mendes Carvalho, dono da fazenda, reuniu um grupo de homens na sua cidade e foi intimidar supostos grileiros que viviam em sua terra. Houve muita violência (as pessoas foram despidas, insultadas, arranhadas com tiros e atiradas num abismo), mas não houve mortes.

A polícia de Mato Grosso, no entanto, torturou o estudante e ele "confessou" a chacina. Mas, se havia corpos em algum lugar era em Pedra Preta, a 100 quilômetros da fazenda de Flávio: três ossadas humanas, a acusação é que foram produzidas pela própria polícia. Ao final da história, fica evidente que muitos são culpados: o secretário, por divulgar graves notícias falsas (até 2 anos de prisão, pela Lei de Segurança), o estudante (que espancou e atirou nos grileiros), a polícia (que torturou o estudante). Alguém vai ser preso?

A cruel realidade do campo brasileiro dispensa notícias fantásticas, algumas reais, da semana:

1) Um pelotão da PM de Rondônia e 15 jagunços armados com revólveres expulsaram, com violência, 55 famílias de camponeses que viviam na gleba Prosperidade, em Cacoal. Casas derrubadas, lavouras destruídas e pessoas espancadas. Os policiais e os jagunços eram apoiados por um mandato de despejo concedido pelo juiz José Clemençau Pedrosa em favor dos fazendeiros Moacir Ravagnani e Silvio Lazaro - que moram em São Paulo.

2) Os advogados paranaenses denunciaram, durante seu 6º encontro anual, em Curitiba, que entre 1971 e 76 houve no Estado cerca de 9 mil conflitos pela posse da terra - com 2.260 mortos.

3) Jagunços armados expulsaram perto de 200 pessoas que há pelo menos 10 anos viviam na Fazenda Grajau, em Peruíbe, São Paulo. Rugério Malagoli, que se diz proprietário das terras, conseguiu que a justiça mandasse a polícia despejar os lavradores, mas contratou os jagunços para ajudar os policiais. O juiz viu nisso uma ilegalidade e sustou o despejo. As denúncias foram levadas ao juiz por perto de 100 camponeses que, unidos e furiosos, foram ao fórum relatar as violências dos jagunços. "Eles usam até metralhadoras" - disseram os camponeses.

Os Fatos

Médicos pedem anistia

Um grupo de médicos e outros profissionais da área lançaram um manifesto anunciando a criação do Núcleo dos Profissionais de Saúde pela Anistia de São Paulo, vinculada ao Comitê Brasileiro pela Anistia ampla e irrestrita - diz o documento.

O Núcleo se propõe a defender a proposta da anistia entre os colegas de profissão; a prestar assistência, no terreno da saúde, aos presos e perseguidos políticos, brasileiros ou estrangeiros; a denunciar à opinião pública os maus-tratos que qualquer preso venha a sofrer; e, finalmente, a empenhar-se pelo retorno de todos que, ligados ao campo da saúde, tenham sido afastados por atos e leis de exceção.

"Acreditamos que nossa união ao movimento pelas liberdades democráticas, viabilizada pela constituição deste Núcleo, será um passo adiante na luta que já faz desaparecer o silêncio desta longa noite"

Maluf ameaçado

O procurador-geral da Justiça Eleitoral Henrique Fonseca de Araújo, deu parecer favorável à impugnação de Paulo Salim Maluf

como candidato da Arena ao governo de São Paulo. A impugnação é solicitada pelo grupo do ex-governador Laudo Natel, derrotado por Maluf na convenção da Arena, que alega irregularidades na eleição e em consequência a impugnação e inelegibilidade de Maluf, do seu candidato a vice e do candidato a senador biônico. Inicialmente, a impugnação foi rejeitada pelo tribunal eleitoral de São Paulo, mas o grupo Natel recorreu ao Superior Tribunal Eleitoral - e pediu, como em todos os processos, peiu o parecer do procurador. O julgamento será realizado nesta segunda-feira. No fim da semana passada, o parecer do procurador Fonseca era visto, em São Paulo, como a intervenção do Palácio do Planalto no "caso Maluf": o procurador é pessoa de confiança da Presidência da República. Quando o governo quer processar alguém (o ex-deputado Chico Pinto, por exemplo), manda o procurador fazer a denúncia a um tribunal.

Enfim, a casa

Depois de 5 anos de luta e de infrutíferas tentativas junto ao MEC, as moradoras da Casa da Universitária de São Paulo conseguiram que o governo do Estado doasse um imóvel para sua sede. A entidade, que abriga cerca de 32 estudantes do interior vinha sofrendo ameaça de despejo por parte da Kobayashi Habitacional do Brasil, desde 1973, quando esta comprou o imóvel que pertencia à Curia Metropolitana.

A censura corta e cala

O que teria o conto "O Cobrador", de Rubem Fonseca, de tão bom para ser o vencedor do "Prêmio Status de Literatura Brasileira 1978" promovido pela revista Status? Pelo menos por enquanto vai ser difícil saber, já que antes dele chegar aos leitores a censura Federal vetou-o totalmente. Mas não fica somente nisso o trabalho dos censores nos últimos dias: os jornalistas do mensário *Repórter*, editado no Rio de Janeiro, lançaram um comunicado a ser lido na SBPC em que apelavam "a todas as forças democráticas do país para que, somadas nossas vozes, cessem de uma vez as pressões que vem sofrendo o jornal por parte da Polícia Federal, da fiscalização do Ministério do Trabalho e da Justiça Militar". Na cidade de Santa Maria, a 300 quilômetros de Porto Alegre, o delegado regional da Polícia Federal, Tude Tupy da Fonseca, colocou sob censura prévia o programa de rádio "Sabe Tudo", apresentado pelo vereador Arnaldo Souza do MDB. No entanto, a censura não durou muito tempo: o vereador decidiu tirar o programa do ar para não submetê-lo aos policiais.

O general paga

O general João Baptista Figueiredo mandou que a locadora do carro que usou no Rio, há duas semanas, pagasse os prejuízos pela batida contra um táxi na rua dona Mariana. Quando saía da casa do ex-chanceler Atonso Arios, o Upala usado por Figueiredo amassou o táxi e, indiferente aos protestos do motorista Oswaldo Rocha, foi embora sem pagar os prejuízos. O episódio foi contado em Movimento nº 157 sem a informação de que o general mandara pagar os prejuízos, só divulgada na semana passada.

O melhor cartaz

Cláudio Maia Monteiro, de Brasília, venceu o concurso "Um cartaz para a anistia" - instituído pela imprensa independente para escolha de um cartaz que seja adotado como símbolo da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. O júri foi composto pelos críticos de arte Mário Pedrosa e Jacob Klintonitz, pelos artistas gráficos Fredy Carneiro e Ana Leticia, jornalistas Márcio Bueno e Zuenir Ventura e cartunistas Ziraldo e Jaguar.

Jornada contra a carestia

No primeiro dia da Jornada, as donas-de-casa e trabalhadores coletaram mais 50 mil assinaturas contra a alta do custo de vida

A Praça da Sé, no centro de São Paulo, voltou a ser agitada pelos voluntários do *Movimento do Custo de Vida*. Foi na última sexta-feira, dia 14, quando 200 pessoas - donas-de-casa, trabalhadores, estudantes - participaram do primeiro dia da *Jornada Contra a Carestia*.

Eles chegaram por volta das duas horas da tarde e, quando saíram, às oito da noite, já haviam coletado 50 mil assinaturas. Uma operação muito bem sucedida, segundo os organizadores, que pretendem chegar a 100 mil assinaturas em dois dias de coleta, elevando assim a mais de 400 mil o total já obtido.

Um primeiro mutirão para recolhimento de assinaturas na Praça da Sé - onde está situada uma grande estação do metrô - fora realizado no dia 22 de junho: mais de 100 pessoas conseguiram, então, em pouco mais de duas horas, 15 mil assinaturas.

As pessoas que passavam insistiam muitas vezes em conversar um pouco, trocar idéias; e as donas-de-casa encarregadas de coletar assinaturas também queriam explicar o movimento, falar sobre a carestia. Aqui algumas opiniões dos transeuntes: "Isso é igual a uma eleição. Todo mundo tem que participar e apoiar através da assinatura" (Virgínio, operário da construção civil). A união faz a força; mas eu acho que desse presidente a gente não pode esperar muita coisa não. Temos que pedir uma total democracia. Mas o Movimento é importante, porque mostra que todo mundo está contra isso que está aí" (Pedro, operário eletricitista). "Dentro do atual regime é válido, mas não se vai conseguir nada. É uma reação do povo e as autoridades não ligam para isto porque são os donos da marmelada" (Eugênio, alfaiate).

Alguns, como o bancário Silvio, não só assinavam, como também pediam mais folhas, para preencher no serviço, com os colegas: "No banco onde trabalho, o

pessoal só reclama dos salários. Esta é uma boa para tentar melhorar a situação". Havia também os que alegavam falta de tempo e, com medo, se retiravam apressadamente de perto dos grupos do MCV.

Os organizadores estavam um pouco preocupados com a segurança, pois, na madrugada da quarta-feira, dia 12, sete estudantes haviam sido presos quando colavam cartazes do MCV nos muros da sede do Corpo de Bombeiros, próximo à Praça da Sé. A única anomalia, porém, foi a presença de alguns agentes policiais à paisana, que se limitaram a perguntar repetidas vezes, a diversas pessoas: "quem é que está mandando naquilo tudo".

A operação também estendeu-se ao Parque Dom Pedro II, terminal de ônibus e seus resultados mais uma vez foram positivos, de acordo com a organização.

Aurélio Peres, da coordenação do MCV, que também estava na praça coletando assinaturas, dizia na semana passada: "Na medida em que nós saímos pelas ruas, o nosso movimento está realmente cumprindo o seu papel, que é atingir milhões de brasileiros. Outro aspecto importante é que é uma espécie de aprendizado - o de sair às ruas levando bandeiras, como há muito tempo não víamos.

O bispo Dom Angélio Sândalo Bernardino também falou na semana passada a *Movimento* sobre a campanha contra a carestia: "O povo está dando uma demonstração de que não está calado e disposto a continuar sofrendo injustiças. Eu encaro todas as jornadas para colher assinaturas como uma forma de conseguir conscientização cada vez maior. Este é o seu aspecto importante, porque eu não acho que a situação vá mudar simplesmente com a coleta de assinaturas; é preciso que o sistema mude, se transforme num sistema de participação do povo brasileiro. A luta é longa. Mas o MCV é uma pulga atrás da orelha do governo. É uma reação popular".

Este é o país da inflação

Segundo os índices divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro subiu 4,1% em junho. No primeiro semestre, o índice acumulado do custo de vida foi de 19,5%. E de junho de 1977 a junho de 1978, o índice acumulado do custo de vida aumentou 38%.

A elevação do custo de vida em junho foi ainda mais desfavorável aos trabalhadores porque se deveu, principalmente ao aumento nos preços da alimentação, que subiram 4,8%. Entre os artigos que mais encareceram, encontram-se produtos agrícolas de grande consumo popular, como arroz, feijão e milho.

Com base nesses resultados, mesmo economistas conservadores já admitem que o governo não conseguirá evitar uma inflação entre 40 e 45%, em 1978.

A seca do Sul do país e a quebra nas safras de vários produtos bastariam para explicar esta inflação elevada? Não faltará quem ensaie tal justificativa. Mas não é difícil perceber outros fatores inflacionários muito mais importantes. O endividamento crescente do país obriga o governo a emitir mais e mais cruzeiros para trocá-los pelos empréstimos ou para as vendas a prestações, com juros entre 50 a 80% ao ano. Apesar de toda a crise, empresas monopolistas, como as montadoras de automóveis, não param de elevar os preços de suas mercadorias. E, mesmo sem enchentes ou secas, ocorre escassez e encarecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade por causa do sistema latifundiário-exportador e da especulação comercial dos atravessadores.

Estudando a marcha ascendente cada vez mais apressada dos preços no Brasil ao longo do século XX, fica ainda mais claro que uma inflação tão antiga e crescente como a brasileira não pode ser atribuída a fatores acidentais. O quadro anexo mostra que, entre 1914 e 1977, os preços para o consumidor brasileiro subiram cerca de 15 mil vezes. Se a moeda não tivesse sido alterada, uma mercadoria que custasse Cr\$ 100,00 em 1914 estaria custando hoje aproximadamente Cr\$ 1.445.000,00. Quem ficou triste porque o Brasil perdeu a Copa, pode se consolar com o novo título proposto por Pompeu Accioly Borges: o Brasil é o recordista mundial de inflação neste século.

Calculando-se a taxa média anual de aumento do custo de vida, por períodos selecionados, um outro traço ressalta: a

inflação vem se acelerando com o desenvolvimento do capitalismo no país. Portanto, é na forma como o capitalismo vem se desenvolvendo no Brasil - sob a dependência dos capitais e da tecnologia estrangeira - e em combinação com o monopólio da propriedade da terra - que deve ser buscada a explicação última para a persistente e acentuada inflação brasileira. Por isso, não será fácil eliminá-la.

Mas, se o Brasil é um campeão de carestia, é também um país onde a luta popular contra a inflação vem se desenvolvendo há muito tempo. A bandeira do combate à carestia já estava presente nos movimentos operários do início do século.

Nos anos 50, São Paulo foi palco do vigoroso movimento da *Panela Vazia*. E é esta tradição combativa que está sendo retomada pelo *Movimento do Custo de Vida*, que, da capital paulista, vai se propagando para outras cidades e estados brasileiros.

Custo de vida	
Subindo há muito tempo e cada vez mais rápido	
Períodos	Taxa média anual de aumento do custo de vida
1914 -1950	7,3%
1951 -1953	15,7%
1954 -1958	19,4%
1959 -1961	33,9%
1962 -1977	34,5%

Fonte: tabela ao lado

CUSTO DE VIDA NO BRASIL DE 1914 a 1977: ALTA DE 1.445.000%

ANOS VARIACÕES ANUAIS EM % INDICE

1914	-	100
1915	9,0	109
1916	6,4	116
1917	10,3	128
1918	12,5	144
1919	3,5	149
1920	10,1	164
1921	2,4	168
1922	9,5	184
1923	10,3	203
1924	16,7	237
1925	6,8	253
1926	2,8	260
1927	2,7	267
1928	1,1	263
1929	0,8	261
1930	10,1	237
1931	3,5	229
1932	0,0	229
1933	0,0	229
1934	7,4	246
1935	5,3	259
1936	14,7	297
1937	7,7	320
1938	4,1	333
1939	2,7	342
1940	5,0	359
1941	10,9	398
1942	12,1	446
1943	15,0	513
1944	27,3	653
1945	17,2	765
1946	16,2	889
1947	22,8	1.092
1948	3,0	1.125
1949	4,0	1.170
1950	6,7	1.248
1951	15,3	1.439
1952	17,2	1.687
1953	14,7	1.935
1954	22,1	2.363
1955	23,3	2.914
1956	20,8	3.520
1957	16,0	4.083
1958	14,9	4.691
1959	39,1	6.525
1960	29,3	8.437
1961	33,3	11.247
1962	55,8	17.523
1963	80,2	31.576
1964	86,6	58.923
1965	45,5	85.731
1966	41,2	121.052
1967	24,1	150.226
1968	24,5	187.031
1969	24,3	232.480
1970	20,9	281.068
1971	18,1	331.941
1972	14,0	378.413
1973	13,7	430.255
1974	27,7	549.436
1975	29,0	708.773
1976	41,9	1.005.749
1977	43,7	1.445.261

Fontes:

1) Período 1914-1961

Dados:

1914-1938: SEEF, Índice do Custo de Vida na cidade do Rio de Janeiro 1939-1944: Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, Índice do Custo de Vida na cidade de São Paulo, 1945-1961: FGV, Índice do Custo de Vida na cidade do Rio de Janeiro.

Colaboração: Alberto Passos Guimarães, Inflação e Monopólio no Brasil. Editora Civilização Brasileira, Rio, 1963, pag. 10.

2) Período 1962-1977:

Dados:

1962-1973: FGV, variações anuais do Índice do Custo de Vida na Guanabara, in "Conjuntura Econômica", vol. 29, nº 1, janeiro de 1975, pag. 99. 1974-1977: FGV, variações anuais do Índice do Custo de Vida na cidade do Rio de Janeiro, in "Conjuntura Econômica", vol. 32, nº 4, abril de 1978, pag. 157.

Elaboração: Movimento

Por que pára um hospital?

A paralisação do Hospital das Clínicas de São Paulo pode ser um primeiro passo para a eliminação das suas precárias condições de atendimento

A partir do meio da semana passada a maior parte das atividades do Hospital das Clínicas de São Paulo "o maior complexo hospitalar da América Latina", começaram a ser paralisadas. O processo foi gradual e cuidadoso, devido à natureza muito especial dos serviços que oferece. Mas foi levado adiante de maneira decidida e corajosa, por iniciativa da maior parte dos servidores e médicos do grande hospital.

Os 6.500 servidores do HC, depois da assembleia com mais de 800 tinham decidido paralisar o trabalho por tempo indeterminado e "denunciar ao povo o que acontece por trás das paredes deste hospital". "O nosso problema", acrescentavam, "é o de todos os trabalhadores do país: os baixos salários e as más condições de trabalho". Os médicos, em assembleia geral realizada no dia seguinte também deliberaram paralisar suas atividades pelas mesmas causas: melhoria de salário e "condições concretas de trabalho".

Os servidores, com base na sugestão feita pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas), segundo o qual um funcionário que ganha hoje 2.300 cruzeiros deveria estar ganhando 7.400, reivindicam 100% de reajuste. Os médicos pedem um piso salarial de 10 salários mínimos, sustentados por uma lei de 1961 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que obriga o pagamento de 3 salários mínimos para a prestação de 20 horas semanais de serviço médico.

O comunicado divulgado pelos médicos no último dia 12 ressalta que "a vítima real da situação é em última análise a própria população", que passa a receber um atendimento de má qualidade, "em muitos casos mais fictícia do que real". Essa opinião é apoiada pela "carta aberta ao povo" divulgada pelos servidores, na qual se diz que o atendimento é "dificultado pela falta de pessoal (devido aos baixos salários)", e que os prejudicados por isso não são "apenas os servidores, mas todo o povo".

Para os que acompanhavam o desenvolvimento das condições cada vez mais precárias do funcionamento do HC, a greve de agora, não era imprevisível nem é absurda. Durante um longo debate organizado pela *Folha de São Paulo*, reunindo diversas pessoas com grande conhecimento dos problemas do hospital, foi feita uma longa lista de fatores que compõem a crise do HC. Entre eles foram apontados: o número exagerado de pacientes, a falta de funcionários, salários incompatíveis com as necessidades das pessoas que formam seus quadros, médicos que aparentemente não têm funções no hospital, problemas administrativos, ligação inadequada do hospital com a Casa Civil do Estado, equipamentos sofisticados além das necessidades, e por último, mas com grande peso, a estrutura do atendimento médico no Brasil.

As deficiências se refletem no que um médico-assistente com 20 anos de HC chamou de "exemplo único no mundo de ineficiência e desamunidade". Enquanto se constroem "monstros faraônicos" inúteis, como o Instituto do Coração (que recebeu do governo Sodré uma verba de 13 bilhões de cruzeiros para a sua construção), "faltam agulhas, seringas, algodão, sondas, etc.". Em 74, um relatório realizado pelo hospital evidenciou que 29% dos pacientes apresentam infecção pós-operatória. Também ocorrem 23% e 30% de casos de infecção, devido à precariedade das condições higiênicas respectivamente no Pronto Socorro e no setor de queimaduras. há caso terríveis, como o de uma criança que morreu engasgada com a mamadeira porque, segundo os responsáveis, "não temos enfermeiras para ficar segurando a mama-

deira de cada criança", "e não temos porque os salários são baixos.

O quadro é impressionante. E principalmente porque o Hospital das Clínicas é considerado o de maior importância no atendimento das classes de renda mais baixa de São Paulo (e talvez mesmo do Brasil). Desde a origem das causas apontadas pelos grevistas e por muitos dos que acompanham a crise do HC, está claro que o problema interliga indissoluvelmente os médicos, os estudantes e os servidores.

No entanto as suas decisões e a posição que tomaram não foi bem recebida pelas autoridades responsáveis e pelo governo. Este último se aproveitou do argumento fácil de que a responsabilidade pela explosão da crise agora, com a paralisação e os danos que isso pode causar à saúde pública, deve ser jogada sobre os médicos e servidores. Enquanto o governador Paulo Egydio dizia estar "muito chateado" com a situação no HC, a Casa Civil emitiu uma nota em que lamentava "que a população do Estado haja sido prejudicada pela atitude ilegal dos servidores", esclarecendo também que, na sua opinião, "a reivindicação por melhores vencimentos não pode servir de pretexto para a omissão de socorro".

Os médicos não podem ser acusados de omissão

Esta última referência transformou-se na principal argumentação das autoridades contra os médicos (e indiretamente aos servidores, já que o hospital não pode funcionar sem eles). Segundo o governo, e mesmo alguns jornais, a medicina impede o recurso à greve como meio de disputas trabalhistas por ser um dever social.

Mas os médicos e servidores negaram, corretamente, qualquer validade a este tipo de argumentação. Domingos Braga, presidente da Associação dos Servidores, retruca, dizendo que é preciso lutar justamente para que se respeite o de ver social, porque atender um paciente sob condições menos que o precárias não é de forma alguma um socorro, mas um erro e até uma desonestidade, com que o médico não pode se tornar conivente.

Longe de poderem ser acusados de omissão profissional, os médicos tomaram todos os cuidados exigidos pela natureza específica de seu trabalho. Emobra tenham declarado greve, garantiram que resguardariam "naturalmente o pleno funcionamento dos serviços de emergência de modo a não colocar em risco a vida dos doentes". Durante a semana o atendimento dos casos urgentes e dos pacientes que não poderiam receber alta nem encerrar o tratamento imediatamente, permaneceu escrupulosamente o mesmo, ou até melhor, como lembrou um médico residente: porque os médicos precisam multiplicar seus cuidados justamente para que a acusação de omissão não lhes seja imputada.

Não há dúvida possível da justiça das reivindicações dos trabalhadores do Hospital das Clínicas, tanto no que se refere às suas condições de vida, como com respeito à vida dos que deles dependem. Ainda é preciso perguntar no entanto, de que maneira a greve pode ajudar a resolver os problemas do HC. Embora possam significar um passo importante, as reivindicações salariais apenas não são uma solução para o problema da estrutura do atendimento médico e de toda a medicina no Brasil, no qual o HC se insere. Mas a greve de agora pode e deve ser a base para a abertura do debate democrático que o professor Antônio Lefevre reclamou recentemente para a solução a ser dada ao Hospital das Clínicas. FD.

"A solução é dar o aumento"

A luta dos residentes do Rio

Na terça-feira passada, dia 11, 553 acadêmicos/bolsistas, 1507 internos e 2608 médicos residentes entraram em greve no Rio de Janeiro. Sua reivindicação, antiga, é a mesma que já motivou este ano movimentos em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Brasília, entre outros estados. Os residentes querem um piso salarial de Cr\$7.000,00, e reajustes anuais equivalentes ao do salário-mínimo. E os internos e bolsistas, além de algumas reivindicações específicas, são solidários.

No último dia 5 de julho, o Governo Federal aceitou o piso de Cr\$7 mil (a exigência anterior dos médicos era de 5 salários mínimos), a ser estabelecido para todos os residentes dos Hospitais Universitários federais do país e aos do INAMPS. Mas a situação no Rio não se resolveu, pois a Prefeitura da capital e o governo do Estado se mantiveram intransigentes em não aceitar a reivindicação. Por isso, no dia 6 de julho, os médicos residentes cariocas decidiram-se pela greve, até que o aumento fosse entendido aos 750 residentes dos hospitais estaduais e municipais do Rio. Foram apoiados na medida pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Federação Nacional dos Médicos, Associação Nacional dos Médicos Residentes e Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro. Avisaram com antecedência de 48 horas às direções de hospitais, e, na terça-feira, o movimento grevista (que já fora iniciado pelos 284 residentes do Hospital Pedro Ernesto, da UERJ, no dia 22 de junho) espalhava-se por 55 hospitais do Rio de Janeiro.

O Secretário de Saúde da Prefeitura, Felipe Cardoso, explica a intransigência pelo fato de "a Prefeitura estar impedida de pagar bolsa maior do que o salário dos médicos". As autoridades qualificaram em unísono o movimento de "absurdo" ("os médicos constituem uma classe que não pode fazer greve, por lidarem com vidas humanas"). O "Jornal do Brasil" acentuava que "residência médica não é emprego", e condenava a "falta de consciência profissional e humanitária" dos residentes.

"Residência não é emprego"

Mas os argumentos dos residentes, em todos os sentidos estão mais próximos da realidade. A residência médica, sob a forma de trabalho supervisionado, foi criada em 1945 para aperfeiçoar a formação dos médicos recém-formados. Mas desvirtuou-se, e hoje "o fato do médico residente se encontrar em fase de formação tem sido usado como pretexto para empregá-lo como mão-de-obra barata". Pesquisas recentes apontam que em São Paulo somente 8% da mão-de-obra médica constitui-se de profissionais liberais (no Rio o índice é ainda menor), constituindo-se o restante de assalariados mal pagos.

das 8 às 2 da tarde. Na quinta, outro plantão das 2 às 8 da noite. E na sexta um plantão noturno das 8 às 8. Um residente do 2º ano opera, e eu sou neurocirurgião. Então tem dias que eu só consigo a sala pra operar umas três da tarde. A operação dura em média umas cinco horas. Se tem plantão à noite, eu saio direto. Já me acostumei a jantar bauru

com Guaraná, porque o refeitório fecha às sete. E se no plantão chega, como já aconteceu, uma pessoa das rua às cinco da manhã pra uma operação de emergência eu só saio às dez. São 26 horas de trabalho seguidas". "Agora, eu ganho Cr\$ 2.400,00. Preciso morar, comer, me vestir. Eles dizem que a residência é aperfeiçoamento, mas um livro custa em média Cr\$4.000,00. Agora vai ter um Congresso de neuro-cirurgia em Fortaleza que só a inscrição custa Cr\$ 2.500,00. E um material de cirurgia (que todo neurocirurgião tem que ter) custa Cr\$ 250 mil. Então eu tenho o que ter outros empregos. É proibido mas todo mundo tem. Eu trabalho mais 60 horas em 3 outros empregos pra ganhar mais Cr\$ 10.000,00. Se a gente conseguir os 7 mil, eu largo dos dois empregos de cara."

Os residentes contestam também os argumentos oficiais para a não-concessão do aumento. A Prefeitura ameaçou contratar médicos efetivos (salário de Cr\$ 4.680,00. "Mas nós trabalhamos 60 horas. Em 20 horas, os 7 mil seriam Cr\$ 2.330,00, sairia até mais barato. Se o Estado alega não poder suplementar o orçamento para o item de saúde da população, então a população deve ter o direito também de se recusar a pagar impostos".

Os residentes elaboram durante a greve mapas diários sobre a situação dos hospitais, que contestam também as afirmações oficiais de normalidade de atendimento. O Souza Aguiar é um exemplo. De segunda a quarta-feira passadas, houve 139 altas. 157 leitos estavam ocupados na quarta-feira, e 147 vagas. a procura diminuiu em 50%. Os 2 mil atendimentos diários de ambulatório se viram reduzidos a 500. Na maioria dos hospitais do Rio, a situação era a mesma: atendimento só em caso de urgência.

Na quinta-feira de manhã às 10 horas a fila não era grande na sala de espera do ambulatório do Souza Aguiar. Uma senhora que saía com a sua filha contava: "De manhã cedo tinha uma mulher com dor nos rins, passando mal. Preciso de uma outra tomar as dores, dizer até palavrão, pra ela ser atendida". Luis Sérgio, datilógrafo, esperava do lado de fora a namorada que se consultava na oftalmologia, pois precisava fazer uma operação no ouvido. "Ela tá lá desde as seis e meia e ainda não foi atendida. Tá todo mundo revoltado, né? A direção do hospital tinha de colocar mais médicos." Ao saber dos motivos da greve, e das condições de trabalho dos residentes, sentenciou: "É, se analisar direito a gente vai ver que a solução mesmo é dar o aumento. É justo, né?".

Um residente do Souza Aguiar (Hospital do Município, um dos principais hospitais responsáveis pelo atendimento de massa no Rio) conta sua rotina e condições de trabalho: "70% do trabalho é de responsabilidade dos residentes, que é distribuindo aos poucos aos internos e bolsistas que vão sendo adestrados". No Souza Aguiar, há 350 médicos contratados, trabalhando cerca de 24 horas semanais e recebendo Cr\$ 4.000,00 líquidos. E afora os 300 estudantes (entre internos e acadêmicos/bolsistas), há 119 residentes, como eler, que trabalham 60 horas semanais e ganham Cr\$2.400,00. "Eu trabalho de segunda a sexta, das 8 às 17 horas. Na terça, faço um plantão diurno

Luis Palmeira

Democracia e grande indústria

O dia-a-dia
da luta pela democracia
nas fábricas em greve

Uma democracia nova e duradoura em nosso país só poderá existir com a mais ampla participação dos trabalhadores, em especial dos operários de grandes indústrias. É uma tendência irreversível. Por duas razões: 1) o modelo sócio-econômico atual, baseado nos interesses dos grandes monopólios, especialmente estrangeiros, vem conduzindo a um desperdício, depredação e desigualdade crescentes; em consequência, torna cada vez mais evidente a necessidade da participação coletiva no planejamento e controle das forças produtivas do país; 2) ao mesmo tempo, é cada vez maior a importância da participação entusiasmada e consciente dos trabalhadores das grandes fábricas, pois são eles cada vez mais a camada majoritária da sociedade e aqueles que a cada dia que passa mais produzem os bens essenciais à vida e à segurança do país. No Brasil ainda subsistem imensas áreas submetidas a relações de trabalho pré-capitalistas, baseadas no trabalho camponês, não assalariado. Mesmo nas cidades a produção artesanal, semi-artesanal e doméstica continua ocupando um contingente expressivo de trabalhadores. A necessidade e a importância de mobilização desses trabalhadores não pode, jamais, ser desprezada. Mas a indústria já é, de longe, a base do produto nacional e mesmo no campo amplia-se incessantemente a produção baseada no trabalho fabril.

As imensas greves que se desenvolvem em São Paulo há mais de dois meses refletem claramente a necessidade de os trabalhadores das grandes unidades industriais participarem da condução dos destinos do país. As greves surgiram e se multiplicaram onde existem as grandes fábricas - um levantamento da Gazeta Mercantil mostrou que elas atingiram as maiores empresas dos mais destacados ramos industriais. Em última análise, as greves decorrem do fato de os trabalhadores serem postos à margem das decisões políticas e econômicas mais importantes que vão determinar o que eles estão fazendo e o que podem receber em troca de seu trabalho. A medida em que a terra, as fábricas e os instrumentos de produção em geral pertencem a um punhado de latifundiários e donos dos grandes monopólios e a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade; à medida que cresce o número de desocupados no campo e a produção industrial é cada vez mais mecanizada e mais ameaça os trabalhadores com o desemprego; e à medida que as características dessa produção atendem apenas aos interesses de uma minoria da população, mais o operário sente a necessidade de protestar coletivamente; e mais a greve é necessária.

A conclusão inicial, portanto, é mais que justificada: ninguém poderá falar que defende uma democracia efetiva e duradoura para o país se não procurar garantir a participação mais ampla e decisiva possível dos trabalhadores, em especial, do proletariado urbano. Os democratas sinceros e consequentes não podem deixar de lutar para que se democratize a vida nas grandes fábricas onde a massa operária passa a parte mais ativa do seu tempo. E é nesse sentido que se destaca, no momento atual, a luta pela constituição dos comitês de fábrica e pelo fortalecimento das organizações e entidades de bairro de trabalhadores.

Democracia operária

Não se trata, no caso, da luta igualmente árdua e demorada para garantir o direito de organização dos trabalhadores no seu partido e nos seus sindicatos realmente proletários e consequentes. O partido político, durante um bom tempo provavelmente, continuará atingindo apenas a camada mais consciente e minoritária dos trabalhadores; os sindicatos, por sua vez, congregam categorias profissionais isoladamente e não os trabalhadores como um todo. Trata-se de um trabalho complementar a esse e ainda mais amplo: que visa atingir a grande massa de trabalhadores hoje desorganizada, sem coesão nem vontade coletiva, submetida ao espírito de competição e ao individualismo próprios da sociedade atual. Trata-se de procurar ajudar, no dia-a-dia da fábrica e do bairro, o processo prático da organização, da mobilização e da elevação do seu nível de consciência política.

As comissões de fábrica e os comitês e entidades de trabalhadores nos bairros operários podem constituir-se numa contribuição imediata importante tanto para se superar o regime de arbítrio atual, como para ajudar na construção de uma democracia nova. A democracia que interessa aos operários não cairá do céu por milagre, pronta e acabada, quando a sociedade sofrer transformações estruturais profundas. Ela deve ir sendo construída no dia-a-dia, através das organizações que permitam a participação imediata dos trabalhadores. De que maneira os operários aprenderão a democracia se não passo-a-passo e através da sua própria experiência?

Nos depoimentos ao lado, 2 operários que fazem parte de comissões de fábrica em duas grandes empresas paulistas revelam de forma viva, como as greves deram origem às comissões de fábrica e quais os problemas que elas atualmente enfrentam. Como os operários que se destacam na luta pela mobilização de seus companheiros são sistematicamente perseguidos, seus nomes foram omitidos e os de suas fábricas são fictícios. (RP/SI)



Nasce uma comissão de fábrica

Pressões e lutas para se criar a comissão de operários na Metalika.

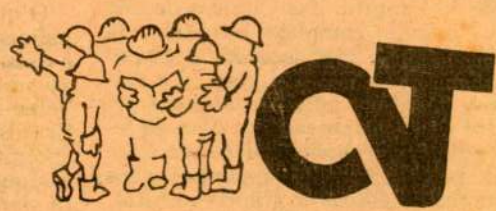
Todo mundo começou a ouvir falar em greve a todo momento. Um pessoal de diversas seções queria parar, logo. Então a gente procurou discutir: pôxa, vocês vão conseguir parar sozinhos? E eles. "E, mas ninguém quer parar". E aí começaram as discussões. Se fez 3 ou 4 reuniões com o número de pessoas quase dobrando em cada reunião: uma com 15, outra com 20, e finalmente com 60 e 160. Tudo isso fora da fábrica e fora do sindicato. Um companheiro da oposição metalúrgica foi chamado para discutir um pouco com o pessoal, para falar como tinha sido a greve na fábrica dele. E ele falou da chapa 3, da oposição metalúrgica. Mas o pessoal cortou: "A gente quer greve! Queremos saber como vocês fizeram". "Aí o companheiro foi pondo toda sua experiência. O pessoal falou: "Bem a gente precisa de uma comissão. Precisamos de gente de todas as seções." Nessa reunião de 110 pessoas, foram escolhidos 32 companheiros. E ficou decidido que dali pra frente a comissão decidiria tudo e avisaria toda a fábrica. A princípio se marcou que se pararia numa 5ª feira, mas já na 3ª a comissão achou que deveríamos parar no dia seguinte. Entramos às 7 horas. Das 7 às 8 se faria o boxico e à 8 se pararia. Quando o chefe fosse perguntar se responderia que parou porque o outro parou, o outro porque o outro estava parado. Cada um arrumaria uma história e jogaria para o outro, uma sessão para a outra. Que só trabalharia se o outro trabalhasse. O outro falava a mesma coisa. Isso era pra não ser muito violenta a pressão sobre alguns: se todo mundo falasse, criaria um clima de ter de chamar para uma assembléia. E aconteceu isso mesmo: todo mundo falava e a firma não teve condição de discutir com 1200 pessoas. Eles então pediram para formar uma comissão com 2 representantes de cada seção. Para discutir, a firma impôs uma condição: só discutiria com o pessoal trabalhando. Nós tínhamos outra opinião: a gente só trabalha com o aumento. Quando começaram as discussões, eles queriam atender tudo, menos o aumento: "restaurante, equiparação, enfermeiro e médico à noite, convênio, tudo isso a gente já em caminho, vê o que dá pra fazer, vocês voltam a trabalhar e o problema do aumento a gente discute depois".

A comissão disse: "não, então a gente deixa tudo isso pra depois, vocês dão o aumento e a gente volta ao trabalho, depois se discute o resto". Foi feita uma assembléia pra consultar o pessoal sobre isso e a resposta foi que não se voltaria ao trabalho sem ter alguma coisa na mão. No dia seguinte veio um cara da Delegacia Regional do Trabalho convidar pra gente ir lá. Quando a firma soube que estávamos em assembléia com o pessoal, deu um ultimato: ou todo mundo voltava a trabalhar até as 5 horas, ou estaria desmanchada a comissão. O pessoal em assembléia, decidiu desmanchar a comissão. Um dos diretores telefonou para 1 pessoa da comissão avisando que a comissão deveria comparecer à DRT.

Nós não temos comissão. Como é que a gente vai para lá? A comissão foi desmanchada. Agora vocês vão ter de discutir com os 1200.

O cara ficou apavorado

A firma chamou o pessoal da comissão para discutir numa sala separada ao prédio da fábrica. Enquanto a comissão discutia com alguns diretores, eles pegaram todos os gerentes e todo o pessoal da supervisão e alguns diretores para ligar as máquinas para fazer o pessoal voltar a trabalhar. Mas o pessoal continuou firme: "tudo bem, mas vamos esperar até a comissão voltar". Quando a comissão voltou e soube que a firma tinha pressionado, foi de seção em seção dizer da cachorrada que ela tinha feito. E se convocou uma assembléia. À tarde veio um inspetor do DRT com nova proposta de formar comissão. O pessoal disse que aceitaria se ela fosse reconhecida pela firma. E uma nova comissão foi formada: tem 17 membros. E a firma assinou compromisso de dar estabilidade de 2 anos.



A comissão aprende e educa

Como a comissão de fábrica pode elevar o nível de consciência política e a autoconfiança dos trabalhadores: a história da ATCO.

O ideal seria ter uma comissão formada antes da greve, mas não foi possível. Quando a greve começou a firma propôs que se formasse uma comissão de 100 pessoas. Ninguém aceitou com o objetivo de segurar a greve por mais tempo e ver se outras fábricas nos seguiam e nos davam mais força. Dizíamos que ou ia "todo mundo" falar com o patrão ou ninguém. Como o pessoal estava demorando para se decidir a formar uma comissão, a firma achou que era por medo de represália e garantiu que os que participassem da comissão teriam estabilidade por 2 anos.

Foram escolhidos 2 operários por sessão, entre todos os setores que aderiram à greve já no 1º dia. Foram eleitos mais ou menos 80 pessoas. O sindicato interveio no sentido de reduzir a comissão a 20 pessoas, 10 para cada turno. Imediatamente os da noite reduziram sua comissão para 10 e começaram a insistir que os do dia também reduzissem. Estes diziam que não; porque a comissão de 80 tinha sido uma resolução de 1200 companheiros. No segundo dia de greve fez-se uma avaliação dos problemas de segurança e se resolveu reduzir a comissão a 40 (25 do dia e 15 da noite). O pessoal da noite foi mal escolhido por falta de experiência porque muitos achavam que não devia sair uma comissão, de modo que os melhores não entraram nela. Houve problemas de comunicação entre o pessoal mais combativo do dia e da noite; e os da noite não participaram muito das reuniões, de modo que durante algum tempo continuaram com a palavra de ordem: ou todo mundo ou ninguém.

No contrato que a firma fez está escrito que 6 membros da comissão encaminharão o resto das reivindicações quanto a convênio médico, refeições, férias coletivas.

Depois da greve se viu que o acordo não foi satisfatório; porque o problema é mais sério: o arrocho, a alta do custo de vida comem o aumento. Mesmo que se conseguisse 20% ou 50 ou mesmo 100% seria insatisfatório. Mas a gente já tinha visto que iam entrar na greve e não numa aventura para se ir até a morte. Iamos levar até onde conseguíssemos. Mas a experiência da luta foi mais longe. Depois de um momento de crítica, de dizer que a comissão tinha aberto as pernas e por não ter conseguido mais, alguns começam a perceber algumas mudanças conseguidas. Por exemplo, o tratamento dos chefes é muito diferente. O operário percebe que tem direito de sentar e discutir com o chefe; não é mais uma ordem escrita afixada no quadro, assinada por uma pessoa que ninguém sabe quem é. Agora para mandar tem de discutir com a gente. Os companheiros passam a perceber que a lei existe, mas se derruba. A lei de greve continua existindo, mas se faz greve. O operário começa a perceber a importância da luta, da conquista, não por ouvir falar, mas por ter experimentado. Todo mundo dizia que o operário unido era forte etc. Agora isto foi vivido. O operário percebe a sua força na greve: quando um chefe quis pressionar um companheiro para que ligasse a máquina e mais de mil caras rodearam o chefe e ele teve de dar no pé.

Mas há os que acharam a experiência ruim: o fato de as horas paradas não terem sido pagas integralmente deixou uma certa desconfiança em alguns que dizem "em outras não vou entrar". É preciso que a comissão reconquiste a confiança do pessoal. Deve por exemplo atacar o sistema de aumentos por mérito que a empresa tem. Cada 6 meses há um aumento de 5%. Não tem funcionado porque o chefe engaveta, faz má avaliação do pessoal de modo que muitos não recebem. Se se conseguir fazer um levantamento de quem não conseguiu aumento e se fazer uma reivindicação para que o sistema de mérito funcione, isso levantará o moral do pessoal e se poderia argumentar que a comissão conseguiu, que foi a comissão surgida no movimento da greve, que foi o movimento que indicou a comissão.

GREVES

Muita luta e esforço



O sr. Ari Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, disse à revista *Veja* recentemente que as greves verificadas no Estado de São Paulo foram articuladas pelas multinacionais. Seriam estas grandes empresas - segundo Campista - as maiores interessadas e incentivadoras da greve.

O presidente da CNTI não é o primeiro a tentar explicar as greves a partir exclusivamente de fatores externos. Há os que, por exemplo, dizem que as greves se devem à conjuntura de "implosão" do regime. Na verdade, porém, se não se pode negar a existência de fatores conjunturais mais propícios, também é errado atribuir-lhes a exclusividade ou mesmo a principalidade na determinação das greves. Estas têm sido possíveis devido à ação enérgica dos trabalhadores, que enfrentam inúmeras dificuldades em suas fábricas. A greve que ocorreu na semana passada na Tecnomecânica Bristan S/A, metalúrgica, uma empresa de capital alemão, é um exemplo claro disto.

Na terça-feira, às 8 horas, os 600 operários paralisaram seus trabalhos, insatisfeitos com o salário recebido no dia anterior. Os diretores da empresa ordenaram então aos chefes de seção que escolhessem representantes dos trabalhadores para formarem uma comissão de negociação.

A comissão foi formada e, depois de uma reunião com os operários, levou à diretoria sua principal reivindicação: aumento salarial de

20%. A diretoria pediu prazo até as 16 horas para estudar, mas os operários deveriam voltar a trabalhar.

Por volta das 15 horas, as máquinas novamente pararam diante da notícia de que o aumento seria de 12% para quem ganhasse até 2 salários mínimos, diminuindo a proporção para quem ganhasse mais.

A direção da empresa começou então a ameaçar os funcionários de demissão e a dizer que chamaria o DOPS. O diretor de produção, Angel Herrera, percorreu as seções fazendo pressões. Numa delas, onde só havia mulheres, chamou uma delas e disse: "Você não vai trabalhar?". A operária, que trabalha na Bristan há cinco anos, respondeu que só voltaria se todos voltassem. Em seguida ela foi chamada ao departamento pessoal e demitida. E a fábrica voltou a funcionar.

Naquele mesmo dia, foi demitido também um membro da comissão de representantes. E até a quinta-feira o número de demitidos chegou a 15. Segundo o advogado da empresa multinacional, Moacyr Collaço, outros 70 operários ainda deverão ser mandados embora por serem "subversivos".

Como se vê, as conquistas dos trabalhadores vão sendo conseguidas à base de muita luta e esforço.

E a isto que se deve atribuir, principalmente, o movimento grevista.

Os dados relativos às greves em São Paulo têm demonstrado, por sua vez, que este esforço tem resultado na maior parte das vezes em vitórias importantes. (Paulo Mariz).

4 mil grevistas por dia

Desde quando o movimento grevista atingiu a cidade de São Paulo, no final do mês de maio, tem sido registrada uma média de 5 empresas que entram em greve diariamente, com uma média de 4 mil grevistas. No total, do começo até agora, foram 97.340 trabalhadores, que foram beneficiados com aumentos salariais de 15% em média. A maioria das greves eclodiu em fábricas grandes e médias (cerca de 50), mas não foram apenas nestas que os trabalhadores conseguiram aumentos: em 36 fábricas os aumentos foram concedidos apenas com a ameaça de paralisação. Estas fábricas localizadas principalmente em Santo Amaro (zona sul), Lapa (zona oeste) e Brás (zona leste).

Apesar da maioria dos grevistas serem metalúrgicos, também pararam indústrias de produtos alimentícios, material de construção, químicas, brinquedos e cigarros.

Geralmente, as empresas buscam a mediação dos sindicatos e da Delegacia Regional do Trabalho; mas nem sempre os trabalhadores procuram os seus sindicatos para mediação, preferindo muitas vezes organizar-se de forma direta. As negociações duram, em média, três dias. E as greves totais prevalecem sobre as parciais.

As reivindicações têm sido em geral de 20% de aumentos salariais e proporcionais às faixas salariais. (S.I./R.S.)

dados, e ninguém sabia o que acontecia dentro dos carros. Quando o fiscal conseguia achar o local da votação já era tarde demais. Algumas mulheres vinham contar que, nas fábricas onde seus maridos trabalham, os mesários, que foram todos contratados pela diretoria, indicavam que se fizesse um X na Chapa 1. As irregularidades foram tantas que dariam para encher um jornal".

Durante o lançamento do manifesto, as mulheres deram entrevista coletiva à imprensa, em que fizeram questão de rebater as acusações da atual diretoria do Sindicato de que a oposição receberia dinheiro do exterior: "O dinheiro foi conseguido com muito trabalho. E nós também trabalhamos muito para vender rifas, fazer churrasco, posters, shows e mais, ou seja, trabalhar. O dinheiro vem de do nosso trabalho. Nós é que sabemos o que é trabalho de levantar às 4 ou 5 horas da manhã e distribuir propaganda nas portas de fábricas".

ASSEMBLÉIA POPULAR

"Não vamos ficar calados"

"Aqui no Jardim Romano, está difícil de viver, sem condições de saúde e de água para beber. Queremos que nosso direitos/ se am todos respeitados/ Se a situação não muda, não vamos ficar calados". Declamando versos como estes, quase dois mil moradores do Jardim omano e de outras vilas da região do Itaim, na periferia da cidade de São Paulo, se reuniram no último dia 10 para protestar contra a falta de água que vem afetando a região há quase quatro meses.

Foi uma grande assembleia, que levou os representantes da Prefeitura a prometerem para o final de agosto o término das ligações das redes de água, que anteriormente deveriam terminar em outubro. Tam-

bém esteve presente à reunião o bispo da região Leste, Dom Angélico Sândalo Bernardino.

Nas últimas semanas, a população do Jardim Romano estava utilizando água de uma bica contaminada. Em consequência, estavam se alastrando as doenças de pele, verminose, hepatite etc. A primeira denúncia foi feita pelos médicos da Pastoral da Saúde da Região Leste, que responsabilizaram a Sabesp, empresa de abastecimento, pelas doenças. Foi então que os moradores decidiram realizar a assembleia, onde receberam das autoridades a promessa de que o problema será logo resolvido.

Na ocasião, através de versos, a população também denunciou a distorção na aplicação dos recursos públicos da cidade, que beneficiam somente as minorias: "Pagamos nossos impostos/ para a conservação/ de nossas vilas e bairros/ e a coleta do lixo./ Onde vai esse dinheiro,/ nós ficamos sem saber./ Vai enfeitar a cidade/ para estrangeiro ver". (Tânia Angarani.)

DUBLADORES

"Uma grande vitória"

Depois de terem resistido durante 128 dias, os dubladores do Rio de Janeiro interromperam a sua greve na última quarta-feira, depois de terem atendidas as suas principais reivindicações: estabelecimento do vínculo empregatício com as empresas, férias remuneradas, adicionais por horas extras, 13º salário, FGTS, e mais a fixação da jornada de trabalho em 6 horas, além disso, a partir do próximo dia 1º de outubro, o preço da dublagem de filmes estrangeiros para TV será idêntico aos dos filmes nacionais, ou seja, 20% do salário mínimo por hora para atores, 25% para atores fixos e 37,5% para diretores de dublagem. No início do ano que vem, haverá um novo reajuste. Segundo Jorge Ramos, do sindicato dos Dubladores, "foi uma grande vitória, que deu a verdadeira extensão da nossa capacidade nessa primeira etapa e abre a perspectiva para novas vitórias". Ainda segundo o presidente do Sindicato, a luta dos dubladores foi desenvolvida também "contra os interesses do capital estrangeiro, que domina nossa sociedade, econômica e culturalmente". (Aristides Neto)

DESMATAMENTO

"Uma firma danada"

Na Serra do Cabral, Norte de Minas, a quase 300 quilômetros de Belo Horizonte, existe a última reserva natural do Estado com fauna de grande porte - lá vivem onças, veados, pacas, tamanduás e outros. Segundo os moradores da região, porém, os dias da mata e dos seus habitantes estão contados, graças à ação da *Intercontinental Empreendimentos - Engenharia e Comércio S.A.* que há três anos vem realizando desmatamentos de cerrados, campos e veredas para reflorestamento com pinus e eucaliptos.

A empresa vai construir na região uma fábrica de celulose, com apoio de órgãos governamentais, que produzirá cerca de mil toneladas de celulose branqueada e madeira serrada, por dia, segundo seus folhetos de propaganda.

Além do fim da reserva, do desmatamento também está ameaçando as nascentes de vários córregos que nascem na Serra e abastecem os municípios vizinhos, tais como Joaquim Felício, Lassance, Várzea da Palma e Buenópolis. Outro problema grave é que o reflorestamento atinge exatamente os campos de "sempre-vivas" existentes

na Serra do Cabral - um platô - e cuja venda vem permitindo a sobrevivência das populações mais pobres da região que já é uma das mais pobres do Estado.

Desde que a *Intercontinental* chegou à região, a vida da população vem sofrendo alterações. Um exemplo disso é que quase 200 posseiros foram desalojados de suas terras, o que motivou alguns versos do poeta José Rabelo de Aguiar, conhecido na área da Serra do Cabral como "Pinto":

"Tem na minha cachola, pequena décima tirada. Tem nessa serra grande, uma firma danada, tomando as terras dos pobres a peso de picada".

PESTE SUINA

Abrindo caminho para Rockfeller

A peste suína africana é um boato preparado de maneira premeditada para "abrir caminho à multinacional Rockfeller, que quer se instalar em nosso país com um grande frigorífico que controle a procriação de suínos". Esta denúncia foi feita, na semana passada, pelo economista e professor da Universidade Estadual de Londrina, Hélio Duque. "Na verdade - disse ele - essa 'providencial' e até agora tão confusa peste suína é parte da política econômica no país. Essa peste está matando desde já os porcos que poderiam concorrer com a criação multinacional".

A principal beneficiária da peste suína seria a Agroceres, empresa do grupo Rockfeller, que estaria incrementando a "impressão de uma grave ocorrência da peste africana justamente para promover um abate do maior número possível de cabeças". Disse ainda que "a peste suína africana evita cuidadosamente as criações dos grandes grupos, razão pela qual os 'superporcos' podem passar à vontade por todo território brasileiro. A peste só ataca criações de pequenos e médios agricultores". A Agroceres-PIC, que centraliza o empreendimento das multinacionais que procuram controlar a suinocultura brasileira, é formada pela associação de três empresas estrangeiras (Pig Improvement Company, inglesa, Swift-Armour e o Grupo Rockfeller), que "já partiram para a estruturação de 12 centros multiplicadores que fornecem fêmeas aos criadores numa primeira etapa".

INDÚSTRIA NACIONAL

"Na reta final da falência"

A indústria privada nacional recebe muita proteção do governo. Pelo menos foi o que deu a entender o ministro da Indústria e Comércio, Angelo Calmon de Sá, em palestra realizada na Escola Superior de Guerra, no último dia 9. O ministro defendeu a retirada de alguns mecanismos de proteção à empresa privada nacional na competição internacional, a começar pela lei de similaridade. Tal proteção, segundo Calmon de Sá, estaria provocando diversos problemas, entre os quais podem se destacar: falta de maior responsabilidade das empresas, produtos de menor qualidade em muitos projetos industriais, prazos inadequados de entrega, impossibilidade do consumidor optar pelo melhor preço, etc.

Os empresários nacionais não concordam com o ponto de vista do ministro, particularmente os pequenos e médios. Kurt Rudolf Mirow, diretor da Codima e autor do livro "Ditadura dos Cartéis", afirma exatamente o contrário do ministro, ou seja: "A empresa nacional se encontra na reta final da falência. Sem reserva de mercado, sem possibilidade de se capitalizar, sem tecnologia própria, ela se apresenta hoje inviável".

Duzentas fábricas 250 mil grevistas

Um balanço de 9 semanas de greve

De 12 de maio a 13 de julho	Número de fábricas atingidas	Número de grevistas
1ª semana	24	60.500
2ª semana	12	17.450
3ª semana	21	17.990
4ª semana	27	29.470
5ª semana	38	39.694
6ª semana	32	22.967
7ª semana	17	23.441
8ª semana	21	19.803
9ª semana	21	14.620
total	213	245.935

Fontes: Folha da de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Isto e.

METALÚRGICOS

"Nós é que sabemos o que é trabalhar"

Diversas representantes de metalúrgicas e de esposas de metalúrgicos opositoristas de São Paulo, divulgaram um manifesto no último dia 12, onde defendem: que a Delegacia Regional do Trabalho mantenha a anulação das eleições realizadas recentemente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; que haja intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato; que

se convoquem novas eleições dentro do prazo previsto por lei; que o encaminhamento das eleições seja feito dentro de critérios que impeçam qualquer tipo de fraude. As mulheres também criticaram a atual diretoria do Sindicato, que "muito pouco tem feito pelos problemas da categoria", e confirmaram as fraudes verificadas nas eleições e anteriormente denunciadas por seus maridos: "Com todo o ânimo, nós acompanhamos essas eleições, mas, na medida em que iam acontecendo, ficávamos sabendo de coisas que nos deixavam preocupadas. Logo no primeiro dia, os fiscais da Chapa 3 ficaram correndo atrás das urnas, cujos itinerários foram mu-

Fundador:

Hubert Beuve-Méry

Diretor:

Jacques Fauvet

Le Monde

5, Rue des Italiens
75427 PARIS — Cedex 09
CCP 4207 — 23 Paris

A DIVERGÊNCIA SINO-VIETNAMITA

Alerta na Ásia

**Agrava-se a divergência sino-vietnamita:
o Vietnã adverte os outros países para se cuidarem e não correrem o risco
de "perder até as calças" para a "expansionismo" chinês**

● O desentendimento sino-vietnamita amplia-se a cada dia e a polêmica sobre ela tende a se tornar constantemente ultrapassada pelos fatos:

● Os vietnamitas adotaram um tom mais agressivo a partir do dia 4 de julho. A Rádio Hanói advertiu então os países do sudeste asiático contra o "expansionismo" de Pequim, pedindo-lhes para "reforçar sua vigilância", sem o que eles "perderão suas calças" em benefício de uma potência acusada de querer dominar o mundo.

● Sempre segundo Hanói, a China teria ocupado ilegalmente certas partes do território vietnamita ao longo da fronteira, especialmente numa região que é objeto de uma contenda muito antiga. Por sua vez, os chineses acusam uma vez mais os vietnamitas de reforçar sua presença militar na fronteira.

● Em Moscou, comentando a supressão da ajuda econômica chinesa ao Vietnã, (veja Movimento da semana passada), o Pravda escreveu que se trata de "uma nova etapa na campanha anti-vietnamita da China", com o objetivo de "forçar Hanói a abandonar suas posições marxistas-leninistas e sua soberania, em benefício dos planos maoistas de grande potência".

● Fontes diplomáticas chinesas confirmaram, embora ainda não oficialmente, a interrupção de toda assistência econômica que a China vinha fornecendo desde 1960 à Albânia, quando ambas se uniram em suas críticas a Moscou. Esta suspensão já havia sido comunicada pelo governo de Tirana no último dia 7 — exatamente um ano após o aparecimento das primeiras críticas albanesas à política externa de Pequim —, e não se sabe ainda ao certo de quem teria partido a iniciativa de romper os acordos de assistência.

Os esfriamento das relações entre a Albânia e a China acirrou-se ultimamente devido aos desentendimentos que opõem a China ao Vietnã, envolvendo ainda o Camboja. (Há poucas semanas a Albânia anunciou seu apoio formal ao Vietnã).

Em sua advertência aos países do sudeste asiático, feita no último dia 4, Hanói denuncia o "expansionismo" das China e afirma que esta quer obrigar o Vietnã a "se alinhar a suas próprias posições", lembrando que ela amanhã fará pressão igualmente sobre outras nações. Se ela é capaz de atacar o Vietnã, disse em resumo a Rádio Hanói, a China adotará sem dúvida a mesma atitude em relação a outros países asiáticos. Aludindo ao "endurecimento" de Pequim e ao fim de sua ajuda econômica, a rádio acrescenta: "Em vista da mudança de atitude chinesa em relação ao Vietnã, os governos dos países do sudeste asiático têm razão de se inquietar. Se eles não reforçarem sua vigilância, eles perderão até suas calças. A ambição do expansionismo é ilimitada. Os expansionistas desejam apoderar-se do mundo todo, podemos percebê-lo facilmente em sua política em relação ao sudeste asiático". A rádio vietnamita declarou ainda que "por seus propósitos e seus atos", a China não se preocupava nada com os chineses que vivem no exterior, mas era motivada unicamente por "ambições expansionistas".

A rádio acusou, no dia 4 de julho, a China de haver ocupado ilegalmente "noventa porções" do distrito vietnamita de Cao-Lang, na província de Cao-Bang que tem mais de 500 quilômetros de fronteira comum com o território chinês.

A rádio explicou que as quedas de Bang-Coc, a noroeste de Cao-Bang — sobre as quais a China pretenderia afirmar sua soberania — são "um dos pontos mais quentes da fronteira".

Com 1200 quilômetros de extensão, a fronteira sino-vietnamita não é delimitada com precisão em certos pontos onde, por tradição, as populações que se situam de um lado e de outro circulam livremente. Hanói propôs várias vezes a Pequim que se definisse esta fronteira comum, como fez com o Laos em julho de 1977. Segundo certas informações, indica a agência de notícias AFP, os vietnamitas sugeriram à China que aceitasse o acordo sobre as fronteiras assinado em Pequim em 1886 pelas autoridades coloniais francesas do Vietnã e a dinastia Manchu, modificado posteriormente em 1895. Pequim recusou porque este acordo reconhecia a soberania vietnamita sobre as ilhas Spratleys e Paracel.

Visitando um campo de refugiados chineses do Vietnã, em Hua-Shan, situado a sudeste de Nanning, capital do Kwangsi, um grupo de jornalistas estrangeiros, comenta a agência Reuter, recolheu testemunhos de refugiados, segundo os quais o Vietnã "reforçava" sua fronteira para enfrentar uma eventual invasão.

Entretanto, em Bang-Coc, o vice-ministro vietnamita dos assuntos exteriores, Phan-Hien, desmentiu que seu governo tenha concedido facilidades militares a um país estrangeiro, no caso a URSS — como vinha acusando a China. Mas ele disse, segundo o Financial Times, que "o Vietnã estaria preparado para enfrentar qualquer eventualidade". Phan Hien, que está visitando o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, declarou ainda que a política de seu país "era de procurar amigos e não inimigos". "Mesmo durante a longa e dura guerra com os Estados Unidos, pudemos nos sentar à mesa de negociações. Por que não poderíamos, entre países vizinhos, discutir a solução de conflitos menores?" perguntou ele.

UNIÃO SOVIÉTICA

O delito comum da dissidência

Depois de diminuir a pressão sobre os "dissidentes" por algum tempo, o governo soviético volta a colocá-los no banco dos réus. Porque?

A Agência Tass está indignada. É admissível, pergunta ela, exercer pressão sobre um tribunal antes que ele tenha dado seu veredito? Este apelo à virtude jurídica se dirige aos jornais ocidentais, especialmente americanos, que se inquietam com a sorte dos dissidentes, cujo processo se iniciou em Moscou. A Agência acrescenta, como se o assunto não comportasse nenhuma discussão, que nas audiências serão examinados "detalhadamente os delitos de direito comum".

Eis portanto homens julgados uma vez mais na ausência de qualquer observador estrangeiro, e sem a assistência dos advogados que eles haviam escolhido. Desde sua prisão, eles são tratados como criminosos que deverão ter o mesmo castigo dado àqueles que violam a lei e traem a pátria. Qual é então seu crime? Alexandre Ginzburg exigia do governo que ele mantivesse os compromissos assumidos em Helsinque em 1975. Depois ele havia sido encarregado de administrar o fundo Soljenitsyn de ajuda aos prisioneiros políticos e às suas famílias.

Acusado de "agitação e propaganda anti-soviética" ele corre o risco de sofrer uma pena de dez anos de trabalhos forçados.

O caso de Anatole Tchcharansky é ainda mais dramático. Militante, também, dos direitos humanos, ele se preocupava mais particularmente com os judeus que desejam ir para Israel. Um agente duplo, que ele teve a imprudência de hospedar, "confessou", no "Izvestia", que ele trabalhava para a CIA. Este "testemunho" estará sem dúvida dentro do processo. Para o procurador, Tchcharansky traiu seu país dedicando-se à espionagem. Seus crimes são passíveis de pena de morte. (1)

As advertências dirigidas às autoridades soviéticas não impediram a polícia de ir até o fim em sua tarefa. Não há de que se espantar. O poder não se preocupa mais, como o fazia antes das conferências de Helsinque e de Belgrado, em projetar uma imagem favorável. Ele se mostra indiferente, na fase atual, em relação à inquietação das potências com as quais deseja, todavia, cooperar.

A tarefa essencial para o regime consiste agora em aniquilar a contestação, intimidando, humilhando, destruindo os opositores..

Outros processos se desenrolam ao mesmo tempo que os de Ginzburg e Tchcharansky. Em Vilnius, Piatkus, membro do comitê lituano de fiscalização da aplicação dos acordos de Helsinque, está julgado: ele também é acusado de propaganda anti-soviética. Em Moscou, Filatov, de quem até agora nunca se ouviu falar, responde diante de um tribunal militar pelo crime de "traição sob forma de espionagem".

O que leva então os serviços de segurança e os tribunais a aumentar a pressão? Desejam eles "limpar" completamente o terreno" antes dos Jogos Olímpicos de 1980? Aproveitam-se eles de um clima de fim de reinado para impor uma política rigorosa, com o risco de comprometer o que tem sido feito há anos para colocar a URSS em uma boa posição no conjunto das nações? O processo Tchcharansky constitui uma afronta para o presidente Carter, que havia afirmado, no dia 13 de junho de 1977, que este militante não havia jamais trabalhado para a CIA. A mais longo prazo, a repetição destes processos leva a interrogar sobre as modalidades de uma cooperação que o Ocidente esperava poder criar sobre um mínimo de respeito aos direitos humanos.

Para onde sopra o vento leste?

Da época das proclamações de "amizade eterna" até hoje, muita coisa mudou na teoria do "vento Leste" socialista — que se oporia ao "vento Oeste" do Ocidente

Após a guerra da Indochina, a guerra da Ásia? A extrema violência das acusações, a denúncia das políticas até seu fundamento ideológico, as concentrações de tropas nas fronteiras entre o Vietnã e o Camboja e entre a China e o Vietnã — tudo isso testemunha a dimensão dos perigos, e de forma tão rápida que não podemos deixar de fazer perguntas inquietantes.

A autodefesa é inevitável, declara hoje Hanói, contra uma China "expansionista", desejosa de dominar o mundo, visando porém em uma primeira etapa, o sudeste asiático.

Em algumas frases, os vietnamitas destruíram as bases sobre as quais repousa oficialmente a diplomacia chinesa: a igualdade nas relações internacionais, uma atitude oposta à das superpotências, especialmente no domínio das relações comerciais e econômicas. A China foi posta agora no mesmo grupo destes vis ladrões denunciados por Pequim: os soviéticos — sempre — e, de vez em quando, os americanos.

Fantástica mudança de situação! Então era tudo só um embuste, um disfarce: os caminhões chineses, os fuzis chineses e o arroz chinês, vertidos em abundância durante as duas guerras da Indochina; e um logro também o apoio diplomático. A ajuda não era concedida para melhor integrar o Vietnã na esfera de prosperidade chinesa?

Depois de um discurso como esse, não deve tardar o grande desabafo. Ressurgem já as velhas contendas sobre as fronteiras, relativas aos tratados do século passado. Outros dossiês, escondidos durante anos sob as braçadas de

flores da "amizade eterna", virão à tona. A volta foi feita. A porta está aberta para todos os ventos, e o velho esquema maoista, que opunha o vento do oeste ao vento do leste, voa aos pedaços?

Pode haver nesta crise recuos táticos, mas a resolução pacífica parece quimérica. Que pacto fazer com um país que quer tomar "até a sua calça"? E como, do outro lado da barreira, a China aceitará, sem reagir, ser ao mesmo tempo franqueada ao norte por uma URSS cada vez mais poderosa, e ao sul, por um Vietnã alinhado com Moscou e, além disso, desejoso de provocar a mudança do regime do Camboja? Todos os golpes são permitidos: a China suprime sua ajuda ao Vietnã, usando de um método de que antigamente foi vítima quando a URSS a privou de seus técnicos. Um gesto qualificado de "odioso" por Moscou, onde sem dúvida se esqueceram certas rupturas com Belgrado, o Cairo, Pequim e Tirana.

Estão reunidos muitos elementos na zona Ásia-Pacífico capazes de provocar reações em cadeia: os detonadores, vietnamitas e cambojanos, do conflito sino-soviético; o crescente poder naval soviético no Pacífico; a estratégia americana de controle do mesmo oceano, pedindo para isso ajuda japonesa na vigilância das vias marítimas. E, mais profundamente, os grandes movimentos que só poderão servir para agitar as massas asiáticas miseráveis e cada vez mais compactas do Paquistão, Índia, Bangladesh e Indonésia, às quais os métodos ocidentais de desenvolvimento não trazem es-

perança de libertação e cuja sorte será afetada pelas lutas de interesses entre "hegemonias" que se dizem comunistas.

As grandes potências entram em choques ocasionais em todo o mundo, e especialmente na África, mas é na Ásia que elas estão em contato mais direto. Sem dúvida de Gaulle tinha razão, por ocasião de seu famoso discurso de Phnom-Penh, em setembro de 1966, de afirmar o desejo de independência dos povos da região. Mas onde está a independência de quem depende da China, da URSS, do Banco Mundial ou das multinacionais? Seria portanto inevitável a passagem da destruição pela miséria à destruição pela ideologia do partido único?

No meio da semana passada a Albânia pela primeira vez qualificou a China explicitamente de "potência revisionista e imperialista", colocando a política chinesa no mesmo plano da vigente na URSS. Segundo um comunicado distribuído pela embaixada da Albânia em Pequim, a China "desviou-se do marxismo-leninismo". A China é também acusada de estar condicionando a ajuda à "aceitação de uma política antimarxista". O governo chinês responsabilizou a Albânia pela degradação das relações entre os dois países: "Devido a necessidades políticas próprias em questões nacionais e estrangeiras, ao mesmo tempo em que intensifica sua campanha política antichinesa, a Albânia calunia nossa ajuda e procura sabotar a cooperação militar entre os dois países", disse a agência Sinjua, da China.

A legítima defesa do povo Saaraui

"Não existe alibi para a intervenção militar francesa no Saara; é uma intervenção vergonhosa, contra a qual o povo saaraui lutará em legítima defesa"

Aini Sayed (*)

Depois de uns vinte anos de neo-colonialismo próspero, a África resolve rebelar-se. Os "cordões sanitários" que cercavam os países menos alinhados com o ocidente ameaçam arrebentar. Além disso as colônias portuguesas tornaram-se independentes. Todo equilíbrio neo-colonial do continente foi modificado em proveito, não de uma qualquer potência estrangeira, mas de todos os povos da África.

Mas há uma tentativa de impor na África a política de blocos, à qual nosso continente tinha escapado até o momento, conservando uma certa unidade dentro da OUA.

Várias ações - relativas a consequências extremamente dramáticas para os povos - mostram que tal projeto se realiza: a primeira guerra franco-marroquina do Shaba (no Zaire), a cumplicidade senegalesa nos ataques franceses contra o Saara e mesmo contra o Tchad, a segunda guerra do Shaba com a chegada das tropas marroquinas...

Esta política esconde-se atrás de uma panóplia de pretextos e de falsas aparências: a França, em qualquer parte da África, encontra-se "obrigada a" intervir, diz ela com um fim humanitário, para salvar os franceses; ou mesmo para respeitar acordos de cooperação que tratam da segurança de um país aliado; ou mesmo ainda para proteger a África de uma invasão estrangeira e defender sua "liberdade".

Nesses argumentos, nós não acreditamos. Eles permitem entretanto dar a certas nações,

aos olhos de alguns, uma aparência de legitimidade. Mas que aparência de legitimidade existe para se bombardear um pequeno povo como o saaraui, e para armar seus agressores marroco-mauritanios?

O povo que deixa seu governo oprimir outro povo, não é um povo livre

É em legítima defesa que os combatentes da Frente Polisário atacarão seus agressores... A França não pode esconder que auxiliando esses dois países ela participa diretamente da agressão contra o povo saaraui e com o desmembramento de sua terra.

No caso do Zaire, puderam, para "justificar" a intervenção da França, alegar "razões humanitárias: salvar centenas de Europeus... E no Saara? Há poucos meses os aviões Jaguar e os Bréquet-Atlântico bombardearam várias vezes, em pleno coração do Saara Ocidental, centenas de quilômetros de qualquer lugar onde houvessem franceses...

Os aviões Jaguar, em 4 e 5 de maio, e ultimamente os Béguet-Atlântico, em 4 de junho, intervieram a pedido do estado maior marroquino, porque as tropas monarquistas foram colocadas em dificuldade por nossos combatentes. Sim, existe uma guerra em nosso país. A guerra de libertação que coloca o povo Saaraui contra

a invasão marroco-mauritaniana. Mas onde estão os franceses que é preciso salvar?

Ninguém pode afirmar que existem cubanos, argelinos ou vietnamitas, ou membros de uma qualquer potência estrangeira no Saara: nossos inimigos e todo o continente sabem bem que é nosso povo que luta sozinho. Não existe nem justificativa nem alibi possível para a intervenção francesa em nosso país. Esta só pode ser uma intervenção vergonhosa, uma intervenção que se procura esconder.

Se o povo Saaraui luta, é para fazer respeitar seu direito, internacionalmente reconhecido, da autodeterminação e da independência. Pois o problema do Saara continua sendo um problema de descolonização. É preciso lembrar que a ONU, a OUA estão sempre encarregadas da questão? Esta não está na ordem do dia da próxima reunião ordinária da OUA em Carturu?

O conselho dos não-alinhados, quando de sua última reunião em Havana, não reiterou seu apoio ao direito do povo Saaraui à autodeterminação e à independência, fora de toda ingerência estrangeira?

Mas a França, com sua política de intervenção deliberada contra o Exército de Libertação Popular e os civis Saaraouis, nega desavergonhadamente estes compromissos. Não apenas nega seus próprios princípios (ela aprovou todas as resoluções que determinam nosso direito à autodeterminação), mas também coloca obstáculos aos esforços que

poderiam acionar as instâncias internacionais na contribuição com uma solução justa e duradoura, segundo o direito que têm os povos para dispor de si próprios.

Além disso, a França faz pesar uma ameaça enorme sobre a paz e a estabilidade de toda a região: uma intervenção estrangeira como a sua pode acelerar a internacionalização - até o momento evitada - do conflito.

Não se pode mais esconder a gravidade da atual conspiração contra nosso povo, contra os povos da África. As forças democráticas da França devem se pronunciar com mais firmeza do que nunca contra essa política da dominação e do genocídio. Sem esquecer que essa mesma política prejudica também os interesses do povo francês: ele deverá pagar o preço da guerra, as vantagens da pilhagem não serão para ele; e suas liberdades, dia após dia se deterioram.

O povo francês não pode deixar que seu governo oprima impunemente outros povos.

(*) Aini Sayed faz parte do birô político da Frente Polisário, que luta pela autodeterminação do povo saaraui. Eles lutam pela posse da ex-colônia espanhola do Saara, atualmente dividida entre a Mauritânia e Marrocos à revelia do povo Saaraui e das resoluções internacionais da ONU.

ZIMBABUE (RODÉSIA)

II - Começa o banho de sangue

O Acordo Interno entre líderes negros moderados e o regime racista da Rodésia só serviu para desmoralizar o regime racista e aumentar a atividade das frentes de libertação do Zimbabue.

Salisbury - "Ainda no ano passado, quando uma patrulha ficou sabendo que um encontro político da guerrilha estava se realizando numa povoação da vizinhança, ela recebeu ordens de não se manifestar antes da chegada de reforços. Uma vez chegados os reforços, e estando estes do outro lado do lugarejo, a patrulha fez bastante barulho para enxotar os terroristas. Nove vezes entre dez vezes os guerrilheiros caíam em emboscadas armadas desse tipo. Desta maneira limitava-se o número de vítimas civis. Atualmente, as forças rodésianas não têm mais meios de montar tal operação organizada. Elas atiram a esmo".

Eis o comentário de um ex-membro das forças de segurança rodésianas comunicando o massacre de 10 de junho, de 22 civis africanos, a 32 quilômetros de Salisbury. A aviação bombardeou o lugarejo, afirmaram os sobreviventes. O bispo Muzorewa e o reverendo Sithole, ambos membros do conselho executivo de Salisbury, condenaram a "matança". Já em maio, um "incidente" idêntico havia custado a vida de mais de 50 civis africanos, numa aldeia próxima à fronteira de Moçambique. A maioria das vítimas eram crianças de doze a quinze anos, e entre essas, três sobrinhos de Léonard Nyemba, lugar - tenente principal do pastor Sithole. "Eu estou muito aborrecido. Como podem eles falar de um cessar-fogo e cometer tal massacre?" deveria ele dizer a Ian Smith e aos europeus do regime interino.

Por várias vezes, o presidente Nyerere, da Tanzânia e, Faunda, de Zambia, advertiram que o acordo de 3 de março entre o primeiro-ministro rodésiano, o bispo Muzorewa, o pastor Sithole e o chefe Chirau resultaria num banho

As cidades sitiadas

de sangue. Os acontecimentos, até agora, não o desmentem. Tomemos um comunicado do comando rodésiano que relata quarenta e oito horas de combates. Aquele, por exemplo, do dia 21 de abril. Trinta pessoas mortas. Quatro soldados - um Branco e três Pretos - mortos e três outros feridos durante uma luta, por engano, entre duas unidades do exército rodésiano. As informações do relatório parecem não ter ne- xo. Morto em combate entre dois membros das "forças de segurança". Assassinado por "terroristas" de um arrendatário branco. Abatidos quatorze "terroristas" e um de seus "colaboradores". Três civis negros mortos entre dois tiroteios. Cinco Negros "assassinados por terroristas". E, para concluir, "muitos atos de banditis-

mo", principalmente roubos de carros.

Na primeira semana de junho, três missionários europeus foram mortos. Na semana precedente, oito colonos europeus haviam sido assassinados. Poderíamos assim alongar a lista: longe de acalmar os combates, o acordo de 3 de março já levou a um agravamento da guerra. E de uma guerra que os rodésianos têm, cada vez menos, meios de levar adiante...

A Associação Automobilística (A.A.) recomenda a circulação, durante o dia, nos principais eixos rodoviários da Rodésia, e pede que os carros se juntem aos comboios protegidos pelas forças do exército, nas zonas onde eles se encontram. Uma proteção contra tiroteios foi estabelecida na periferia norte de Salisbury. Nas 6 semanas que se seguiram ao acordo de 3 de março, uma dezena de civis europeus foram mortos. Uma vintena de "povoações protegidas" estão sendo construídas na região fronteira da República Sul-Africana, onde a guerrilha intensificou-se após o início do ano.

Em pelo menos duas *Tribal Trust Lands* (reservas africanas), próximas a Moçambique, as "forças de segurança" perderam terreno e agora só podem entrar em operação através de helicópteros. Em 1974, as terras brancas - agricultura, plantações, criação de animais domésticos - estavam divididas em 6900 concessões.

Hoje em dia, elas não passam de 6000. Levando em conta numerosos reagrupamentos ocorridos, vê-se que algumas centenas de propriedades europeias foram abandonadas, seja aos posseiros vindos das "reservas africanas", seja à guerrilha. No setor de Mayo, a meio caminho entre Salisbury e a fronteira de Moçambique, não restam mais do que dois colonos europeus, dos 20 que existiam antes.

O conjunto de "aldeias protegidas" - um pouco mais que duzentas - reúne mais de 800.000 africanos. Mas, algumas dezenas destas aldeias já foram queimadas, de uma a quatro vezes. Em alguns casos, a população evacuou as áreas devido à guerrilha. Em Harari, subúrbio africano de Salisbury, vemos acampar, pela primeira vez, algumas centenas de Negros fugidos dos campos devido à falta de segurança.

A insegurança tornou-se geral fora das cidades. Os efetivos engajados no território (campo de batalha) pela Frente Patriótica, são avaliados em 5000 homens: 4 mil pela ZANU e mil pela ZAPU. A ZANU opera, geralmente, no nor-

te, centro e leste da Rodésia. As últimas bases encontram-se em Moçambique. A guerrilha da ZAPU manifesta-se no oeste e sudoeste. Ela dispõe de 20.000 recrutas em Zâmbia e em Angola, e entre esses, três ou quatro mil prontos para combater. Perto de mil jovens africanos continuam deixando o país todos os meses para ir para os campos de treinamento de guerrilha. Saldo rodésiano da guerra: aproximadamente 4 mil mortos do lado da guerrilha, 500 nas fileiras das "forças de segurança", mais de 2 mil para os civis negros e 130 para os civis brancos.

A guerrilha, é verdade, tem seus problemas. Nem todos os jovens recrutas são voluntários: podemos observá-lo notadamente no dia 31 de março quando 395 escolares dos 423 que foram levados à força para Botsvana voltaram para suas casas. No seio da Frente patriótica, a fusão ZANU-ZAPU nunca se deu efetivamente. A dire-

A desmoralização da tropa

ção da ZANU, que tem como secretário geral Robert Mugabe, está mais dividida do que a ZAPU, presidida pelo Joshua Nkomo. Nos campos de batalha, os atritos tiveram lugar no limite das zonas operacionais dos dois aliados. Na primavera, novos grupos de camponeses da ZANU infiltraram-se na Rodésia atravessando a fronteira de Moçambique. Aqueles que já se encontravam no lugar - e que estavam estabelecidos e já tinham feito relações com a população africana - tiveram que se embrenhar pelo interior do país. Desta maneira, meses de trabalho foram perdidos.

No campo das "forças de segurança", as dificuldades são igualmente numerosas. Todos os europeus com idades de 24 a 38 anos passam no mínimo seis meses por ano nas savanas, em treinamento. "Coloque-se no lugar de um jovem pai de família que deixa sua mulher e seu filho em Salisbury durante sete ou oito meses todos os anos... Isto não é bom para a moral. Ele bebe, mesmo no campo de batalha. Eu conheço um caso de mutilação voluntária. Na savana, eles não mais organizam operações de maneira adequada," explica-nos um diretor de manobras. Durante o primeiro trimestre de 1978, as "forças de segurança" perderam 117 homens. As baixas são reveladoras: 76 mortos em combate, 17 "assassinados durante o cumprimento de seus deveres" e 24, isto é, um em cada cinco, vítimas de "acidentes"...

Para preencher o vazio deixado pela partida de europeus, os jovens recrutas negros recebem

atualmente três meses de treinamento, ao invés de seis, como era feito anteriormente. Isto impede a formação de tropas de boa qualidade. Nota-se entre a população africana um desencorajamento muito grande. A 10 de abril, onze africanos, entre eles três crianças, foram mortos quando o caminhão que os transportava passou sobre uma mina e explodiu. Este tipo de incidente é muito frequente. Nas "aldeias protegidas", a situação sanitária degrada-se: doenças venéreas, subnutrição. Após o começo da guerra, vinte e uma escolas secundárias africanas e setecentas e setenta e uma escolas primárias tiveram que fechar suas portas. No espaço de seis anos, 250 mil africanos diplomados no primário tiveram que abandonar seus estudos devido à falta de lugares. Depois de dez anos, os efetivos do setor assalariado (um pouco mais que 900 mil pessoas) não mudaram, devido à chegada, todos os anos, de 110 mil jovens africanos no mercado de trabalho.

A consequência dos esforços de guerra é a rápida degradação da situação econômica. A 21 de abril, por intermédio da *Rhodesian Financial Gazette*, o governo desmentiu mais uma vez que a economia esteja à beira da bancarrota. Em termos reais, a produção nacional bruta teria abaixado 3% em 1976 e 8% no ano passado. Em três anos, o poder aquisitivo dos africanos declinou verticalmente. Em seis meses, o dólar rodésiano foi desvalorizado duas vezes (6% em outubro do ano passado e 8% em abril deste ano, isto em relação às moedas fortes). Porém nos meios oficiais afirma-se que "os rumores segundo os quais o país não poderia sobreviver mais do que alguns meses não têm fundamento".

A degradação da economia

"A Rodésia defronta-se com as mais difíceis condições do mercado exterior, após 1965", calcula o sr. David Smith, principal colaborador de Ian Smith e membro do governo birracial.

Os rodésianos mantêm segredo sobre a exata condição de sua economia, e, sobretudo de seu comércio exterior. Todavia, sabemos que as suas reservas de divisas são fracas, que os investimentos baixaram consideravelmente e que a produção industrial decaiu, num período de três anos, de 10 a 15%. Os salários congelaram-se após julho de 1977 e a inflação afeta mais aos africanos, que têm baixas rendas, do que os europeus, que têm rendas mais altas.

BOLÍVIA

O povo até que sabe votar

Depois de 12 anos de regime militar, os bolivianos votaram em eleições gerais mostrando como é falso o argumento das ditaduras segundo o qual "o povo não está preparado para votar". Nas eleições bolivianas, ficou patente que são as ditaduras que não estão preparadas para uma eleição, e quando a fazem usam sempre os truques mais safados possíveis.

Observadores internacionais (1) presentes à eleição puderam constatar facilmente que o povo sabe votar e inclusive os observadores fizeram constar no relatório final de seus trabalhos um elogio ao povo boliviano: "manifestamos nossa admiração pelo amadurecimento político do povo boliviano, que procura se inscrever na história como um dos mais democráticos e procura mostrar também o que deve ser feito na América Latina". O mesmo não pôde a comissão internacional de observadores dizer dos militares bolivianos e das autoridades civis ligadas ao regime militar. Eles tentaram e realizaram toda sorte de golpes baixos nas eleições, a começar pelo processo eleitoral: comícios da União Democrática Popular, a UDP, uma frente popular de esquerda e de outras frentes de esquerda foram realizados sob coação, e mesmo em alguns lugares simplesmente não realizadas devido às ameaças terroristas das falanges da direita. Militantes de partidos de esquerda foram assassinados e funcionários do governo conduziram ostensivamente a campanha em favor do candidatos oficiais foram escandalosamente beneficiados. As televisões

foram generosas com o candidato oficial, o general Juan Pereda Asbun e seus apaniguados.

Quanto à eleição propriamente ficou fartamente comprovada a tese de que as ditaduras militares não estão preparadas para realizar eleições democráticas e honestas. Eleitores da área rural foram transportados em veículos oficiais, o que é uma visível ilegalidade; em muitas mesas eleitorais escasseavam cédulas da oposição, e sobravam cédulas do candidato oficial; militares compareceram acintosamente em vários locais de votação intimidando os eleitores e, frequentemente - com sua presença deletérea - induzindo os eleitores a cometerem erros na hora de votar. Para pasmo geral, na localidade de Janco Amaya, a guarnição naval de Tiquina cometeu o deslante de sequestrar as urnas sem dar nenhuma satisfação aos eleitores, o que é, com toda certeza, um mau comportamento e uma prova inofismável de falta de preparo para participar das eleições democráticas. De modo geral, as autoridades se comportaram de forma repreensível e condenável, faltando lamentavelmente ao decoro democrático.

Como não poderia deixar de ser, nessas circunstâncias, os eleitores bolivianos cometeram uma série de equívocos, perfeitamente justificáveis tendo em vista o péssimo comportamento das autoridades, que restringiram o direito de escolha popular, vetando o acesso dos partidos de oposição em várias localidades e dificultando sobremaneira a propaganda oposicionista. Assim, ajuntando esses votos equivocados pela campanha premeditada de desinformação, conduzida pelos organismos eleitorais, os votos de cabresto muito comuns na área rural, os votos comprados aos eleitores com favores do tipo de transporte

até o local das eleições, e mais os votos sinceros de uma pequena minoria beneficiada pelo regime militar, mais as desonestidades cometidas no cômputo dos votos - do tipo roubo de urnas e adulteração da contagem - fica garantida a vitória eleitoral do candidato governista, o general Juan Pereda Asbun, e fica em segundo lugar o candidato da UDP, Hernan Siles Zuazo, que, mesmo sob condições mais adversas possíveis ainda conseguiu perto de 20% dos votos.

É importante notar que nos centros onde a oposição é mais forte houve votação majoritária para a UDP, especialmente em La Paz e nos centros mineiros, locais de grande tradição de combatividade, se bem que aí os votos tenham ido preferencialmente para a Frente Revolucionária de Esquerda, do combativo líder mineiro Juan Lechin, ou então em votos nulos, como pregava Partido Operário Revolucionário, que denunciou as eleições como "fraude que foi preparada para a vitória da burguesia".

O problema agora é que a "vitória" eleitoral de Pereda não encerra o assunto. Afinal, os militares foram forçados a antecipar as eleições e conceder uma anistia devido à forte pressão popular, em especial as resultantes das greves de fome das mulheres pela anistia. Outra razão para supor que a guerra não tenha terminado é que as frentes oposicionistas formadas nas eleições tenham manifestado a pretensão de continuarem atuantes mesmo depois de encerrado o processo eleitoral.

(1) Participavam da Comissão representantes do Conselho Nacional das Igrejas dos EUA, do Conselho das Igrejas Suíças e Bureau de Washington para a América Latina. (Flávio de Carvalho)

MAURITÂNIA

Um golpe contra a bancarrota

O golpe de Estado que derrubou no último dia dez o presidente Moktar Ould Daddah da Mauritânia, com a ascensão do novo primeiro ministro do então chefe das Forças Armadas, Mustafá Saleh, levantou uma questão de fundamental importância não só para o norte da África, mas para todo o continente: que posição tomaria daí para a frente o novo governo no que diz respeito à partilha do ex-Saara Espanhol, dividido arbitrariamente entre o Marrocos e a Mauritânia, desde a retirada da Espanha de sua ex-colônia.

Esta questão não se impõe apenas pela expectativa da formação de um novo governo na região, mas porque ela tinha fortes probabilidades de estar na origem mesmo do golpe. Na verdade a situação crítica da economia da Mauritânia e o crescimento do descontentamento de alguns setores da sociedade mauritana estão intimamente ligados ao envolvimento cada vez maior deste país no que o antigo regime e o Marrocos consideravam uma "guerra civil": isto é, a guerra movida por estes países contra o movimento de libertação do Saara Ocidental, a Frente Polisário. (Veja a matéria sobre a Frente Polisária na edição do *Le Monde*). A França, que tem grandes interesses na Mauritânia, participa desta luta através de seus "conselheiros" militares e de sua força aérea de intervenção; e o Marrocos mantém uma força de 9 mil homens dentro da Mauritânia e na região do Saara onde são mais frequentes os ataques da Polisário.

As primeiras declarações do novo governo foram suficientemente ambíguas para causar alguma confusão: a Polisário chegou a declarar um cessar-fogo como medida de

boa vontade; e o Marrocos, embora sem compreender o que significava exatamente a apregoada inclinação "pro-ocidental e nacionalista" do novo governo, questionou a sua intenção de "respeitar os acordos internacionais" do antigo governo, perguntando se isso valeria para o Saara.

Os últimos comunicados do novo "Governo de Salvação Nacional", entretanto, parecem esclarecer suficientemente a questão. "Nós enfrentaremos", disse Saleh, "juntamente com o reino amigo do Marrocos, o problema do Saara, e esperamos que a solução possa ser encontrada pelas duas partes". Ele qualificou em seguida o golpe, dizendo que a "bancarrota, o marasmo econômico e o perigo constante de revolta", foram os motivos básicos da destituição do desafortunado ex-presidente Ould Daddah. Ao lado disso, os sentimentos pró-marroquinos expressos em Rabat por porta-vozes do novo governo parecem ter tranquilizado o rei Hassan II de que não havia qualquer intenção de se romper os acordos (militares) com o Marrocos.

Esta quase transparente definição de Saleh indica claramente as raízes do golpe que o levou ao poder. A "bancarrota" da Mauritânia tem origem no fato do exército consumir 60% do orçamento nacional e dos ataques da Polisário virem paralisando cada vez com maior eficácia o transporte para o mar do ferro, maior riqueza do país, respondendo por 90% de suas exportações e 30% da receita. A presença do Marrocos em todos os níveis da vida da Mauritânia também é responsável em grande parte pelo descontentamento a que se refere Saleh.

O que o novo governo não explica - se, como tudo indica, ele pretende concretamente apenas continuar com outros homens o governo antigo - é como pretende acabar com o debate econômico e com a guerra que lhe dá origem. (Flávio Dieguez)

PORTUGAL

A direita em nova ofensiva

Sim senhor, o Dr. Sá Carneiro está de volta! O chamado "grupo da Lisboa", social-democrata por convicção, "arejado" e "liberal", decidiu render-se à figura do chefe, e reconduziu-o à presidência do Partido Social-Democrata português (ex-PPD), no último fim de semana, durante o congresso nacional. Por mais de seis meses, a situação vinha num impasse: os social-democratas de Lisboa, cansados de serem manipulados, pareciam dispostos a assumir o seu "papel histórico" e lutar contra o "chefe" que se apoiava nos setores mais à direita do partido, concentrados sobretudo no norte. E partiram para a briga. Antes, diziam as más línguas, o "grupo de Lisboa" só aparecia nos grandes momentos, com belos ternos, todos engomadinhos e esfuizantes, mas política pra valer eles não faziam. Enquanto isso, Sá Carneiro agia nos bastidores, na retaguarda, cotidianamente, incansavelmente. E tinha as bases consigo. Ainda assim, a ala social-democrata tinha a maioria da comissão política e por isso, quando quis virar a mesa, em fins do ano passado, obteve sucesso, e Sá Carneiro se afastou da presidência do PPD.

Dividido internamente, pelo eterno problema de caciquismo político tão comum em Portugal, o PSD-PPD é o segundo partido português no parlamento, a seguir o PS. Em outros tempos, deixava ao Centro Democrático Social (CDS, do professor Freitas do Amaral) a bandeira da direita "mais consequente". No entanto, desde que o CDS entrou para o governo, em coalizão com os socialistas, assumindo por isso um ar de direita "inteligente", "bem-pensante", o PPD tomou para si o estandarte direitista mais exacerbado, no quadro legal, é lógico. Atualmente a oposição, em-

bora sem propor muita coisa diferente do governo, o PPD-PSD prega a revisão da constituição portuguesa (uma das mais progressistas do mundo ocidental), é contra as nacionalizações, enfim, contra as principais conquistas da revolução de abril. Agora, com Sá Carneiro reconduzido à presidência, o partido, que ultimamente vinha perdendo terreno devido às cisões internas, deverá iniciar uma nova ofensiva. Uma ofensiva que pode ser preocupante, já que Portugal vive uma profunda crise econômica, com o poder aquisitivo das massas baixando dia a dia, e que Sá Carneiro, um personalista por excelência, tudo fará para explorar os sentimentos de frustração do povo.

De qualquer forma, a esquerda revolucionária vem crescendo também em Portugal: na semana passada, a União Democrática Popular (UDP), o MES e a UEDS (esquerda socialista) iniciaram conversações visando coordenar as atividades para "barrar o avanço do fascismo". Uma sondagem de opinião realizada semanário "Expresso" (liberal, centro-direita), indicou que se houvessem eleições agora, a UDP passaria de um para 7 ou 8 deputados. O PCP também aumentaria seu contingente no parlamento. (de Lisboa, Helena Salem)

VÁRIAS

O fascista à casa torna

Quando às vésperas de sua esperada (e mal-sucedida) visita ao Brasil, o presidente português, Raulo Eanes, num dos seus muitos gestos de "boa-vontade" para com o Governo brasileiro, ou então à colônia portuguesa residente em nosso país, resolveu autorizar (para alegria desta última) o regresso do Almirante Américo Tomás a Portugal. "Motivos humanitários", explicou o gabinete da presidência em Lisboa, "o almirante está com 83 anos".

A oposição progressista, no entanto, não aceitou tal argumento. Para ela, Tomás é antes de mais nada um símbolo do fascismo que por 48 anos imperou em Portugal. Seu retorno ao país seria, na verdade, um acinte para todas as forças antifascistas que fizeram e apoiaram o 25 de abril. Em função disso, imediatamente organizou-se um movimento de protesto contra a volta do ex-presidente português, que a seguir a queda do fascismo em 1974 se refugiou no Brasil.

"Fascismo nunca mais, não ao regresso de Tomás" é o slogan do movimento, que reúne várias forças oposicionistas, como a União Democrática Popular, o Movimento de Esquerda Socialista, personalidades independentes e até mesmo a Juventude Socialista, preocupada com o avanço da direita em Portugal. Só quem parece estar mesmo de fora, por enquanto, é o PCP, ultimamente numa política bastante moderada e surpreendentemente tranquila, se levamos em conta que os preços estão cada vez mais elevados, os salários proporcionalmente sempre inferiores, e a direita gozando de uma liberdade crescente - e perigosa.

O movimento contra o regresso de Tomás tem realizado diversos atos públicos e manifestações. A mais expressiva teve lugar nas proximidades do palácio de Belém - sede da presidência - mas não pôde chegar muito perto, barrada pela proibição governamental. Se as coisas continuarem assim, parece que o clima não será nada bom para o regresso do velho Tomás que, diga-se de passagem, parece que não passa muitos apertos no Brasil, considerando as polpudas ajudas que recebe de seus companheiros de "exílio", segundo indicam os jornais de Lisboa.

(De Lisboa, Helena Salem)

Stroessner terrorista

O ex-deputado Domingo Laino, principal líder da oposição no Paraguai, foi preso no último dia 8 em Assunção, sob a acusação de tentar "subverter a paz interna".

Laino, presidente do Partido Liberal Radical Autêntico, tinha retornado um dia antes dos Estados Unidos onde dirigiu apelos ao governo americano, à Organização dos Estados Americanos e ao Banco Mundial no sentido de suspender a ajuda financeira ao governo paraguaio como punição à ditadura de Stroessner e a sistemática violação dos direitos humanos.

O governo americano, em nota oficial ao governo paraguaio, demonstrou preocupação pela prisão do líder oposicionista e pelo "retrocesso na observância dos direitos humanos no Paraguai uma vez que havia-se notado algum progresso".

Em comunicado conjunto criticando o regime de Stroessner, os três partidos de oposição (Revolucionário Feveirista, o Democrata Cristão e o Liberal Radical Autêntico) qualificaram a prisão de Laino como "verdadeiro ato de terrorismo".

Domingo Laino é colaborador do *Jornal Movimento*, onde já publicou artigo criticando o governo de Stroessner.

Perversos progressistas

No mínimo, é esquisito o comportamento do Partido Comunista Argentino: seus dirigentes andam defendendo firmemente no exterior a imagem da junta militar argentina, enquanto na Argentina pelo menos 25 militantes do PCA foram assassinados, 100 estão "desaparecidos" e perto de 200 estão detidos nas masmorras da junta.

Dois membros do bureau político do PCA, em visita aos Estados Unidos, criticaram a política de direitos humanos do presidente Carter, alegando que ela tem objetivo de "destruir o atual governo argentino". Fernando Nadra e Athos Fava, os dois representantes do PCA, aproveitaram a ocasião para denegrir a imagem dos *Montoneros*: "Em vez de ficar no país para lutar, como fizemos nós os revolucionários, andam viajando por toda parte do mundo agitando e fazendo muita propaganda, tal como faziam antes na Argentina. De onde tiram tanto dinheiro?"

Antes da Copa do Mundo, outro alto funcionário do PCA já havia concedido uma entrevista à revista francesa *Nouvel Observateur* defendendo os mesmos pontos de vista, alegando que a junta militar tinha uma política com "alguns aspectos progressistas", que deveriam ser defendidos. Os "aspectos progressistas" que justificariam o apoio do PCA à junta, segundo a entrevista do *Nouvel Observateur*: a Junta, por mais perversa que seja, mantém razoável comércio com a URSS e países do Leste europeu.

Descompasso diplomático

A Comissão Internacional de Juristas, que tem sede em Genebra, denunciou os Estados Unidos por "violação dos padrões estabelecidos internacionalmente para proteção dos prisioneiros", pelo uso em larga escala de bombas de gás nas prisões. Segundo a Comissão, gases como a cloracetofenona - um dos componentes básicos das bombas de gás lacrimogênio - são usados não apenas para controle de motins nas prisões, mas também largamente usados até mesmo para forçar a saída das celas de prisioneiros que se recusam a fazê-lo. A Comissão lembra mais uma vez que tais gases podem ter efeitos tóxicos sérios e que várias mortes já foram registradas oficialmente nas prisões devido ao uso de gases.

A calma aparente

Sob a tranquilidade desta 30ª Reunião Anual, os membros mais progressistas da SBPC amadureceram posições que poderão determinar um novo avanço da entidade

parentemente, nada de excepcional ocorreu nesta 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Obscurecido a lembrança da empolgação do ano passado, as pressões do governo contra a 29ª Reunião Anual da SBPC fizeram dela um acontecimento político de grande repercussão (ver Movimento nº 158), este último encontro da SBPC parecia calmo demais. E isso, apesar da enorme afluência de estudantes e cientistas, maior do que a do ano passado; apesar da presença de grandes nomes nos debates (o antropólogo Darcy Ribeiro, o físico Jaime Tiommo, o arquiteto Sérgio Ferro, o historiador Alberto Passos Guimarães, D. Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, para falarmos apenas de alguns); apesar do tom político que perpassou toda a semana do encontro; apesar, enfim, da verdadeira festa representada pelo vai-e-vem e pelas conversas dos integrantes das reuniões.

Sob estas aparências, porém, algo bastante importante ocorreu nesta 30ª reunião. Algo que talvez possa ser definido como um amadurecimento das posições da ala mais progressista da SBPC, e que deverá ter importantes consequências no futuro da entidade.

No encontro do ano passado, diante das investidas obscurantistas do governo, os participantes da SBPC cerraram fileiras na defesa da entidade e de seu direito de reunir-se. Apesar dos atritos verificados entre o presidente da sociedade, Oscar Sala, e grande parte do plenário da assembléia final da 29ª reunião, o clima geral do encontro foi de conciliação. As divergências foram colocadas acertadamente em segundo plano.

Neste ano, porém, a maior desinibição que cercou a reunião da SBPC permitiu que as posições se diferenciasssem mais, evidenciando que pelo menos a grande maioria dos membros da Sociedade que comparecem às reuniões anuais já ultrapassou os limites dentro dos quais se move politicamente a atual diretoria da entidade.

A primeira manifestação neste sentido foi feita por Maurício Rocha e Silva, um dos fundadores e presidente de honra da SBPC, que, na assembléia de abertura do encontro, criticou o tipo de acordos que vêm sendo mantidos entre o presidente da entidade, Oscar Sala, e o governo. "Não devemos ficar de beijinhos e abraços com as autoridades - afirmou Rocha e



Silva - o compromisso da SBPC é com o povo". Os intensos aplausos com que a platéia recebeu a frase de Rocha e Silva mostram que ele falou em nome da maioria. Aliás, a visita de Oscar Sala ao general João Baptista Figueiredo, vinha merecendo a desaprovação de eminentes membros da comunidade científica e, na assembléia geral extraordinária, convocada para discutir o ante-projeto dos novos estatutos da SBPC, o físico Ernest Hamburger, falando em nome de mais de 30 associados, propôs que fosse excluído do documento um item que propunha que a entidade acesse o governo em matéria científica. "Não é conveniente que a SBPC esteja obrigada estatutariamente a assessorar o governo" - disse Hamburger, cuja proposição foi aceita unanimemente pela assembléia.

Outra questão que mobilizou opiniões foram os critérios adotados pelos organizadores do encontro que alocaram sobre temas políticos, sabidamente os que atraem maior público; em salas pequenas, absolutamente incapazes de acomodar as pessoas que queriam participar. O resultado é que esses debates se transformaram em verdadeiras maratonas, com os conferencistas, seguidos pelos ouvintes, peregrinando por vários prédios da Cidade Universitária, a pro-

cura de um local onde pudessem ficar. Grande parte desses simpósios, conferências e mesas-redondas tiveram que ser realizados ao ar livre, sem equipamento de som adequado, o que prejudicou enormemente as discussões dos temas que mais interessavam aos participantes da SPBC.

O sociólogo José Álvaro Moysés, vítima por três vezes desses contratemplos, encabeçou um abaixo-assinado à direção da SPBC, protestando contra essas falhas de organização, que, na opinião de muitos participantes, representaram uma intenção deliberada de esvaziar os debates políticos. Aliás, essa tentativa de despolitização da SBPC já se evidenciava, na opinião de muitos, no anteprojeto dos novos estatutos da entidade, que, em um de seus artigos, cassava o direito de voto, nas assembléias gerais, aos sócios-estudantes. Por sugestão do professor Carlini, da Escola Paulista de Medicina, de Ernest Hamburger e outros, essa categoria de sócio-estudante foi riscada do ante-projeto, ficando os estudantes membros da SPBC, como sócios efetivos, com os mesmos direitos dos professores e cientistas.

Assim, sob a aparente calma desta 30ª reunião, um novo avanço político da entidade começou a configurar-se.

Quatro anos de politização

Desde Recife, em 1974, a SPBC vem progressivamente se afastando do mito da neutralidade científica e aceitando o papel político que lhe cabe assumir

Jaime Pinsky

O fim do "milagre brasileiro", com seus reflexos nas condições de trabalho de todos os cientistas, teve importante consequências sobre o caráter dos encontros anuais da SPBC.

A reunião de 1974, em Recife, foi um marco, cuja grande atração foi Celso Furtado. Após longo exílio, ele retornou ao país, especialmente para a reunião, para participar de simpósio "Meio Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento". A tônica do simpósio foi a das implicações políticas que as definições ambientais poderiam ter. Isso é, tentou-se mostrar que o tipo de preservação do ambiente pregado pelas nações desenvolvidas não era senão uma forma de manutenção e preservação das atuais estruturas de poder. A partir daí, surgiu a idéia de se fazer uma discussão sobre o papel político e a responsabilidade social do cientista, uma vez que as concepções de caráter positivista sobre a pretensa neutralidade da ciência eram as que prevaleciam entre os membros da SPBC.

Em 1975, no encontro de Belo Horizonte, foi realizado um simpósio que pode ser considerado um divisor de águas. Em "História e Ciência", colocou-se claramente a questão da relação entre o Poder e a Ciência. Como conclusão, ficou claro que "o progresso científico não depende apenas da vontade individual do cientista, nem do estado de desenvolvimento da técnica. O desenvolvimento da ciência depende das condições permitidas pela estrutura de poder"

Sendo assim, concluíam os membros do simpósio (José Goldemberg, José Reis, Carlos Guilherme Mota, Octávio Ianni e eu), a atitude do cientista pairando acima das contingências políticas era falsa. Claro que as conclusões do simpósio não representavam opiniões isoladas, mas eram fruto do próprio estágio das contradições das forças políticas e da ausência de veículos institucionais de manifestação das idéias.

A abertura dada pela reunião de 1975 veio dar os seus frutos, de uma forma inconfundível, na reunião seguinte, em 1976, em Brasília. A Universidade, que vinha sendo fruto de uma das cíclicas manifestações de intolerância dos órgãos oficiais de educação, acabou se tornando palco de uma reunião tensa e decisiva para os caminhos da SPBC. Intelectuais cassados fizeram seu retorno glorioso. Nomes como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso eram símbolos de auditórios abarrotados, de assistências participantes e combativas, de exigências de definições políticas. A SBPC tornava-se a ilha da permissividade numa sociedade repressiva. A participação de estudantes passava a ser maciça pela primeira vez.

Surpreendidos por sua própria coragem, a quase totalidade dos cientistas sociais e a grande maioria dos "homens de laboratório" tiveram, entretanto, suficiente sensibilidade para discutir temas como "O acordo atômico", "Carência irreversível de proteínas na alimentação da maioria dos brasileiros", "Política científica" ao lado de questões como "Estado e Po-

der", "O papel das classes médias" e "O problema do livro e da censura".

Atemorizadas pela repercussão do encontro que saltou das obscuras páginas do noticiário científico para as manchetes dos jornais, as autoridades tentaram impedir a realização da 29ª reunião, prevista para Fortaleza. Ameaças mais ou menos sutis, cortes de verba e outras medidas não conseguiram senão transferir a reunião para a PUC, em São Paulo, onde ela acabou tendo uma repercussão muito maior do que o previsto e um caráter eminentemente político, no geral. Darcy Ribeiro marcava seu retorno com uma crítica à Universidade brasileira; Francisco Weffort clamava por uma democracia mais ampla, como primeiro passo para uma democracia plena; Florestan Fernandes reafirmava sua profissão de fé socialista; os grupos estudantis chegavam ao ponto de tornar públicas suas divergências táticas. Bandeiras como a da Constituinte e a da Anistia eram levantadas e discutidas apaixonadamente.

De julho de 1977 a julho de 1978, o movimento pela redemocratização avançou bastante. A censura caiu de quase todos os órgãos de imprensa. Os temas políticos encontraram uma diversidade de fóruns; a mobilização operária tornou-se um fato irreversível. Dentro deste panorama, a SBPC perdeu uma parte do seu tom apaixonado. Não que os temas mais atuais tenham deixado de ser discutidos, apenas que, salvo raros excessos, passaram a sê-lo de forma mais serena e, provavelmente, mais objetiva.

O que dizem os cientistas

Trechos de debates e teses apresentados à 30ª reunião anual da SBPC

O fracasso do modelo e a alternativa nacional e democrata



Fernando Henrique Cardoso

Os temas explicitamente políticos estiveram no centro das atenções dos participantes desta 30ª Reunião Anual da SBPC. A mesa-redonda "Perspectivas da Democracia na América Latina" e o simpósio "Modelos Políticos e Alternativas Nacionais" tiveram que ser realizados, precariamente, ao ar livre, por falta de um anfiteatro capaz de abrigar todo o público que a eles acorreu.

O simpósio "Modelos Políticos e Alternativas Nacionais" teve a participação do professor Jovianiano Neto, presidente da Associação dos Sociólogos da Bahia, cuja comunicação resumimos aqui (*):

Verifica-se atualmente - afirma Jovianiano - o "esgotamento do modelo econômico e político, após 14 anos de concentração da renda e do poder e a consequente renegociação que, em alguns setores das classes dirigentes, chega à dissidência aberta... Mas - acrescenta - além da crise do modelo político-econômico e de sua perda de legitimidade na base social em que obteve apoio ou tolerância, há outro fator de busca de novos modelos: o crescimento da organização e da mobilização popular". E estas não se restringiriam mais, apenas, às ações dos estudantes, religiosos, advogados e empresários. O "fogo de baragem" que estas movimentações representam estaria permitindo "o avanço de outros setores: os operários, os moradores de bairros periféricos ou de "invasões", os posseiros, os pequenos proprietários".

Segundo Jovianiano, "o crescimento e a organização das forças populares não decorre apenas de fracasso do modelo, mas de suas características e, em última análise, da sua eficácia no alcance de seus reais objetivos". A expansão da grande empresa agrícola estaria "provocando a resistência e a organização de posseiros e pequenos proprietários". O processo de urbanização e industrialização estaria ampliando e concentrando a população urbana e operária e transformando o Brasil em uma "sociedade de massas". Finalmente, as características e o funcionamento do modelo político-econômico estariam impulsionando no sentido da confluência da questão nacional, da questão democrática e da questão social, "como três facetas de uma única questão".

"Não se afirma com isso - adverte Jovianiano - que o capitalismo esteja superado no Brasil, nem que se tenha a curto e médio prazo, condições de, sob o socialismo, fazer florescer, dentro do espaço nacional, as potencialidades econômicas e culturais da população." Poder-se-ia, porém, "com a segurança do óbvio afirmar que não só o modelo político-econômico está superado, como a sociedade mudou, e parte dessa mudança... é o crescimento da organização popular". Muitos movimentos populares não alcançariam, ainda, o patamar da luta política, mas teriam "consequências políticas não só em termos eleitorais, como no conteúdo das propostas políticas que, atualmente, se apresentam como modelos alternativos".

Afirma Jovianiano que, "na medida em que o processo de debate político está se ampliando, a discussão sobre modelos vem se transmutando em uma prática social pela qual, através da explicitação de reivindicações globais (anistia, fim dos atos de exceção, liberdade de organização para todas as correntes de opinião pública, inclusive sindicatos) ou específicas vão-se definindo os traços de que emerge como modelo alternativo a proposta de uma grande frente."

(*) Na mesa-redonda "Perspectivas da democracia na América Latina" participaram Francisco Weffort e José Alvaro Moisés, da USP; Fernando Henrique Cardoso, do Centro de Análise e Planejamento; José Serra, da Universidade de Campinas; e Ernesto Laclau, da Universidade de Essex (Inglaterra). Ao simpósio "Movimentos Políticos e Alternativas Nacionais", compareceram, além de Jovianiano, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Carlos Estevam Martins, da USP.

Crise de energia: Imprevisão, desperdício e desigualdade

Os vorazes e os miseráveis do consumo energético

Que há uma crise energética, ninguém parece contestar. Mas qual seja a razão da crise, é outra questão: o professor José Goldemberg apresenta uma outra abordagem para contestar a explicação corrente de que falta energia porque ela é escassa. A verdade, diz Goldemberg, é que a crise energética não é de escassez, mas sim de má distribuição.

Para demonstrar tal tese basta consultar os dados relativos ao consumo médio de energia por habitante em diversos países: os vorazes americanos consomem em média, por cidadão, a fantástica quantidade de energia equivalente a 12 mil quilogramas de carvão por ano, enquanto os infelizes habitantes de Bangladesh se contentam com apenas 100 quilogramas por ano. Ou seja, o americano na média consome 100 vezes mais que um cidadão de Bangladesh.

Para a maior parte da população do mundo, portanto, a redistribuição de consumo energético significaria a ascensão a uma cota de energia compatível com um padrão de vida satisfatório. E isto, observa Goldemberg, poderia ser feito sem que se aumentasse o consumo médio mundial, que seria, em média de 2500 quilogramas por pessoa por ano.

Em muitos países as disparidades de consumo de energia chegam a ser mais graves que a disparidade existente na distribuição da renda mas, como observou Goldemberg, o problema da má distribuição de energia é apenas parte de um problema muito mais amplo que é o da má distribuição das riquezas tanto dentro de um país como, em escala global, da distribuição da riqueza entre países ricos e pobres.

A arriscada aventura da alternativa do álcool

Aparentemente, o esforço do governo brasileiro de aumentar a produção nacional do álcool, através do Plano Nacional do Alcool (PNA), só mereceria elogios. Afinal, o álcool produzido será misturado à gasolina diminuindo portanto o consumo brasileiro de petróleo e, conseqüentemente as importações desse produto.

Não é essa, no entanto, a opinião do professor Afonso da Silva Telles, diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Primeiro, segundo Telles, é discutível que haja uma escassez prevista da produção de petróleo que justifique a pressa de implantar o PNA. Para exemplificar, ele citou dois relatórios de previsão de produção de petróleo com dados divergentes, que parecem ter sido levantados segundo o interesse de quem encomenda o relatório, e não tanto levando em conta a situação real. Enquanto o famoso relatório da CIA sobre o assunto garante que não haverá oferta de petróleo a partir de 1985, um relatório mais recente do Departamento de Energia do governo americano prevê um excesso na produção mundial durante vários anos após 1985.

E devido a essa situação confusa que Telles acha que os países subdesenvolvidos não deveriam se lançar tão precipitadamente num programa de substituição do petróleo por fontes alternativas, como o álcool por exemplo, pois Telles acha que o petróleo ainda continuará uma fonte relativamente barata por longo tempo.

Outra razão para os subdesenvolvidos não se lançarem no que poderia ser uma aventura imprevisível, é que eles consomem apenas 5% do petróleo mundial. Não há, portanto, razão para os subdesenvolvidos passarem a usar fontes alternativas mais cas-

ras o que acabaria significando apenas que o petróleo assim economizado passaria a ser usado pelos desenvolvidos.

De fato, as projeções de consumo de energia nos países desenvolvidos mostram que - exceto para energia elétrica - não há nenhuma previsão de substituição do petróleo nos próximos 15 ou 20 anos. A produção mundial de petróleo é atualmente de 60 bilhões de barris por dia e deverá atingir os 120 bilhões no ano 2000, o que mostra que os grandes produtores não acham que o petróleo vá escassear tão proximamente. Além disso, observa Telles, com o aumento dos preços, foi criado o incentivo para a busca de novos poços, o que aconteceu no México, onde foram descobertas importantes jazidas.

Apesar disso, o PNA está sendo implantado numa velocidade desnecessária. Telles revelou que já foram aprovados 140 projetos de novas destilarias a um custo de Cr\$ 840,00 por Gcal (Gcal - um bilhão de calorías), enquanto o preço atual do petróleo é de apenas Cr\$ 150,00. Além disso, deve-se considerar que tais refinarias exigirão um investimento da ordem de 12 bilhões de cruzeiros.

Dentro de uma perspectiva mais longa, o plano pode tornar-se mais danoso ainda. Prevê-se de 1976 a 1986 um aumento médio de 30% no custo médio da energia, sendo o álcool responsável por mais de 60% desse aumento. Isso significa que o preço mais alto do álcool pesará mais no preço final dos produtos industriais brasileiros, tornando-se mais caro em relação aos produtos estrangeiros - feitos principalmente à base de energia petrolífera, mais barata - diminuindo portanto a capacidade de concorrência dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Do ponto de vista social, as conseqüências da implantação da PNA podem também ser desastrosas. Os investimentos previstos são em grandes projetos agroindustriais integrados, e localizados principalmente no Estado de São Paulo, o que provocará um aumento do poder dos latifundiários, com más conseqüências sobre a distribuição de rendas. Telles lembrou ainda que o aumento da produção de álcool em São Paulo levará certamente a um deslocamento da produção de alimentos para a região Centro-Oeste, aumentando o custo dos alimentos e o consumo de petróleo para transporte. Como alternativa, Telles propõe uma diminuição do ritmo de aumento da produção de álcool e o uso do álcool como matéria prima da indústria alcooquímica, o que poderia ser feito sem subsídios adicionais além de contribuir para um desenvolvimento tecnológico autônomo.

O petróleo "barato" que saiu muito caro

"A autosuficiência do domínio do petróleo, por mais desejável que seja, não é missão de base da empresa". Esta declaração do general Geisel, na época em que ele era presidente da Petrobrás correspondeu a uma mudança na estratégia da empresa em relação à autonomia na produção de petróleo, que hoje é responsável, em grande parte pela crise no balanço de pagamento do país. Na sua intervenção durante a mesa redonda sobre energia, o prof. Adilson de Oliveira apontou essa como uma das várias conseqüências do processo de internacionalização da economia brasileira, que se inicia de forma marcante em 1968. A partir desse ano, a exploração do petróleo foi parcialmente abandonada e os investimentos da Petrobrás concentrados em outras fases da indústria do petróleo.

Os investimentos em exploração e produção que em 1968 representavam 50% do total de investimentos passaram a 30% em 1970. Os resultados da nova política não tardaram a aparecer: enquanto em 1966 a Petrobrás perfurava 331 poços, no ano passado, 11 anos depois, se perfurou apenas 275 poços.

Segundo Adilson Oliveira, a Petrobrás passou então de um modelo autônomo para um modelo "internacionalizado".

Sérgio Ferro voltou. E provocou sensação, com novas idéias.

Há seis anos afastado do país, o ex-professor da Faculdade Arquitetura e Urbanismo da USP, Sérgio Ferro Pereira, preso em 1971, juntamente com outros intelectuais, foi um dos mais destacados participantes desta reunião da SBPC. Ferro, que leciona, atualmente, na Universidade de Grenoble, na França, é autor de várias teses sobre o papel da arquitetura no contexto social e um dos maiores arquitetos brasileiros. As questões suscitadas por seu último trabalho, "Arquitetura, do desenho ao canteiro de obra", é que motivaram o convite feito a ele para comparecer a este encontro.

Neste depoimento a **Movimento**, Sérgio Ferro explica sua tese e dá suas impressões acerca da sua primeira participação na SBPC:

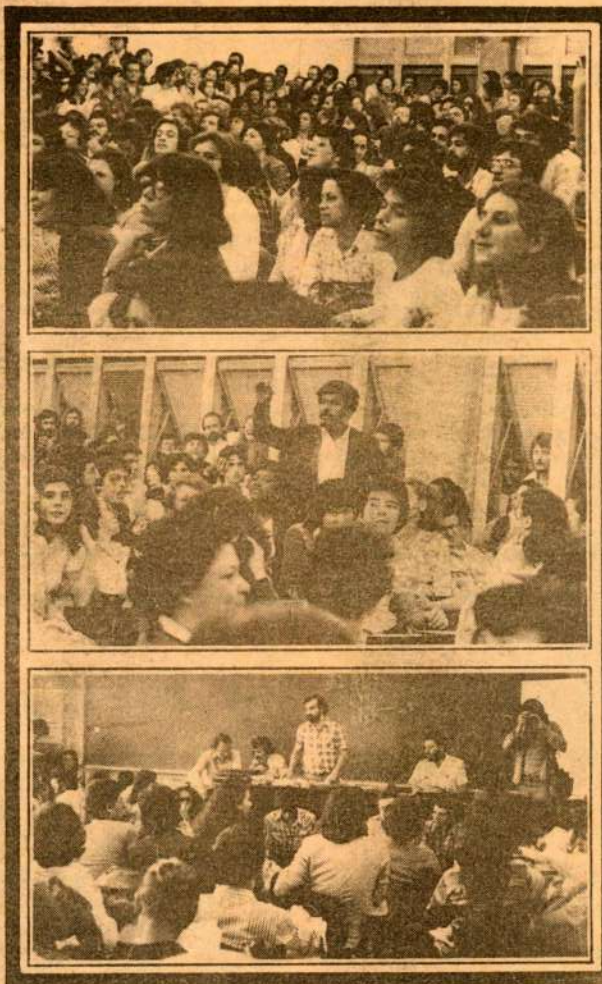
"Minha tese parte do pressuposto de que o próprio desenho de arquitetura provoca e favorece a divisão dos operários no canteiro de obras, dentro de nosso modo de produção. Esta forma pode ser resumida, basicamente, na manufatura: uma massa enorme de trabalhadores, responsáveis por um setor limitado de conhecimento, que se estrutura em pequenas equipes, articuladas em torno do mestre de obras, figura central nesse modo de produção. Produção bastante antiga, baseada no saber inscrito no corpo de cada operário; produção que se alicerça sobre uma base subjetiva, pessoal, individual, débil; e só pode se realizar através de uma mediação completamente exterior: o mestre.

Não há uma coerência entre o corpo produtivo, autônomo, comunicável, como na indústria, em geral, onde as operações são simultâneas, onde a tecnologia, a ciência e o saber se projetaram sobre a máquina. No canteiro de obra, ao contrário, esse saber se encontra, em grande parte, na processão manual do trabalhador, e a colaboração entre as equipes operárias não é fruto de um sentimento de coesão, ao contrário, aparece sempre como qualquer coisa imposta, coisa que vem de cima para baixo, realizada pelo mestre. Neste contexto, a arquitetura, o desenho, vai desempenhar papel importante.

O desenho provoca a divisão e, posteriormente, aparece como elemento de coesão. Hoje, defendendo uma tese que tem a forma como ponto chave, mas muitos acham que a forma é arte, é beleza. A forma, no entanto, o desenho da obra arquitetônica, é um dos responsáveis pela exploração de trabalho nos canteiros de obras. Ela não é a razão mais geral, a causa principal da exploração, mas como arquiteto, e falando dentro de escolas de arquitetura, é importante que se questione o nosso próprio trabalho. No entanto, é claro que o assunto não se esgota aí. Mas devemos ter clareza que o desenho arquitetônico é coisa bastante simples, e, se os trabalhadores não o fazem, é porque há exploração. Em pouco tempo, eles poderiam aprender, readquirir o conhecimento que lhes foi roubado através do tempo. Dependeria, apenas, de uma reorganização social.

Quando questiono a arquitetura, questiono um conhecimento que o arquiteto guardou por tantos anos, e que deveria ser devolvido aos operários. Só em casos de grande complexidade técnica, se necessitaria de um profissional especializado. Hoje, o arquiteto deveria fazer uma auto-crítica, pois a herança de conhecimento que temos nos foi legada pelos trabalhadores de outrora, e deformada através do tempo, por um uso de exploração. E, portanto, este conhecimento deveria ser totalmente revisto e deveria retornar às suas origens de atendimento às verdadeiras necessidades populares.

Estar aqui está sendo uma importante experiência. A SBPC é interessante, como um sinal de que algumas coisas possam talvez mudar. Para que ela se aproxime mais das massas trabalhadoras, existem dois níveis. O primeiro seria a aproximação direta, que talvez fosse a principal, mas a menos viável no momento. E o segundo, também de grande importância, seria procurarmos, como cientistas, sempre o maior rigor científico possível, tomarmos consciência de que temos alguma responsabilidade na exploração do trabalhador. E só haverá consequente aproximação direta com as camadas populares, quando mudarmos a nós mesmos. Do contrário, esta aproximação seria bastante hipócrita".



O que mudou na Igreja de Medellín a Puebla

A "Teologia da Libertação", aprovada pelo episcopado latino-americano no Congresso de Medellín (Colômbia - 1968), foi o tema central das conferências e mesas-redondas que tentaram analisar a evolução da Igreja como instituição social e suas relações com o Estado.

"A teologia da Libertação", projeto eclesial que, ao invés de tentar integrar a Igreja à sociedade, entende a sociedade dividida em classes conflitantes e procura realizar um trabalho pastoral de libertação das grandes massas oprimidas, será o eixo central das discussões para o próximo encontro episcopal a se realizar em Puebla.

O padre José Oscar Beozzo, da Comissão de Estudos para a História da Igreja na América Latina, identificou o início deste processo de mudança qualitativa dos trabalhos eclesiais a partir da "ruptura do Estado com a Igreja, da proliferação de Estados Autoritários na América Latina, que reprimiram e violentaram a sociedade e isolaram a Igreja. Horrorizada diante da prepotência do Estado, a Igreja começou a lutar timidamente pelos Direitos Humanos, e, hoje, clama, não mais por um estado de direito liberal, mas por um estado de direito em que o povo esteja articulado e à frente das decisões".

Esta independência da Igreja latino-americana, ao contrário do que muitos pensam, não se deu a partir do Concílio Vaticano II, de João XXIII, que, apesar de ter significado uma nova perspectiva para a Igreja, omitiu problemas relativos aos povos do 3º Mundo. Questões como a dependência econômica, a exploração do trabalho, o problema da posse da terra, o desenvolvimento de regimes ditatoriais não foram examinados pelo Concílio. Medellín significou a primeira tomada de posição independente da Igreja latino-americana, que, após uma submissão histórica às teorias religiosas européias e norte-americanas, assumiu uma posição particular de crítica perante a realidade, questionando a própria organização hierárquica da Igreja de Roma, procurando uma organização de baixo para cima, a partir de pequenas comunidades de base.

A nova tomada posição da Igreja inevitavelmente provocou cisões internas, que foram levantadas e discutidas ao longo da SBPC. E, a partir da perspectiva sombria de um Congresso de Puebla que represente um retrocesso em relação a Medellín, devido à exclusão dos nomes mais progressistas de nossa Igreja, um abaixo-assinado foi proposto pelo plenário, reivindicando a inclusão de D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, e de D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, na delegação que representará o Brasil em Puebla. Este abaixo-assinado circulou pela SBPC durante todos os dias e deverá ser remetido ao Papa Paulo VI, ainda este mês.

De volta, um grande tema: a reforma agrária.



Os debates sobre a questão agrária despertaram um renovado interesse nesta última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Desde o primeiro dia, centenas de pessoas superlotaram as salas de conferências para ouvir falar principalmente sobre a reforma agrária, ou sobre outros temas relacionados com o campo.

Quando o historiador Alberto Passos Guimarães iniciou sua palestra sobre as "Multinacionais e Agro-Indústria", na noite de quarta-feira, por exemplo, mais de mil pessoas superlotavam o auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. E quando a mesa resolveu suspender a reunião, mais de duas horas depois, dezenas de perguntas do auditório ainda repousavam sobre a mesa, à espera de respostas. Durante os seis dias da Reunião, aconteceram pelo menos dois debates ou conferências diárias sobre o campo, em particular sobre a reforma agrária. Este era o foco das atenções. O economista Ruy Miller Paiva, da USP, teve que assistir a um rápido e surpreendente esvaziamento do mesmo auditório da FAU, depois de ter defendido a idéia de que a solução para o problema do campo hoje no Brasil é uma mera questão de técnica, e não um problema político.

O retorno da discussão ocorre num período de crise do modelo econômico e político, de ascensão dos setores populares e quando os sindicatos - incluindo os de trabalhadores rurais - lutam pela defesa dos interesses de seus representados.

Na primeira mesa de debates - "A Agricultura e a Questão da Terra no Brasil" - já na segunda-feira, todos os seus membros defenderam a urgência de uma reforma agrária. Uma unanimidade pouco comum nos meses atrás. José Graziano da Silva (coordenador da mesa, professor da Unicamp) abriu os debates demonstrando a falência da política agrícola do governo e a "grande debilidade" do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o que reforça a idéia da reforma agrária. A discussão do problema, segundo ele, deve centrar-se em dois aspectos "fundamentais": "a) enquanto instrumento que vise acelerar o desenvolvimento das relações capitalistas no campo; b) enquanto instrumento de uma política de redistribuição da renda que vise melhorar o nível de vida de cerca de 4 milhões de famílias

Porém, se há concordância quanto à necessidade da reforma agrária, o mesmo não se pode dizer sobre onde e como ela se realizará. As melhores respostas para estas questões, segundo os debatedores, serão obtidas ouvindo-se os principais interessados, os trabalhadores rurais, que devem se manifestar através de suas entidades de representação, fortes e livres. Sérgio Silva (Unicamp) ressaltou a necessidade dos setores populares abraçarem esta bandeira, não permitindo que ela, que interessa grandemente aos camponeses, aos pequenos e médios proprietários, caia em mãos de setores reacionários". Graziano adiantou algumas de suas idéias sobre o assunto, dizendo que "a reforma agrária não deve ser entendida como a pulverização anti-econômica da terra, mas, sim, como um instrumento de distribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo a propriedade multifamiliar ou cooperativa como uma alternativa viável para o não fracionamento da terra, de modo a não comprometer a atual estrutura produtiva".

Luis Carlos Guedes Pinto (Associação Brasileira de Reforma Agrária) foi incisivo em suas críticas à política agrícola do governo, que, ao invés de propiciar o desenvolvimento, "tem sido mais um dos mecanismos de concentração da renda e da riqueza em nosso país". O crédito rural, carro chefe desta política, é exemplo claro desta situação: beneficia uma pequena parcela dos produtores (menos de 20% dos 5 milhões de estabelecimentos rurais do país tem possibilidades de acesso ao crédito e, entre os que recebem há grande concentração); o crédito e concentrado em produtos de exportação (o café, a soja, a cana, o algodão e o trigo - receberam 60% do crédito e participam com 33% do valor da produção; enquanto o feijão, mandioca e milho representam 30% da produção 12% do crédito); é concentrado em termos regionais, em prejuízo das regiões menos desenvolvidas, em especial o nordeste; o aumento do crédito não corresponde ao aumento de produtividade: nos últimos 8 anos, em termos reais, o crédito cresceu 190% e o produto agrícola 27%.

Por tudo isto é que Guedes (assim como os outros componentes da mesa) defendeu a idéia de que a reforma agrária hoje no Brasil não é, de forma alguma, um problema técnico, mas político.

Cartas de motorista por 5 mil

É na condição de povo explorado que venho denunciar o roubo descarado das auto-escolas do Rio de Janeiro, em particular da cidade de Duque de Caxias. O que aí se pratica é um abuso capaz de assustar Nixon. Atentem para isso: ninguém tira uma carteira de motorista porque sabe dirigir ou passar nas provas. O método adotado é outro. As carteiras são vendidas a preços que variam de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.500,00, podendo chegar a 4 ou 5 mil cruzeiros se o interessado tiver pressa. Aqueles que não têm esse dinheiro não conseguem a carteira, mesmo que obtenham ótimos resultados nas provas. E mais uma vez o pobre leva um chute.

Duque de Caxias é um subúrbio ope-

rário da Baixada Fluminense. A maioria esmagadora da população é constituída de pessoas pobres, mal nutridas, nível escolar baixíssimo. A maioria das crianças não tem leite à mesa e os adultos raramente comem carne. Nessas condições, como comprar uma carteira que lhe possibilite um melhor emprego (porque ser motorista em Caxias é privilégio)?

Mas nem todos são prejudicados. Há os que tiram o maior proveito dessa situação: aqueles que podem comprar a carteira. Para esses, a única exigência feita é sua assinatura. Não é preciso conhecer regras de trânsito ou passar por testes. E se o candidato tiver problemas com a documentação, não precisa se

preocupar. As auto-escolas são verdadeiros bazares: vendem de tudo. Atendidos de bons antecedentes custam apenas Cr\$ 500,00.

Definitivamente, isso não pode continuar. Apelo para as pessoas de bem deste país para que abram os olhos e tomem alguma providência. Alguma atitude deve ser tomada em defesa das pessoas que necessitam desses serviços. Deve-se impedir que essas auto-escolas, licenciadas pelo Detran, continuem abocanhando mais um pedaço do já magro salário do operário caxiense que nunca tem voz ativa na defesa de seus próprios interesses.

Sandra R. Oliveira
São João do Meriti - RJ

Panfletário e superficial

Na matéria "Trabalhadores árabes discriminados" (nº 154, de 12/6/78) Movimento não avança um milímetro, se objetiva esclarecer a seus leitores o conflito do Oriente Médio. Peças propagandísticas como essas, por sua pobreza e imprecisão e apesar de buscarem defender alterações que considero justas, reforçam análises superficiais, mecanicamente atreladas a teorias (como p. ex. a busca do feudalismo no Brasil) que só fazem deturpar o entendimento de determinadas questões.

A Histadrut não é, como foi dito, a Federação do Trabalho e sim a Confederação Geral dos Trabalhadores, distinção que creio não ser mera perfumaria já que induz a considerar-se a Histadrut um órgão governamental, o que não é correto.

O caráter capitalista do Estado de Israel é conhecido, não sendo de se estranhar a busca e utilização de mão-de-obra mais barata. Se é verdade que uma boa parte dos trabalhadores árabes consegue trabalhos pouco qualificados com baixa remuneração, é incorreta a automática inferência de que trabalhos pouco qualificados são sempre pior remunerados. Em Israel e em outros países o que acontece, em muitos casos (construção civil p. exp) é justamente o contrário. Aí é preciso esclarecer-se que os árabes, justamente porque não tem qualificação profissional e aceitam salários mais baixos, ainda assim superiores aos que conseguiram nos próprios territórios ocupados, são preferidos aos trabalhadores israelenses, que ganham relativamente bem para estes serviços pouco qualificados. Se existe efetivamente tratamento desigual, está muito longe de ser discriminatório, (como se afirma). O que está em jogo é a cor do dinheiro e não a cor da pele.

Adiante afirma-se que "15 a 20 mil operários árabes" correm o risco de serem explorados "porque aceitam empregos sem garantia legal". Por que razão?

Decerto pela mesma razão que foi invocada por mim anteriormente. Registre-se o "zelo" do jornalista em, a priori, insinuar a exploração. Mas o próprio artigo encarrega-se de informar que a situação econômica e social dos trabalhadores árabes dos territórios melhorou nos últimos 10 anos, incluindo-se a qualificação profissional e que embora estes trabalhadores não sejam filiados à Central Sindical (Histadrut), gozam da proteção da mesma. De onde concluímos que apesar dos trabalhadores árabes "correrem o risco de serem explorados" estão ganhando mais agora do que antes, embora menos do que trabalhadores israelenses nas mesmas funções, e que os trabalhadores árabes dos territórios têm certa proteção trabalhista.

Repudio a forma panfletária como Movimento defende a justa causa do povo palestino, que não se originou (salvo argumentação consistente em sua defesa) dos escusos "ideais sionistas" como parece querer colocar usualmente, mas sim de uma série de fatores combinados, dentre os quais a equivocada visão do movimento sionista por parte do movimento de libertação árabe-palestino e vice-versa. Nessa guerra não existem vencedores a não ser as grandes potências.

Urge uma solução do problema palestino-israelense, atualmente bastante comprometida, por 80 anos de incompreensões mútuas.

Cabe a Movimento e ao Le Monde não alimentá-las em nome da defesa dos povos oprimidos de todo o mundo.
Dan Josef Gedambien Pinheiros-SP

Ridicularizar para não ter medo



O filme *Contatos Imediatos do Terceiro Grau* vai perturbar a mente e as bases científicas e ortodoxas de muita gente. É por esse motivo que o filme é muito importante, pois mostra na tela um fato científico inaceitável por muitos, porém mais real do que os aviões atuais. Não existe terror nem violência no filme, o que ocorre é que alguns têm medo do desconhecido, principalmente os adultos e intelectuais ortodoxos. Não só Einstein provavelmente era

um deles, como também muitos outros como Júlio Verne, St. Germain, Galileu, etc... Ainda hoje existem muitos extraterrestres entre nós.

De fato, *Contatos Imediatos* é muito menos imaginativo do que *Guerra nas Estrelas*, pois é mais científico. *Guerra nas Estrelas* é mais ficção do que ciência, enquanto que *Contatos Imediatos* é mais ciência do que ficção. Contudo, é bom salientar que muita coisa que hoje é ficção num futuro próximo será realidade. Como exemplo disso temos o Júlio Verne, que há muito tempo escreveu em forma de literatura o que hoje é ciência ou será em pouco tempo. Tudo que é

novo, não convencional, não tradicional, fora dos padrões científicos ortodoxos vigentes é ridicularizado por pessoas que não aceitam, não entendem ou não querem entender o novo. De qualquer forma estou satisfeito pelo fato de *Movimento* ter pelo menos criticado e mencionado o filme, o que fará com que muitos leitores assistam ao mesmo e depois tirem suas próprias conclusões. A crítica e o debate são sempre interessantes para atingirmos uma verdadeira democracia.

Luis Rebouças Torres
São Paulo - SP

VOCÊ NÃO PODE DEIXAR DE ASSINAR O "PACOTE DA IMPRENSA INDEPENDENTE"

Movimento lançou uma nova campanha de assinaturas: ao assinar Movimento, ao mesmo tempo você assina outros jornais e revistas da imprensa democrática. São dois os planos:

- **Plano 1:** Você assina, por um ano, além de Movimento, mais três publicações à sua escolha. Por apenas Cr\$ 900,00
- **Plano 2:** Você assina, por um ano, além de Movimento, mais seis publicações à sua escolha. Por apenas Cr\$ 1.200,00

O "pacote" inclui as mais conhecidas e mais respeitadas publicações da imprensa democrática de todo o país.

BRASIL MULHER

jornal feminista
mensal de São Paulo

VERSUS

revista mensal
de São Paulo

O SÃO PAULO

jornal semanal
da Arquidiocese de São Paulo

MUTIRÃO

jornal mensal de texto
e reportagem de Fortaleza (CE)

ESTEIO

jornal mensal do Centro
Mineiro de Cultura Popular

COOJORNAL

jornal mensal da
Cooperativa dos Jornalistas do RGS

CADERNOS DO CEAS

publicação do Centro de Estudo
e ação social dos Jesuítas da Bahia

RÁDICE

revista trimestral
de psicologia (RJ)

DE FATO

jornal mensal
de Belo Horizonte

POSIÇÃO

jornal quinzenal
de Vitória (ES)

INÉDITOS

revista bimestral
de Literatura (MG)

ESCRITA

revista mensal
de literatura (SP)

ESCRITA/ENSAIO

revista bimestral
de literatura (SP)

FICÇÃO

revista mensal (RJ)

BAGAÇO

jornal bimestral
de texto e reportagem (RJ)

CADERNOS DO NORDESTE
caderno bimestral sobre
realidade nordestina (PE)

Conheça os problemas do nosso país e do mundo através de fontes seguras e criteriosas de informação. Informe-se de forma democrática e ajude a democratizar e popularizar a informação. Para assinar ou dar de presente o nosso "pacote", basta preencher o formulário abaixo:

Desejo fazer uma assinatura de Movimento e das seguintes publicações:

1 _____ 2 _____ 3 _____

4 _____ 5 _____ 6 _____

nome _____

endereço _____

cep _____ profissão _____ idade _____

cidade _____ estado _____

PLANO 1 (Cr\$ 900,00 — Movimento + 3 publicações)

PLANO 2 (Cr\$ 1.200,00 — Movimento + 6 publicações)

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A — Editora de Livros,
Jornais e Revistas. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625. Pinheiros, São Paulo — SP.
CEP 05415.

O FIM DA CENSURA A MOVIMENTO

O gosto alegre de uma vitória custosa

A luta de vocês já cravou fundo na carne da gente. E deixou no coração em leque o gosto alegre e maduro de uma vitória custosa.

E concreta - esse fim da censura prévia.

É isso; táí uma prova bem estampada de que vale a pena continuar resistindo. E avançando. Porque, como vocês bem sabem, só assim o sorriso da gente pode deixar de vez de ser apenas um largo eclipse.

Forte abraço a todos

Batista de Oliveira

São Paulo - SP

CONGRATULAÇÕES MAIS ESTA VITÓRIA POVO BRASILEIRO LIBERDADES DEMOCRÁTICAS FIM CENSURA MOVIMENTO

DCE UFRGS

Porto Alegre-RS

QUIDA DESTE INSTRUMENTO ARBITRÁRIO REPRESENTA MAIS UMA IMPORTANTE VITÓRIA POPULAR. CONGRATULAÇÕES PELA DERRUBADA DA CENSURA.

DCE ET DAS I,II,III, DA UFAL

Maceió - AL

FRENTE

Semelhanças entre Magalhães e Napoleão III

Teço aqui algumas opiniões sobre o panorama político nacional. Parece-me que correm grande perigo as conquistas dos últimos meses.

Sem condições para opor-se às forças que pressionam no sentido de uma abertura, o governo vai cedendo. Teve de aceitar a derrota de seu candidato Natel em São Paulo (derrota com que dificilmente se conformará). Está engolindo, muito a contragosto, a campanha do general Euler pró-liberalização do regime e agora o lançamento oficial da Frente pela Democratização. A tremenda inabilidade e o total despreparo do candidato oficial auxiliam ainda mais as forças oposicionistas. Mas tudo isto não pode deixar de levar o governo a, em desespero de causa, planejar uma contra-ofensiva que pode pegar desprevenidos a oposição em geral e o MDB em particular.

(...) Se entretanto o MDB lança agora um candidato, este terá de ir adiante. Uma vez lançado, polariza forças à sua volta. Mas quem? Euler? Magalhães? Ambos são liberais. Ambos apoiaram o movimento de 64. Mas há diferenças entre eles. Vejamos. Magalhães, que até agora representava um sinal de "abertura", agora e cada vez mais representa talvez uma alternativa válida do grupo militar em relação a Figueiredo. Se já foi o chefe civil do movimento de 64, por que não poderá vir a ser agora o testa de ferro do grupo militar? Este, comprovada a insustentabilidade de Figueiredo, pode:

a) retirar Figueiredo e pôr em seu lugar outro militar de quatro estrelas.

b) retirar Figueiredo e lançar Magalhães numa manobra à Uruguaia (civis como testas de ferro).



Sero Magalhães, como Napoleão III, mediocre que derrotará os hesitantes?

c) manter Figueiredo até as eleições e deixar à Arena a "liberdade" de escolher entre Figueiredo e Magalhães, como o Colégio Eleitoral já compromissado (nos bastidores) com Magalhães.

Será que os "estrategistas" do MDB, ao elaborar sua tática, não prevêm as possíveis jogadas do adversário? Será que esqueceram a experiência histórica de Napoleão III, um mediocre que derrotou as forças contrárias que hesitavam?

É chegada talvez a hora de o MDB apoiar Euler.

Samuel Olivier

São Paulo - SP

ARGENTINA

Uma Copa não vale 50 mil mortos

Escrevo esta carta para felicitá-los pela nota "Argentina-78 - Conclusão" (Movimento nº156, de 26/6/78).

Vossa afirmação é exata. "Tentam liquidar toda uma geração. Pois é. Eles querem liquidar toda a geração que cresceu ao calor das lutas populares.

Há pouco mais de um ano que estou morando no Brasil. Tive que fugir depois que eles pegaram minha mulher grávida de cinco meses. Meu pecado foi ter sido dirigente estudantil na época da ditadura lanussista.

Hoje, os assassinos de meu povo - que são os mesmos que assassinam em toda a América Latina - tentam recompor sua desprestigiadíssima imagem.

A palhaçada da Copa do Mundo não serve para enganar os povos do mundo; e, tenham certeza, também não serve para enganar aos argentinos, que nem por um instante esqueceu os 50 mil mortos e desaparecidos na hora que festejavam a conquista da Copa.

Quero agradecer-lhes profundamente por terem publicado essa matéria, que mostra a realidade de minha terra e que é um pouco a contra-informação de que precisamos para combater a imprensa amarela.

José de San Martín

São Paulo - SP

MESTRES DO JAZZ

CHANCE DE OUVIR MINGUS, BRUBECK, MILES DAVIS E OUTROS MESTRES. DE GRACA.



Bandeirantes FM apresenta, todos os domingos, às 12 hs., a arte, a criatividade, o improviso e o talento dos grandes mestres do jazz.

Charles Mingus, George Benson, Dave Brubeck, Thelonious Monk, Miles Davis, Oscar Peterson, Stanley Clarke e outros. Não esqueça: Mestres do Jazz. Bandeirantes FM. Domingo, às 12 hs.

Reapresentação: às segundas, meia-noite especial. Também de graça.



BANDEIRANTES-FM

96.1 MHz

Caros amigos:

Se minha assinatura de Movimento ainda não venceu, deve estar por vencer. E é com satisfação que desejo renová-la. Ainda mais agora que pressinto o jornal Movimento mais fortalecido, pois poderá, com menos empecilhos, alcançar seus objetivos, livre dos grilhões da censura prévia. Por mais um ano (e sempre) estaremos juntos na conquista de nossa libertação e na firme disposição de não aceitar tristes retornos. Avante!

Estou enviando anexo um cheque nominal no valor de Cr\$ 600,00, emitido em favor de Edição S/A.

Ao concluir reitero minhas

Saudações Democráticas

VANDER RODRIGUES

Arapongas - PR

TAÍ O CUPOM, LEITOR! AGORA É SUA VEZ DE CORTAR!



Desejo receber uma assinatura de Movimento

Nome
Endereço
CEP
Profissão
Idade
Cidade
Estado

Estou enviando o cheque nº em nome de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se o pedido de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 1202254 D - M Villas - Paris, França. Preço de assinatura no exterior: ANUAL: U\$ 70 - SEMESTRAL: U\$ 35.

SEMESTRAL Cr\$ 300,00 ANUAL Cr\$ 600,00
Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados. Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados.

PERFORMANCE POP

O SOM QUE FEZ A CABEÇA DE UMA GERAÇÃO.



Beatles, Rolling Stones, Pink Floyd, Yes, The Who, Led Zeppelin, Herbie Hancock e outros afamados grupos mostram suas melhores criações em PERFORMANCE POP. A seleção de rock que você tem na cabeça.

PERFORMANCE POP

Diariamente às 23:00h.

Especial ao vivo - sábado às 23:00h a 01:00h.



BANDEIRANTES-FM

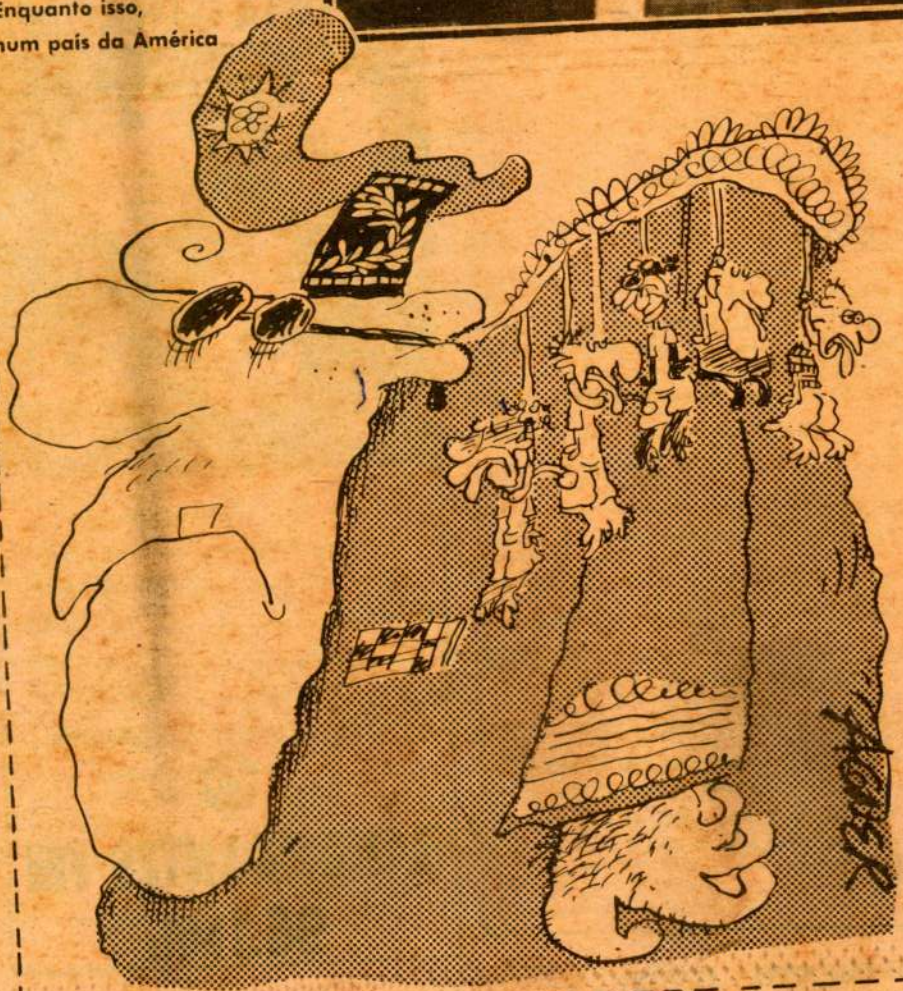
96.1 MHz

FALSIFICA-SE:

- CARTEIRA DE IDENTIDADE
- CHAPA DE PULMÃO
- CONVENÇÃO DA ARENA
- CANDIDATO A PRESIDÊNCIA
- SINOPSES DOS JORNAIS
- RESULTADOS DE ELEIÇÕES SINDICAIS
- LAUDOS MÉDICOS E ATESTADOS DE ÓBITO



Enquanto isso, num país da América



QUEM COM FERRO FERRE... SERÁ NO MÍNIMO CONDECORADO

CORTA ESSA!

MACACO VELHO NÃO METE A MÃO EM SINOPSE

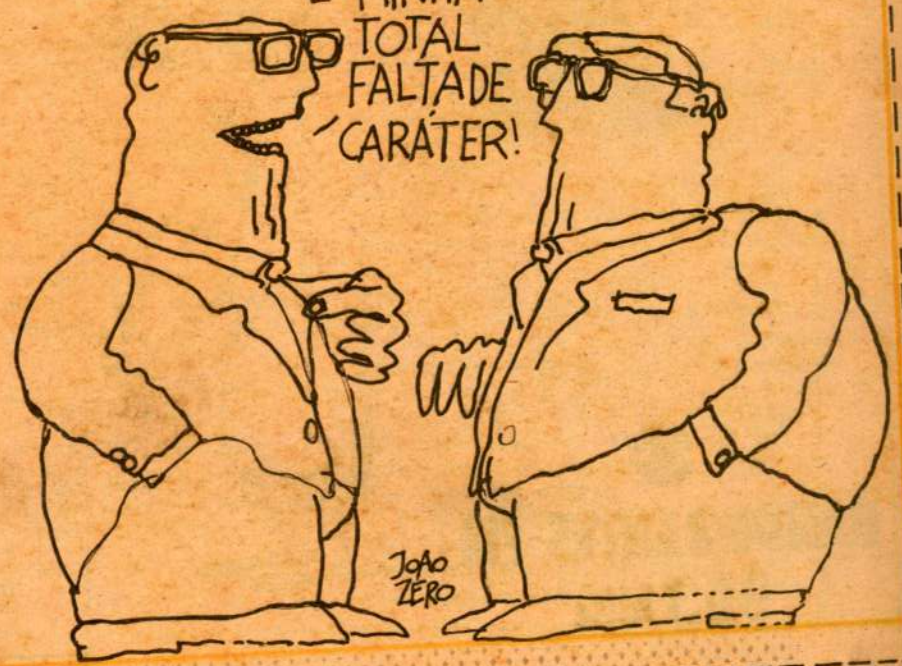


Foto: Roberto Stuckert. Avacalhação: Chico Caruso



da pele. 15 a 20 mil de se-

O QUE TEM ME AJUDADO MUITO NA VIDA É MINHA TOTAL FALTADA DE CARÁTER!



DESCOBRIRAM FINALMENTE: ESTE É O PAÍS DOS FRANCELINOS